

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

JESUS ALEXANDRE TAVARES MONTEIRO

**A TERCEIRA MARGEM:
UMA ANÁLISE DO COTIDIANO DA POPULAÇÃO
EM SITUAÇÃO DE RUA**

Belo Horizonte

2011

JESUS ALEXANDRE TAVARES MONTEIRO

**A TERCEIRA MARGEM:
UMA ANÁLISE DO COTIDIANO DA POPULAÇÃO
EM SITUAÇÃO DE RUA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia Social.

Área de Concentração: Psicologia Social
Linha de Pesquisa: Trabalho, Sociabilidade e Saúde.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Vanessa Andrade de Barros.

FAFICH/UFMG

Belo Horizonte

2011

BANCA EXAMINADORA

Dissertação defendida em 29 de julho de 2011 perante banca examinadora constituída
pelos seguintes professores:

Prof.^a Dr.^a. Vanessa Andrade de Barros - Orientadora
(FAFICH/UFMG)

Prof.^a Dr.^a. Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira
UFAL (Universidade Federal de Alagoas)

Prof. Dr. Walter Ernesto Ude Marques
(FAE/UFMG)

*Dedico este trabalho aos meus pais,
Sra. Maria de Nazareth e Sr. José Tavares.
E em memória do meu irmão Gilson.*

AGRADECIMENTOS

A Deus.

Ao inventor do energético e do notebook.

Agradeço aos amigos que respeitaram o meu desaparecimento por dois anos e meio, pelo menos espero que ainda sejam meus amigos: Clarice, Eduardo, Marcelo, Nayara, Stone, Mário, Simone, Alessandro, Neca, Walter e Leda, Aires e Alessandra. Parte do que sou é uma história que teci com vocês, obrigado.

Agradeço as minhas novas amigas e espero que nossa amizade continue por muitos anos: Marcelinha (amiga de choro, reclamações e análises teóricas) e Carol (sem você, eu estava perdido), foi muito bom conhecer vocês. Às duas, muito obrigado!

Aos colegas do Mestrado que muito me ensinaram no corredor, nos cafezinhos e botecos: Paulo, Bruno, Marcos, Otacílio, Ênio, Paulo (NPP), Luciana, Denise (priminha) e Denise Coimbra.

Aos companheiros do Programa Conexões de Saberes na figura da Cláudia Mayorga, Sílvia, Saulo e Camila. E o povão todo do LABTRAB. A coordenação e a secretaria da Pós-graduação da Psicologia da UFMG.

Aos amigos da rede de atendimento da população de rua: Aluízio e rapaziada do CRPR; Adilson, Mônica; Gladston e rapaziada do Albergue; Cristina, Claudenice, Coelho e Roseni da Pastoral. Agradeço todo o aprendizado e perseverança. A luta continua.

Aos colegas do Bolsa Moradia: Anamélia, Franklin, Evanise, Raquel, Débora, Cláudia, Henriqueta, Laura, Walma, Rejane, Rosângelo, Beth (quem me empurrou para fazer esta loucura), Samira (amiga de grandes discussões adotada neste grupo).

Aos companheiros do IDH e pesquisadores: João, Guilherme, Anita, Cláudio, Elizângela, Michele, Nilton, Paulo, Said e Sandro.

A secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte.

Aos novos amigos de trabalho: Andressa, Bruno, Celeslita, Hudson, Rosângela, Wanderson, Péricles, Carlos, Lidiane, Lucas, Manuela, Wanderley, Aparecida, Roberta, Lúcio, Rodrigo e meu grande amigo Josué. Obrigado pela paciência e colaboração.

Aos amigos de rio: Irlei, Luciano, Alex, Orestes, Fernando, Vander, Jair. Vocês me ensinaram mais do que qualquer universidade poderia me ensinar; suas histórias fazem agora parte da minha história.

À minha família: Marcelo e Ranussy (amigos e irmãos); Fernando e Jane (exemplos de luta); Sérgio e Cidinha (companheiros fiéis); Gilson e Maria José (presenças constantes); Nancy e seu coração (dupla que sempre me acolheu); Cida e Afonso e Karina (Tigrão – volta logo). Aos sobrinhos: Raissa, Anna, Theresa, Macgyver, Pedro, Ryan, João, Gabriel, Marina e Helena. Aos meus pais, fonte desse povo todo aí e de muito exemplo e sabedoria. Todos vocês são o meu alicerce e meu porto seguro. Desculpem-me se faltei com vocês.

À Vanessinha, pela paciência e respeito ao meu conhecimento nada acadêmico e pouco normativo. Obrigado pela aposta, pelo acolhimento e companheirismo em tempos difíceis. Muito obrigado e sua benção!

À Dani: amada que participou de todas as etapas deste processo e se preciso fosse, escreveria cada linha desta dissertação para mim. Obrigado por ter invadido minha vida e feito dela algo muito melhor e feliz. Obrigado por ter me apresentado Agnes e me dado a oportunidade de constituirmos uma família. Obrigado pela paciência e por me amar.

Ao meu protetor São Jorge/Ogum.

(...) Não me leias se buscas flamante novidade ou sopro de Camões. Aquilo que revelo e o mais que segue oculto em vítreos alçapões são notícias humanas, simples estar-no-mundo, e brincos de palavra, um não-estar-estando, mas de tal jeito urdidos o jogo e confissão que nem distingo eu mesmo (...) (ANDRADE, 1958, p.1)¹.

¹ Esse poema de Drummond não se encontra no corpo do livro “A vida passada a limpo”, mas como descreve seu nome “Poema Orelha” esse fica somente na orelha do livro.

RESUMO

O presente trabalho procurou compreender o cotidiano da População em Situação de Rua da cidade de Belo Horizonte. Por meio do recolhimento de Histórias de Vida, de pesquisa participativa e análise bibliográfica, percorremos os trâmites da rua e por intermédio de trechos literários, composições musicais e imagens apresentamos esta pesquisa como pano de fundo para as discussões da subjetividade da sobrevivência na condição de rua. Esta obra tem como objetivo compreender quais as normas da rua e as formas como esse público se reinventa no cotidiano. Tal feitura justifica-se pelo acréscimo constante da população nos vários municípios brasileiros: segundo o último Censo do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS (2008), está quantificável em 31.992 pessoas acima de 18 anos em 71 municípios (com a população acima de 300 mil habitantes). Construimos uma reflexão teórica para orientar-nos diante do rio de ações intermitentes e renováveis que é o cotidiano da População em Situação de Rua por intermédio de uma base conceitual advinda da Ergologia, representado especialmente pelo pensamento do filósofo ergólogo Yves Schwartz, e da perspectiva conceitual do cotidiano do historiador Michel Certeau. A escolha de apresentar o cotidiano da População em Situação de Rua dividido em períodos do dia – manhã, tarde, noite e madrugada – partiu de proposta didática para amenizar o rio de confluências que perpassa pela rua e, também, como resposta ao convite constante dos entrevistados para sair e ver a rua em sua íntegra juntamente com os que fazem dela moradia. Assim, essa dissertação trata do cotidiano da população em situação de rua e sua forma matreira de sobreviver e reinventar o cotidiano.

ABSTRACT

This paper aims to understand the everyday life of the homeless population from the city of Belo Horizonte. Through the gathering of life stories, participative research and literature review we went into the street procedures, and through literary passages, musical compositions and images we present this paper as a background to the discussions of the subjectivity of homeless surviving. This paper's purpose is to understand what are the street rules and the ways in which this public reinvents themselves in everyday life. This research is justified by the constantly increasing of the population in Brazilian municipalities, according to the last population census from Minister of Social Development – MDS (2008) it's quantified in 31.992 people over 18 years old in 71 municipalities (with the population over 300.000 inhabitants). We built a theoretic reflection to guide us against the infinity of intermittent and renewable actions that is the everyday life of the homeless population. Through a conceptual basis came from Ergology, more specifically from the thoughts of the ergologist philosopher Yves Schwartz and from the conceptual perspective of the daily from the historian Michel Certeau. The choice to present the everyday life from the homeless population divided in periods of the Day – morning, afternoon, night and dawn – came from the didactic proposal to ease the infinity of confluences that permeates the streets, and also as an answer to the constantly invitation from the interviewed to go out and see the streets in its entirety along with the ones that make it as their own home. Therefore, this paper is about the daily of the homeless population and its way to survive and reinvent the daily.

LISTA DE SIGLAS/ABREVIATURAS/GÍRIAS

ABH – Abrigo Belo Horizonte

APST – Análise Pluridisciplinar das Situações de Trabalho

ASP – Abrigo São Paulo

ASMARE – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis

CEIP – Centro de Internação Provisório

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CRAV – Centro de Referência Áudio Visual

CRPR – Centro de Referência da População de Rua

IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Instituto de Direitos Humanos

INSEA – Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável – Belo Horizonte

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MNPR – Movimento Nacional de População de Rua

ONG – Organização Não Governamental

OP – Orçamento Participativo

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNPR – Política Nacional da População em Situação de Rua

PSR – População em Situação de Rua

PUC/Minas – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

SASF – Serviço de Acompanhamento Sócio-Familiar

SDF – Sans Domicilie Fixe – Sem Domicílio Fixo

SLU – Superintendência de Limpeza Urbana

SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social – Belo Horizonte

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

SSVP – Sociedade São Vicente de Paula

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1 APRESENTAÇÃO: A TERCEIRA MARGEM DO RIO | 12 |
| 2 METODOLOGIA DE PESQUISA | 18 |
| 2.1 MÉTODO BIBIOGRÁFICO | 18 |
| 2.2 O DELINEAMENTO DAS ETAPAS DA PESQUISA: LIMITES E POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS | 24 |
| 2.2.1 Contato institucional, construção de parceria..... | 28 |
| 2.2.2 Visitas institucionais de observação | 31 |
| 2.2.2.1 Pastoral do Povo da Rua..... | 31 |
| 2.2.2.2 Albergue Municipal Tia Branca | 34 |
| 2.2.2.3 Projeto Cidadania – Centro de Referência da População de Rua..... | 38 |
| 2.3 A ESCOLHA DOS ENTREVISTADOS | 39 |
| 2.4 RETORNO: TRANSCRIÇÕES E LIVROS | 41 |
| 3 A RUA EM CONTEXTO: BREVE HISTÓRICO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA | 43 |
| 3.1 AS RUAS | 49 |
| 3.2 OS DONOS DA BIOGRAFIA..... | 52 |
| 3.3 UM PERFIL?..... | 60 |
| 3.3.1 Os Virantes | 61 |
| 3.3.2 A Vergonha | 65 |
| 3.3.3 O uso de álcool | 69 |
| 4 A ERGOLOGIA SAI PARA A RUA: ENTRE O COTIDIANO E O VAZIO DE NORMAS | 74 |
| 5 COTIDIANO: MANHÃ, TARDE, NOITE E MADRUGADA..... | 82 |
| 5.1 MANHÃ..... | 83 |
| 5.2 TARDE..... | 91 |
| 5.3 NOITE | 97 |
| 5.4 MADRUGADA..... | 104 |
| CONCLUSÕES E DESCONCLUSÕES | 108 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 111 |

1 APRESENTAÇÃO: A TERCEIRA MARGEM DO RIO

Nosso pai era homem cumpridor, ordeiro, positivo; e sido assim desde mocinho e menino, pelo que testemunharam as diversas sensatas pessoas, quando indaguei a informação. Do que eu mesmo me alembro, ele não figurava mais estúrdio nem mais triste do que os distintos, conhecidos nossos. (...) Mas se deu que, certo dia, nosso pai mandou fazer para si uma canoa. (...) E esquecer não posso, do dia em que a canoa ficou pronta. Sem alegria nem cuidado, nosso pai enalçou o chapéu e decidiu um adeus para a gente. Nem falou outras palavras, não pegou matula e trouxa, não fez a alguma recomendação. (...) Nosso pai não voltou. Ele não tinha ido a nenhuma parte. Só executava a invenção de se permanecer naqueles espaços do rio, de meio a meio, sempre dentro da canoa, para dela não saltar, nunca mais. A estranheza dessa verdade deu para estarrecer de todo a gente. Aquilo que não havia, acontecia. (...) E fui tomando idéia. Sem fazer véspera. (...). Só fiz, que fui lá. Com um lenço, para o aceno ser mais. Eu estava muito no meu sentido. Esperei. Ao por fim, ele apareceu, aí e lá, o vulto. Estava ali, sentado à popa. Estava ali, de grito. Chamei, umas quantas vezes. E falei, o que me urgia, jurado e declarado, tive que reforçar a voz: — Pai, o senhor está velho, já fez o seu tanto... Agora, o senhor vem, não carece mais... O senhor vem, e eu, agora mesmo, quando que seja, a ambas as vontades, eu tomo o seu lugar, do senhor, na canoa!...”E, assim dizendo, meu coração bateu no compasso do mais certo”. Ele me escutou. Ficou em pé. Manejou remo n’água, proava para cá, concordado. E eu tremi, profundo, de repente: porque, antes, ele tinha levantado o braço e feito um saudar de gesto — o primeiro, depois de tamanhos anos decorridos! E eu não podia... Por pavor, arrepiados os cabelos, corri, fugi, me tirei de lá, num procedimento desatinado (ROSA, 1962, p. 32).

O trecho acima foi selecionado do livro intitulado “Primeiras Estórias” de Guimarães Rosa (1962), um conto que recebe o nome de “A terceira margem do rio”. Nesse, o autor descreve a estória de uma família na qual o pai manda construir uma canoa e decide morar no rio. A estória narrada pelo filho diz da mobilização da família em função da escolha misteriosa do pai e da tentativa do filho de compreender essa escolha. Na tentativa de entender o pai e a ânsia de tirá-lo daquela situação depois de anos de presença na margem da vida do pai, o filho culmina por fazer a proposta de troca de lugares, aceita pelo canoeiro e logo depois expurgada pelo filho. Um conto que tem como tema o espaço, as escolhas, os vínculos, a família e a subjetividade. Morar no meio, não ser margem, viver as águas, ora violentas, ora calmas, do rio; ser profundidade.

Fazemos a escolha, nesta dissertação, de usarmos a arte, por meio de trechos literários, composições musicais e imagens como pano de fundo para as discussões da temática da População em Situação de Rua, ou diremos, população em situação de rio. Essa arriscada escolha, pois não somos literatos, músicos ou críticos, se fundamenta na

necessidade de tradução, conceito produzido pelo sociólogo Boaventura de Souza Santos (2000). Este conceito aborda a condição emancipatória como aporte da teoria, uma busca de articulação entre conhecimentos diversos visando um campo de inteligibilidade mútua sem a perda de especificidades ou imposição hierárquica de saberes. Santos (2000) aponta como de extrema valia os projetos produzidos fora dos centros pensantes da sociologia, pela leitura inovadora dos acontecimentos, as variações metodológicas que visam uma maior amplitude de conhecimento e o acesso e intervenção em espaços mais fragilizados pela exploração capital.

Desta forma, a arte buscará dizer o que nos falta em palavras, um pano de fundo que tem a responsabilidade de ser pano, frente e cerne. Interessante pontuar que várias obras sobre a temática da População em Situação de Rua produzidas no Brasil, como os livros: “Vidas ao Léu: Trajetórias de Exclusão Social” – Sarah Escorel (1999), “Entre Ruas, Lembranças e Palavras” – Maria Vany Freitas (2005), “Corpus Rasurados” – Ivete Walty (2005) e distintos apresentam a rua por intermédio da arte. É somente por meio de poemas, canções e imagens que esses autores conseguem expressar o que tem uma impressão tão forte e foi também assim que conseguimos derramar o que vimos, escutamos, revimos, sentimos e nos indignamos ao ter este encontro com a rua.

Reorientando-nos pelo conto, voltamos aos objetivos desta dissertação. Podemos associar que o propósito central do filho era compreender o que levou o pai a esta escolha e, por conseguinte, tirá-lo daquela condição. Em nossa pesquisa vislumbramos a População em Situação de Rua², mas diferentemente do filho que visava entender a origem do problema e a solução para o mesmo, temos como objetivo geral compreender como o morador em situação de rua se correlaciona com o rio ou a rua. O nosso barqueiro, ou os PSRs, tem sido intitulado de várias formas:

“Desfiliados”, “desafortunados”, “despossuídos”, “desumanizados”, “mendigos”, “maloqueiros”, “desintegrados”, “não integrados”, “desvinculados”, “moradores de rua”, “loucos”, “doidos de rua” (VILLAMARIM, 2009, p. 29).

Os Sans-Abri (sem abrigo) e depois Sans Domicile Fixe (sem domicílio fixo), na França. Os Homeless nos Estados Unidos e Inglaterra. Os Under-Class, que compreendem os "sem vergonha" e os "promíscuos", de quem fala Wacquant (1996) em A Hunderclass urbana do imaginário social e científico

² Nesta dissertação, em função da recorrência da expressão «População em Situação de Rua», vamos adotar como forma de sua abreviação «PSR» ou «PSRs», mesmo que em alguns momentos retomemos a sua explicitação ampla.

norte-americano, e a denominada "Povo de Rua" no Brasil são os novos termos usados para identificar essa população. Sem-casa, sem-teto, sem-ocupação (BRITO, 2003, p. 41).

Na busca de denominações que designem este público, seguimos o Decreto nº 7.053/2009, que instituiu o conceito produzido pelo Ministério do Desenvolvimento Social, por meio da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

Considera-se População em Situação de Rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, p. 8).

A nomenclatura atualmente definida para apresentar as Pessoas em Situação de Rua sofreu várias alterações ao longo dos diferentes momentos da história³. A denominação usada nesta dissertação começou a ser empregada no Censo produzido pela cidade de São Paulo no ano de 2003 e apresenta em seu corpo gráfico a condição provisória de identidade. As palavras “em situação de” apresentam a condição de passagem pela identidade morador de rua. A denominação População em Situação de Rua vislumbra desconectar o indivíduo da condição única de ser rua e aproximá-lo da condição de estar de passagem pela rua.

Assim, esta nomenclatura consegue abarcar um propósito maior de não estigmatizar mais o público com uma identificação estática. Maria Lúcia Lopes da Silva (2009) descreve brevemente sobre a justificativa da escolha desta terminologia na sua dissertação intitulada “Mudanças recentes no mundo do Trabalho e o fenômeno População em Situação de Rua no Brasil”:

“População em Situação de Rua”, em detrimento de outras, como “moradores de rua”, “população de rua” ou “pessoas de rua”. A meu ver, as outras expressões tendem a reforçar a perspectiva de análise desse fenômeno como um “estilo de vida” ou como uma situação decorrente de fatores vinculados à condição e à sociedade humana, escamoteando sua vinculação imanente à sociedade capitalista (SILVA, 2009, p. 106).

³ Sobre mais denominações sobre este público e a forma como esse é denominado pela imprensa escrita, consultar o livro: *Vidas de Rua*. Cleisa Moreno Maffei Rosa (2005).

A reprodução dessa denominação incorpora também a perspectiva de intervenção direta nas políticas públicas e no senso comum, por intermédio, basicamente da nomenclatura, pois é preciso compreender que esse público não é resultado imediato de um parto das entranhas da rua, mas uma situação processual que deve ser trabalhada para a mudança.

Acordados sobre a nomenclatura que define o público por essa pesquisa estudado, caminhamos para ruminar o objetivo deste estudo. Perguntas e respostas ruminam sobre as margens do rio, questionamentos do antes da rua ou a forma de sair são frequentes em pesquisas elaboradas por diversos acadêmicos e por instituições públicas e privadas: qual o motivo leva um cidadão a transformar a sua vida privada em pública? Ou como promover a saída das pessoas da condição de morador de rua? As respostas obtidas são um combinado de fatores: falta de emprego, saúde mental, ausência de moradia, violência familiar, uso de drogas, acesso ao mundo do trabalho, resgate aos vínculos familiares e outras respostas confirmadas nas últimas pesquisas censitárias⁴ produzidas no país. O que nos propomos nesta dissertação é o estudo dos meios, da essência da rua, das questões intrínsecas às atividades da rua, o espaço do fortuito e imprevisível constituinte da vida-cotidiano da condição de ser morador de rua e o conceito de cotidiano como campo de compartilhamento de experiências.

Esta dissertação, assim, surge de um olhar atento da margem para a vida no rio, surge do olhar atento da calçada para as relações da rua. Da práxis que caminha para a práxis. Surge quando, em nossa caminhada profissional, um processo de oito anos de trabalhos de gestão e execução de políticas públicas voltado à População em Situação de Rua no Município de Belo Horizonte,⁵ sentimo-nos tão urdidos pelo fenômeno de rua que nem nos distinguíamos mais do fazer da exclusão e do refazer do cotidiano. Surge nas observações dos técnicos responsáveis por atendimento à população de rua, referindo-se aos acréscimos efetivos e com poucas evasões após adentrar-se a condição de morador de rua deste público. Surge e justifica-se não somente pelo acréscimo, mas pelo desconhecimento subjetivo das políticas públicas e da gama complexa de aspectos

⁴ Em Belo Horizonte, foram produzidos dois censos da população de rua, 1998 e 2005. No ano de 2007 foi também realizado um Censo pelo Ministério de Desenvolvimento Social – MDS – envolvendo 71 municípios (23 capitais e 48 cidades com mais de 300 mil habitantes).

⁵ Funções desenvolvidas no Programa Miguilim (Educador Social) e Programa Bolsa Moradia (Coordenador), ambos da Secretaria Adjunta de Assistência Social do Município de Belo Horizonte.

que transpõem a rua como cita, nesse sentido, Silva (2006) que descreve como o único consenso sobre a diversidade de fatores que levam a população à situação de rua é a diversidade de aspectos que ali perpassam. Porém, esta pesquisa justifica-se, também, pelo acréscimo quantificável e constante da população nos vários municípios brasileiros. Segundo o último Censo do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS⁶ (2008) foi contabilizado em 31.992 pessoas em situação de rua acima de 18 anos em 71 municípios⁷, excluindo quatro capitais de peso que haviam feito este Censo⁸.

Optamos, diante da diversidade de fatores que perpassam a situação de rua, por aprendermos com a rua pela perspectiva da metodologia biográfica e pesquisa participante. Vislumbramos usar uma metodologia que abarcasse a troca de conhecimentos e a relação subjetiva que perpassa o pesquisador e o pesquisado. Desta forma, com o intuito de compreender o real da rua, justificado pela necessidade de ampliar as pesquisas qualitativas sobre a vida na rua, o acréscimo de moradores e a não compreensão das políticas públicas sobre a complexidade da rua trabalhamos ao longo de dois anos com três nortes de recolhimento de dados: um grupo de oito moradores de rua com o qual construímos a pesquisa de trajetória de vida; por seguinte como integrante da pesquisa participante estadual sobre População em Situação de Rua; e por último, nos concentramos em uma releitura bibliográfica utilizando de fontes diretamente correlacionadas aos estudos da População em Situação de Rua e de sua história. Metodologias que visavam não substituir o barqueiro, mas sim adentrar-se no rio e estar próximo o suficiente para escutar o conto, ou a história vivida que é contada pelo próprio narrador.

Para tanto esta dissertação se subdividirá em seis capítulos, sendo constituída de: 1º – Apresentação; 2º – Metodologia de Pesquisa; 3º – Rua em Contexto: o espaço e a população; 4º – A Ergologia Sai Para a Rua: entre o cotidiano e o vazio de normas; 5º – O Cotidiano: manhã, tarde, noite e madrugada; e, para finalizar, o 6º – Conclusões e Desconclusões. O primeiro capítulo é o ensejo para darmos a conhecer nossa proposta de um novo olhar sobre o cotidiano da rua nessa dissertação. O segundo capítulo é uma

⁶ A referida pesquisa foi terceirizada e produzida pelo Instituto de Pesquisa de Opinião Meta, de Porto Alegre. Desta forma a referência bibliográfica encontra variações de publicação. Nas bibliografias deste projeto encontra-se como: META (2008).

⁷ A pesquisa foi realizada em municípios com a população acima de 300 mil habitantes.

⁸ São Paulo, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte.

reflexão metodológica sobre o encontro com o público, os espaços pesquisados, as metodologias e os retornos produzidos pela intervenção. No terceiro item produzimos uma análise sobre o espaço da rua, a apresentação dos donos da biografia e as características dos PSRs. No quarto capítulo fizemos uma exposição da disciplina ergológica como instrumento de análise do cotidiano da rua. Em seguida colocamos nossas lentes sobre o cotidiano da rua, fragmentando em períodos didáticos como: manhã, tarde, noite e madrugada. E, por seguinte, construímos conclusões e desconclusões sobre a experiência do encontro com a População em Situação de Rua.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

Se procurar bem, você acaba encontrando.
Não a explicação (duvidosa) da vida,
Mas a poesia (inexplicável) da vida.
(ANDRADE, 2002. p. 1462)

2.1. MÉTODO BIOGRÁFICO

A escolha da metodológica biográfica sustenta-se pelo objetivo de ouvir e de facilitar a fala daqueles que fazem da rua um local de moradia. Mas, questões fazem-se presentes quando desejamos em uma pesquisa acadêmica nos prestar a promover o acesso da expressão para aqueles postos como inauditos. A primeira seria: porque é necessário dar expressão verbal a um determinado público? E por seguinte: Quando o discurso oral se tornou restrito a determinados grupos ou privilégio de distintos? No intuito de refletir esses questionamentos faremos um breve recorte sobre a exclusão do discurso para as populações menos favorecidas e o caminhar das ciências sociais até os Métodos Biográficos.

Marilena Chauí ao descrever a introdução do livro “Memória e Sociedade” de Ecléa Bosi (1987), referindo-se ao pensamento do teórico Walter Benjamin, expõe a importância do cronista no relato da história de nossas cidades. Um texto que diz da forma de silenciar e da importância de se rememorar:

Por que temos que lutar pelos velhos? Porque são a fonte de onde jorra a essência da cultura, ponto onde o passado se conserva e o presente se prepara, pois, como escrevera Benjamin, só perde o sentido aquilo que no presente não é percebido como visado pelo passado. O que foi não é uma coisa revista por nosso olhar, nem é uma idéia inspecionada por nosso espírito - é alargamento das fronteiras do presente, lembrança de promessas não cumpridas. Eis porque, recuperando a figura do cronista contra a do cientista da história, Benjamin afirma que o segundo é uma voz despencando no vazio, enquanto o primeiro crê que tudo é importante, conta e merece ser contado, pois todo dia é o último dia. É o último dia é hoje. Mas, se os velhos são os guardiões do passado, por que *nós* é que temos de lutar por eles? Porque foram desarmados. Ao mostrar, Ecléa, sua tese deixa exposta uma ferida aberta em nossa cultura: a velhice oprimida, despojada e banida. A função social do velho é lembrar e aconselhar - *memini, moneo* - unir o começo e o fim, ligando o que foi e o por vir. Mas a sociedade capitalista impede a lembrança, usa o braço servil do velho e recusa seus conselhos. Sociedade que, diria Espinosa, "não merece o nome de Cidade, mas o de servidão, solidão e barbárie", a sociedade capitalista desarma o velho mobilizando mecanismos pelos quais oprime a velhice, destrói os apoios da memória e substitui a lembrança pela história oficial celebrativa (BOSI 1987, p. 18)

A População em Situação de Rua, como os velhos, são os cronistas produtores de memórias orais extraídas do cotidiano e carregadas pelo aprendizado da experiência, mas ocultadas pelo silenciário⁹ do capitalismo. Porém, vislumbramos que a origem do silêncio ou o cerceamento do conhecimento oral dos grupos de desfavorecidos socialmente, têm suas raízes em pontos da história da humanidade que precedem o sistema capitalista. Retomamos, assim, à filosofia para nos ordenar possíveis leituras diferenciadas e na passagem do pensamento mítico para o filosófico na Grécia, por volta do séc. VI a.C., encontramos uma descaracterização do conhecimento popular denominado como mítico:

As lendas ou narrativas míticas não são produto de um autor ou autores, mas parte da tradição cultural e folclórica de um povo. Sua origem cronológica é indeterminada e sua forma de transmissão é basicamente oral. O mito é, portanto, essencialmente fruto de uma tradição e não da elaboração de um determinado indivíduo (MARCONDES, 2002, p. 20).

Marcondes (2002) pontua que, além da mitologia, em várias outras culturas, como os índios da América pré-colombiana e povos de origem indo-européia ou africana, encontramos o pensamento mítico ou uma forma pela qual o povo explica aspectos essenciais da realidade em que vive; o que Levi Strauss (1976), no livro “Pensamento Selvagem”, vem denominar mais tarde como bricolagem dos signos ao mundo. Essa percepção do mundo é substituída gradualmente pelo conhecimento científico ou o conhecimento que visa à descrição e seleção dos fatos; a dúvida de reflexão coletiva torna-se parte de uma escola de pensamento.

Segundo o pensamento do Filósofo Nietzsche¹⁰, citado por Furtado (2001), esta dissidência ou desfragmentação da percepção do mundo é fundamental para o futuro da ciência. O pensamento ao longo da história ocidental evolui não para uma forma de reflexão e dúvida sobre os fatos e relações, mas sim para uma de designar os fatos, de ordená-los, de fazê-los manuseáveis; um conhecimento manipulador e detentor do poder. Nietzsche avalia que a indagação estava presente no pensamento mítico, mas este

⁹ No Baixo Império Romano, o encarregado de manter os escravos em silêncio, empregado do palácio imperial, escravo ou não, encarregado de fazer reinar a ordem e o silêncio durante as recepções.

¹⁰ NIETZSCHE, F. *Considérations inactuelles*. Tome I. Trad. Henri Albert. Paris: Mercure de France, 1977.

era livre e mutável; e o que os filósofos como Sócrates e Aristóteles vão estabelecer um aprisionamento do saber. A ciência natural torna-se, dentro deste processo histórico de fragmentação, a ordenadora oficial de todos os processos metodológicos de pesquisa. No caminhar da Filosofia Moderna, mais de dois mil anos¹¹ se passaram entre o pensamento mitológico e a constituição da Sociologia e um dos maiores representantes dessa Sociologia, Durkheim, retrata no Livro intitulado “Regras do Método Sociológico” (1995) a forma fragmentadora como a ciência correlaciona-se com o sujeito na pesquisa empírica:

É preciso, portanto, considerar os fenômenos sociais em si próprios, desligados dos sujeitos que os representam: é preciso estudá-los objetivamente como coisas externas, pois é com este caráter que se apresentam a nossa consideração (DURKHEIM 1895/1995, p.55)

E é com esse caráter de distanciamento que as ciências sociais entram definitivamente para o patamar de conhecimento quantificador. O conhecimento que, *a priori*, era oral e produto coletivo torna-se quantificável e produto de um “assujeitamento”. As ciências sociais reproduzem as ciências naturais e perdem, ao longo da história, a possibilidade de inter-relação ou de reunificar o conhecimento em prol da legitimação científica.

No princípio do sec. XX, dois aspectos são fundamentais para repensar as ciências sociais e humanas: a consolidação da Psicologia Social como disciplina independente e o processo de re-significação das ciências sociais por vários pensadores¹². Ateremos, neste trabalho, somente as mudanças das ciências sociais, pois essas refletiram diretamente na concepção atual da Psicologia Social e da metodologia que trabalhamos.

Segundo Álvaro e Garrido (2006), em 1923, a criação Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, mais tarde denominado Escola de Frankfurt, foi um dos cerne da formação de cientistas sociais¹³ que buscavam caminhos para a

¹¹ Por motivos didáticos não desenvolveremos os pensamentos construídos na “Era Cristã” até a “Idade Média” 100 a 1400 d.C.

¹² O período é bem caracterizado no livro *Método nas Ciências Naturais e Sociais*, de ALVES-MAZZOTTI, Alda, e GEWANDSZNAJDER, F. F. Muniz (2001).

¹³ Theodor W. Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse e Walter Benjamin são os principais expoentes da Escola de Frankfurt.

efetivação de uma ciência mais compromissada com a transformação social e críticos à ciência tradicional referente aos aspectos ideológicos de uma ciência dominante.

Concomitantemente, a Escola de Chicago foi o principal núcleo de desenvolvimento das Ciências Sociais norte-americanas, no início do séc. XX. Álvaro e Garrido descrevem:

No início do século XX a cidade de Chicago estava mergulhada em um processo de rápida industrialização que a transformou no principal ponto de destino de um número crescente de imigrantes procedentes tanto de áreas rurais dos Estados Unidos quanto de distintos países. A prosperidade econômica da cidade teve na sua contrapartida o aparecimento de inúmeros problemas sociais (...). O estímulo representado pelos problemas sociais da cidade, a orientação filosófica orientada pelo pragmatismo e os recursos econômicos que as instituições econômicas puseram em disposição da pesquisa fizeram com que o departamento de Sociologia da Universidade de Chicago torna-se o centro americano de Sociologia até 1930(...) O enorme esforço que dedicou à pesquisa aplicada fez com que uma das principais contribuições desta escola fosse o desenvolvimento de métodos de pesquisa especificamente sociológicos (ÁLVARO; GARRIDO, 2006, p. 78).

Em referido contexto, adquirem destaque nas ciências sociais os modelos alternativos de pesquisa e os relatos biográficos que assumem um patamar de produção sociológica. Os Sociólogos William I. Thomas (1863-1947) e F. Znanieck (1863–1931) adquirem destaque, na Escola de Chicago, abrindo espaço para a invenção e o pluralismo metodológico dentro de estudos de problemas que não caberiam nos rígidos limites dos paradigmas anteriores. O método de História de Vida é amplamente usado nesse período para trazer a expressão aos poloneses imigrantes.

Segundo Gaulejac (1993), a metodologia de História de Vida é utilizada na Sociologia de formas episódicas e retoma sua ação na atualidade devida à crise das metodologias quantitativas apontadas por G. Balandier. A metodologia de História de Vida parte do pressuposto da proximidade ao usar a narração livre da história de vida para uma compreensão mais pormenorizada da realidade social, como Barros e Silva descrevem:

Trata-se de apreender o vivido social, o sujeito e suas práticas na maneira pela qual ele negocia as condições sociais que são particulares. Pede-se ao sujeito que conte sua história da maneira que lhe é própria, de seu ponto de vista e , através desta história , tentamos compreender o universo do quais os sujeitos fazem parte. Isso nos mostra uma faceta muitas vezes ignorada pelos pesquisadores: a do mundo subjetivo em relação permanente e simultânea com os fatos sociais (BARROS; SILVA, 2002. p.136).

Nesta perspectiva, o objeto-sujeito da pesquisa torna-se ator dessa pesquisa, ou seja, considera-se uma relação dinâmica e intrínseca entre o mundo real e o teórico; um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade, uma tentativa de unificação do saber por intermédio da singularização coletiva e simplificação oral que não pode ser traduzida somente em números, hipóteses assertivas ou razões absolutas. Gaulejac (1996) no artigo “*Histoires de vie et choix théoriques*¹⁴” aponta: o objetivo da análise é de aprender as articulações, as influências recíprocas entre os diferentes registros que determinam à história de um indivíduo, em particular entre os aspectos sociológicos e os aspectos psicológicos (GAULEJAC *apud* BARROS, 1996. p.5).

A metodologia de História de vida possui três eixos norteadores: a historicidade, a identificação coletiva e o vínculo. Gaulejac e Márques (2006) afirmam que a historicidade só pode ser contemplada quando o indivíduo toma consciência de sua própria existência e descreve:

O indivíduo é produtor de histórias: através de sua atividade fantasmática, sua memória, suas palavras e seus escritos. O homem opera sua reconstrução de seu passado, como se quisesse poder controlar seu curso, ao menos compreender o sentido (GAULEJAC; MÁRQUES, 2006, p. 65. Tradução Nossa¹⁵).

Recontar, re-significar, traduzir, dar novos moldes a história segundo a presença do autor, isto é, o papel a desempenhar da historicidade. A resposta ao nosso convite primaz traz em sua mais simples resposta a marca da historicidade:

“O que eu vou falar da minha vida, minha vida só foi coisa ruim, gente. Mas minha vida tem várias fases, né? Tem a fase de criança, a fase de adolescência, pré-adolescência e agora a fase de adulto, né. Porque eu me considero... quase adulto agora né? Eu vi uma pesquisadora uma vez falando que... a pessoa pode ter 50 anos, mas se morar com os pais, ainda é adolescente, né? Por isso que eu saí de casa (risos). É sério. (...) Ai você que vai...” (L. S. Ferreira, comunicação pessoal, 29 de jan. de 2010).

O segundo eixo de nossa tríade do método é a ponte reflexiva entre a história individual e coletiva. Ao recontar a história segundo um modo particular de se reorientar no mundo, o indivíduo começa a correlacionar, a contrapor, a completar e

¹⁴ Tradução: História de vida e escolhas teóricas.

¹⁵ Texto original: El individuo es productor de historias: a través de su actividad fantasmática, su memoria, su palabra y sus escritos, el hombre opera una reconstrucción de su pasado, como si quisiera a falta de poder controlar su curso, al menos comprender el sentido.

corroborar sua história com a história oficial ou coletiva. Benjamin¹⁶, citado por Montagner (2007).

Como elaborou Benjamin, a modernidade não aportou consigo as experiências comuns e coletivizadoras da sabedoria tradicional da humanidade; as experiências comuns deixaram o universo social, pois eram reproduzidas pelas grandes narrativas e pela existência de narradores afeitos à tradição oral. Se não há narrativas comuns, clara está a impossibilidade da existência de uma visão de mundo comum (MONTAGNER, 2007, p.245).

Essa correlação das histórias foi sempre tamponada pela história oficial e para o próprio indivíduo se contextualizar e se contradizer, pois a história oficial pode ser encarada como uma verdade unívoca. Ferrarotti assinala, ao dizer sobre a relação coletiva, que se tece no discurso individual nos métodos biográficos: “Cada vida humana se revela até nos seus aspectos menos generalizáveis como síntese vertical de uma história social” (FERRAROTTI, 1990, p. 50. Tradução nossa¹⁷). No contexto da pesquisa essa correlação se mostra imprescindível e rica de pormenores da história que sucumbem ao autoritarismo das histórias reconhecidas.

O vínculo entre o entrevistado e o pesquisador é o eixo mais frágil que, por vários motivos, pode se fragmentar ou não se constituir e é também o diferencial primordial dessa metodologia com as demais abordagens biográfica. Para Enrique Pichon-Rivière (1988, p. 3) o vínculo é “a maneira particular pela qual cada indivíduo se relaciona com outro ou distintos, criando uma estrutura particular a cada caso e a cada momento”. Essa é a maneira como o pesquisador constrói sua relação com o sujeito, uma profundidade de reconhecimento e autoria dos dois personagens nesse momento de construção mútua. Lucia Afonso no Manual de “Metodologias de Trabalho Social com famílias na Assistência Social” (2007) descreve sobre a construção de vínculo:

O vínculo, no sentido psicológico, designa também o apego entre pessoas (o desejo de conviver), o sentimento de responsabilidade pelo outro, que está ligado ao desempenho dos papéis e à identidade social de cada um. O comprometimento mútuo que reencontra aqui a revivência não apenas dos ideais em comum, mas também do afeto que embasou o surgimento e a manutenção desses ideais. Reencontramos o entrelaçamento das histórias individuais passadas, presentes e futuras, que sustentam as identificações e dá

¹⁶ BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹⁷ Texto original: Chaque vie humaine se révèle jusque dans ses aspects les moins généralisables comme synthèse verticale d’une histoire sociale.

o sentimento de pertencimento e de identidade. Finalmente, é importante enfatizar o vínculo enquanto relação de transferência. Em todas as relações, há a possibilidade de se estabelecer alguma forma e intensidade de transferência – isto é de revivência de conflitos e demandas associadas ao passado em uma relação atual. Se pensarmos nas famílias em situação de risco social, ou com medidas sócio-educativas, podemos compreender que o movimento que suas crianças e adolescentes muitas vezes têm de fazer entre adultos responsáveis, entidades de abrigos, famílias acolhedoras e mesmo nos casos de adoção, os novos vínculos a serem estabelecidos, ou vividos em uma temporalidade instável, terá de ser calcada sobre alguma forma de apoio, identificação e/ou transferência¹⁸ (BELO HORIZONTE, 2007, p.78).

O vínculo apresenta-se não somente como um dos eixos, mas uma parte fundamental que faz o liame entre os demais eixos. “Conte-me sua história”: uma questão que conduz nossa pesquisa mobiliza a subjetividade do ser que se investiga para contá-la da melhor maneira, ou da maneira que lhe é possível. O pesquisado ao contar sua história tem a possibilidade de re-significação de seu percurso de vida; é a historicidade como norte ao ator principal. E ao relatar sua história e repensar seus caminhos o entrevistado aponta que sua caminhada não foi feita por apenas um personagem, mas por um coletivo que se reacende pela voz de um singular.

A opção pelo uso do método de História de Vida apresenta-se como uma oportunidade de re-significação da voz, do que se perdeu audível entre as quantificações do ser humano e as categorizações científicas. Sendo assim, esse método propõe a dar visibilidade a fenômenos pouco tangíveis aos nossos estudos acadêmicos, juntamente com a parcialidade do pesquisador e a busca por um novo velho conhecimento.

2.2 O DELINEAMENTO DAS ETAPAS DA PESQUISA: LIMITES E POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS

O delinear dessa pesquisa tem sua procedência na minha experiência profissional na área social. Ao decurso de anos de trabalhos, nesta área, pude encontrar,

¹⁸ Nesse sentido, o fenômeno transferencial será diferente daquele de um tratamento individual psicanalítico, mas envolve também a sua consideração e, por vezes, a sua explicitação, como no caso da criança que precisa saber que voltará a viver com a sua família de origem e que se separará da família acolhedora com quem já “estabeleceu vínculo”.

atender e intervir com os PSRs de faixa etária diferenciadas, em espaços diferenciados e com métodos alternativos¹⁹.

Meus primeiros trabalhos com população em situação de rua tiveram início em um breve contato com jovens institucionalizados do Centro de Internação Provisório (CEIP). Nesse local, juntamente com quatro estudantes de psicologia em períodos iniciais da graduação e três integrantes de um grupo de jovens da igreja católica, demos início a encontros dominicais com os internos dessa instituição. Um padre foi nossa porta de entrada institucional e nossa intervenção aconteceu sem planejamento, projetos ou aportes teóricos que surgiu após algumas visitas e da proposta de alguns internos de simplesmente escutar músicas (principalmente rap) e conversar. A proposta ampliou-se a cada encontro e produzimos pequenas atividades lúdicas (produção de cartazes e montagem de pequenas exposições internas), leitura e discussões de jornais com os jovens (o futebol era o tema principal e a violência nas comunidades). Também discutíamos questões do cotidiano, contávamos piadas, jogávamos futebol, ríamos sentados no chão dos alojamentos e planejávamos a partir das sugestões dos jovens e de nossas possibilidades.

Esse encontro foi fundamental para direcionar minhas demais ações na área social, pois nossa inexperiência nos encaminhou para a escuta, para a simplicidade e para o vínculo. Os jovens, a partir destas atividades, queriam entender o que fazíamos na faculdade e sonhavam com a possibilidade de alcançar algo diferente do prescrito da marginalidade. Eles nos relatavam como fugiam dos centros de internação, como participavam da criminalidade e seus temores de escuro e fantasma. Optamos em brincar, em sermos lúdicos, em escutar. Encontramo-nos. Dominique Lhuillier (2006) ao refletir sobre o papel do pesquisador descreve:

A posição do pesquisador se distingue aqui claramente da posição de autoridade, de *expert* (especialista) no assunto porque ela supõe que não pretende dispor do saber que os atores somente precisariam registrar e enunciar em decisões-ações. O pesquisador se reconhece engajado num mesmo processo com os outros atores: trata-se de agir compreendendo e de compreender agindo (LHUILIER, 2006, p.65. Tradução nossa²⁰).

¹⁹ Segundo a perspectiva de atendimento a População em Situação de Rua de Belo Horizonte, para trabalhar com crianças e adolescentes de rua o método era diferenciado do trabalho com Adultos em Situação de Rua.

²⁰ Texto original: La position de l'intervenant se distingue ici clairement de la position d'autorité de l'expert en ce qu'elle suppose qu'il ne prétende pas disposer du savoir que les acteurs n'auraient qu'à

Dessa experiência com internos, acessei o Programa Miguilim²¹ da Secretaria Municipal de Assistência Social, local em que trabalhei como Educador Social embasado na metodologia de Paulo Freire, segundo Streck; Redin; Zitkoski (2008)²². A equipe de Abordagem Social²³ era constituída por um trio multidisciplinar que vislumbrava ser presença na rua e um meio de interface entre as instituições de atendimentos e as Crianças e Adolescentes em Situação de Rua. Do chão dos alojamentos fomos para o chão da rua das praças e logradouros públicos da cidade. Compartilhamos com os jovens, adultos e famílias em situação de rua as agruras e alegrias. Presenciamos guerra de comida, jovens incendiados nas noites, amores e desabores, a violência e incompreensão dos entornos e comunidade, muitas chegadas à rua e vários retornos para casa. Promovemos campeonato de futebol, tocamos tambores, fizemos passeios recreativos e escutamos.

Passado anos de trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua e outras experiências na área social, retorno a trabalhar com este público em situação de rua, mas com adultos que possuem trajetória de vida nas ruas, mas não necessariamente estavam nas ruas. No Programa Bolsa Moradia, da também Secretaria Municipal de Assistência Social, participo da equipe de acompanhamento familiar de pessoas que estavam no processo de sair das ruas e receber uma moradia provisória custeada pelas políticas públicas. Uma relação mais complexa, pois representava agora uma instituição pública que impunha a saída das ruas para o acesso a moradia, sem possibilidade de escolhas reais ou participação efetiva neste processo de saída. Não foi mais possível brincar e escutar músicas, mas ainda foi possível escutar suas histórias para que o processo de transição da rua para a casa fosse elaborado e compreendido pelos mesmos.

enregistrer et décliner en décision-actions. L'intervenant se reconnaît, comme les autres acteurs, engagé dans un même processus : il s'agit de faire en comprenant et de comprendre en faisant.

²¹ O Programa Miguilim recebe esse nome em homenagem ao personagem de Guimarães Rosa do Livro intitulado Manuelzão e Miguilim. Este personagem carrega as marcas da exclusão social e interpreta uma metáfora ao perceber o mundo de uma nova ótica ao ganhar óculos de grau após anos de vivência com a deficiência visual.

²² O método Paulo Freire aborda a troca de conhecimentos e busca a fonte de alimentação do aprendizado na cultura dos que fazem parte deste encontro. A relação da educação por um viés horizontal, multiplicadora e politizada.

²³ Abordagem é a atividade de aproximação do agente público ao usuário em situação de vulnerabilidade e risco, com vistas a inseri-lo ou reinseri-lo na rede de serviços sócio-assistencial. A abordagem pode ser dar mediante solicitação da sociedade ou através de busca ativa dos serviços.

Nesse processo, sentei-me à mesa de várias famílias e tomei muitos cafés na casa de ex-moradores de ruas e escutei suas histórias e repensei a minha. Após dois anos de atendimento técnico compartilhei com essa mesma equipe a coordenação deste programa.

Minha última experiência com a população de rua e concomitante ao período de construção desta dissertação foi na pesquisa realizada pela Pastoral de Rua de Minas Gerais, o “Movimento Nacional de População de Rua” (MNPR) e o “Instituto DH – Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos e Cidadania” (IDH), denominada como “Condições Sócio-Econômicas, Políticas e Culturais da População em Situação de Rua de Minas Gerais”. Esse trabalho teve como base a pesquisa participante e, em sua constituição, uma equipe multifacetada composta por profissionais da área de humanas e ex-moradores de rua e População em Situação de Rua que atuaram na construção dos instrumentais, passando pela execução da pesquisa no campo e na elaboração final dos dados. Essa experiência me postou durante quatro meses dividindo o trabalho, as viagens, as hospedagens, as refeições, as angústias e desejos com personagens que traziam a história das ruas entrecruzadas com as suas.

Compreende-se aqui que um dos critérios comuns a pesquisa-ação concerne ao tipo de relações estabelecidas entre os pesquisadores e os atores. Esses últimos não são mais considerados como objetos passivos da investigação, mas como sujeitos engajados na reflexão-elaboração da vida prática com a colaboração de pesquisadores. São, portanto, os grupos sociais engajados que vão identificar os problemas que eles querem estudar, realizar uma análise crítica e buscar as soluções adequadas. Há ao mesmo tempo uma dependência mútua entre pesquisadores e atores, mas também interesses recíprocos. O processo de produção do conhecimento e a contribuição que esses sujeitos extraem desse processo, são dois efeitos mutuamente dependentes da pesquisa-ação. (LHUILIER, 2006, p. 65. Tradução nossa²⁴).

Desse arcabouço da práxis caminhamos para preparação de nossa pesquisa sobre o cotidiano da População em Situação de Rua. A contribuição da minha experiência estava no conhecimento parcial, dos técnicos, do público atendido e dos espaços de

²⁴ Texto original: On comprend ici qu'un des critères communs aux recherches-actions concerne le type de relations établies entre les chercheurs et les acteurs. Ces derniers ne sont plus considérés comme des objets passifs d'investigation, mais comme des sujets engagés dans la réflexion-élaboration de la vie pratique avec la collaboration de chercheurs. Ce sont donc les groupes sociaux concernés qui vont identifier les problèmes qu'ils veulent étudier, en réaliser une analyse critique et rechercher les solutions adéquates. Il y a à la fois dépendance mutuelle entre chercheurs et acteurs mais aussi intérêt réciproque. Le processus de production de connaissances et la contribution qu'en retirent les sujets sont deux effets mutuellement dépendants de la recherche-action.

atendimento. Assim, o meu lugar como pesquisador esteve imbuído de leituras diferenciadas pelo público. Em alguns momentos fui identificado como o “Educador do Miguilim” que tocava tambores, em outros como “técnico do Bolsa Moradia” e em alguns casos como o “Coordenador do Programa Bolsa Moradia”. Esta última identificação, apesar de um ano sem executar o cargo de coordenador, trouxe alguns empecilhos, pois alguns PSRs associavam a pesquisa a uma seleção para inserção no Programa Bolsa Moradia. O diário de campo de uma das primeiras visitas ao Albergue descreve esse conflito e as dificuldades iniciais:

“Sinto que meu boné representa que sou de outro espaço e mundo, me olham, mas não me veem. Deço para o refeitório onde se encontra uma grande televisão posta a altura. Todos olham para cima e poucos conversam. Sinto-me invisível. Questiono-me quem são os invisíveis eu ou eles? Logo atrás do refeitório alguns jogam bola euforicamente. Paro para assistir e eles sabem que alguém diferente os observa. O jogo torna-se mais gritado e eufórico. O jantar será servido à movimentação aumenta. Questiono se já será servido a um dos usuários. Ele responde secamente que sim. Observo alguns usuários conhecidos dos meus anos de trabalho com população de rua, somente um me cumprimenta. Avalio como positivo, pois nos últimos anos fiquei vinculado à figura institucional que cedia benefícios de moradia e temia por esse lugar como pesquisador”. (Diário de campo, 05 de jan. de 2010).

Esse emaranhado de papéis foi superado com a presença contínua e esclarecedora sobre o meu desvincular das políticas públicas e meu papel, neste momento, de estudante e pesquisador. Dessa forma, nossa pesquisa baseou-se no chão da rua, no encontro, na descoberta, no respeito, no diálogo com os profissionais atuantes nessa área e, principalmente, nas pessoas em situação de rua.

Nosso percurso metodológico foi constituído dos itens descritos a seguir e embasados em nossa percepção sobre o campo: 1 – Contato institucional, construção de parceria e visitas institucionais de observação; 2 – A escolha dos entrevistados; 3 – Retorno.

2.2.1 Contato institucional, construção de parceria

A primeira fase da pesquisa deu-se por um conjunto de ações de diálogo institucional e técnico para a preparação de encontros com a População em Situação de Rua, vislumbrando a produção de uma pesquisa transparente e ética. Os primeiros encontros foram, a princípio, com instituições reconhecidas pelo público em geral como

espaços efetivos de atendimento. Esses primeiros contatos institucionais tiveram o objetivo de explicitar o formato de pesquisa, colher sugestões e montar um planejamento conjunto.

Três espaços foram convidados para uma construção coletiva: A Pastoral de Rua, o Albergue Municipal “Tia Branca” e o Centro de Referência da População de Rua (CRPR). A escolha desses locais correlaciona-se ao cotidiano da população de rua. Podemos comparar esses espaços com pontos de referência que se complementam no cotidiano da rua: dormir, acordar e tomar café no Albergue; guardar as coisas no CRPR; participar de oficinas; lavar as roupas e em alguns casos almoçar; depois do almoço buscar a Pastoral para conversar, para se reunir, para um café e protestar; e logo depois ir jantar no Albergue. É como se, espacialmente, a casa fosse reconstituída e dividida em locais diferentes na cidade: os quartos de dormir no Albergue Municipal, a área de serviço da casa e os banheiros no CRPR e a sala de estar na Pastoral da população de rua; a casa fragmentada da cidade não é a casa do cidadão.

Continuemos nosso percurso metodológico. Após a explicitação dos objetivos desta pesquisa demos início a segunda etapa de observação. Contabilizamos setenta e dois encontros com o público e com os gestores institucionais. Estivemos em horários e situações variadas nesses espaços para compreendermos o funcionamento e as lógicas de relação com o público. Permanecemos várias noites no Albergue Municipal com os homens de cor de asfalto; embrenhamos-nos entre eles no tom de cinza que a rua promove por sujeira e cansaço. Observamos os horários, as diferenças de atendimentos dos públicos, a movimentação interna e as formas de adaptação dos usuários ao local. Assistimos futebol, conversamos, tiramos fotos e observamos juntos os enlances de um espaço que acolhe em média trezentos homens por noite. Foram ao todo quarenta e quatro noites de observação, sendo em média duas a três vezes por semana. No CRPR estivemos em muitas tardes e manhãs juntas. Tivemos a oportunidade de conhecer também o funcionamento e as dificuldades, mas principalmente interagimos; jogamos dama e xadrez, e por muitas vezes perdemos; participamos de oficinas de filmes e de reciclagem. Participamos simplesmente. Na Pastoral do povo da rua estivemos nos encontros da comunidade onde a população de rua buscava discutir suas questões. Lá observamos o árduo exercício de compartilhar as diferenças de aproximar as dificuldades da rua.

Em todas as instituições observamos o funcionamento e os rearranjos que a população de rua e as equipes técnicas promovem para os atendimentos. E, nesse período, principalmente buscamos observar, junto com as equipes técnicas, quais moradores em situação de rua teriam as condições para apresentar seu discurso ou contar sua história de vida. Essa preocupação sobre o perfil se deu pelas condições precárias de saúde física e psicológica que os anos sobre a condição de rua provocam neste público. Assim, optamos em selecionar homens que estivessem há mais de três anos em situação de rua e que, além do interesse em contar suas histórias, apresentassem condições de verbalização. Optamos, também, pelos moradores em situação de rua que não tivessem participado de outras pesquisas ou entrevistas para podermos disponibilizar este tipo de intervenção para mais pessoas. Além deste critério, selecionamos grupos por faixas etárias que vislumbrassem os diferentes modos de viver na rua. Desta maneira delimitamos em três grupos: o primeiro de 18 a 30 anos, o segundo de 31 a 45, o seguinte de 45 a 65anos²⁵.

Nestes contatos institucionais repassávamos um quadro semelhante ao delineado abaixo para uma avaliação da equipe técnica e indicação de possíveis entrevistados.

Quadro 1 – Instrumento de identificação de possíveis entrevistados

| Nome ou Apelido | | Faixa Etária | Local onde costuma permanecer |
|------------------------|---------|---------------------|--------------------------------------|
| | 18 a 30 | | |
| | | | |
| | 31 a 45 | | |
| | | | |
| | 45 a 65 | | |
| | | | |

²⁵ Classificação de faixa etária conforme a escala de classificação da Organização Mundial da Saúde - OMS (idade adulta jovem – dos 15 aos 30 anos, idade madura – dos 31 aos 45 anos e idade de mudança – dos 46 aos 60 anos). Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, 10ª revisão. São Paulo: Centro Colaborador da OMS para a Classificação de Doenças em Português; 1995.

2.2.2 Visitas institucionais de observação

Por intermédio dos registros de diário de campo vamos apresentar, neste item, a percepção estrutural e funcional das instituições que atendem o público em questão com o intuito de apresentar os espaços, sua relação com a cidade e com População em Situação de Rua. Iniciaremos pela Pastoral de Rua, em seguida abordaremos o Albergue Municipal Tia Branca e por último abrangearemos o Centro de Referência da População de Rua.

2.2.2.1 Pastoral do Povo da Rua

Em Belo Horizonte, segundo Ferreira (2001) “as primeiras propostas de trabalho junto à população de rua foram sustentadas naquela ocasião pela Ação Social Arquidiocesana- ASA²⁶”. João Batista Moreira Pinto²⁷, um dos participantes destes primeiros trabalhos no principio dos anos 80, em uma breve entrevista nos relata:

“As primeiras ações da Pastoral de Rua, em Belo Horizonte, foram realizadas nos anos de 1980 a 1982. A base deste movimento foi constituída por um grupo de jovens vinculados a paróquia do bairro Sagrada Família e que inicialmente promoviam encontros semanais do povo de rua no pátio lateral da Igreja São Jose (região central de Belo Horizonte). Este grupo geriu também uma casa de acolhimento para a população em situação de rua que executava oficinas lúdicas e profissionalizantes como, por exemplo, atividades de tecelagem. Este espaço teve suas ações interrompidas no final de 1982 por conflitos com a comunidade do entorno”. (João Batista Moreira Pinto, comunicação pessoal, 15 mai. de 2011).

A Pastoral de Rua tem como seu principal objetivo abordar e interagir com os que vivem nas ruas, visando confraternizar de forma fraterna, religiosa e solidária. Segundo Rosa (2005) os trabalhos com a População em Situação de Rua no Brasil tiveram como exemplo as ações realizadas na cidade de São Paulo por um grupo irmãos Uruguaias e o monge beneditino Ignácio Lesama que se compadeceram com as condições de vida dessas pessoas. Esse trabalho se intensifica, em Belo Horizonte, com

²⁶ Através de Dom Serafim Fernandes de Araujo e com as participações de Ivone Faria, Eunice Vilela, Maria Rita, João Batista Neuza Lima, Maria de Fátima Pereira de Roy, Rosane Aquino, Nenuca Csastellveck e Maria de Fátima Pereira (in memoriam)

²⁷ Professor da Escola Superior Dom Helder Câmara e um dos fundadores do Instituto DH: Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos e Cidadania

a chegada das Irmãs Oblatas de São Bento que trabalhavam com esse público, em distintos Estados, e chegam à cidade no ano de 1987 com essa proposta.

Atualmente, com sede no bairro da Lagoinha, às margens do centro da cidade de Belo Horizonte, a Pastoral de Rua executa seus principais trabalhos de mobilização e organização. A Pastoral traz como norte o trabalho constituído por meio da participação coletiva na organização e mobilização de suas ações. Uma ação política, no que concerne esta palavra, um ato ainda belo de participação e organização.

A Pastoral assessora a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte (ASMARE), o Grupo "Moradia para todos" e "Amigos da Rua", em parceria com o poder público, em três projetos: República Reviver; Centro de Referência "Projeto Cidadania" e Projeto de Abordagem de Rua; e a organização do Fórum da População de Rua. Dentre estas ações optamos por compartilhar de encontros com dois grupos para observação e troca de informações: A Comunidade Amigos de Rua e o Fórum de População de Rua.

A Comunidade Amigos de Rua - é um espaço de mobilização e organização do Movimento da População de Rua, onde moradores e ex-moradores de rua se encontram para discutir questões do cotidiano da rua. É o espaço onde se dá a integração dos vários grupos de rua: moradores, ex-moradores, ocupantes de casas e prédios, a partir da realização de assembleias. Propicia o fortalecimento da organização, ampliando suas conquistas de moradia e geração de renda. (PASTORAL DE RUA – ARQUIDIOCESE DE BH, 2010)

Nas reuniões podemos observar o diferencial desta instituição que fala sobre a organização e participação direta da População em Situação de Rua, em todas as etapas das ações que envolvem o público: na elaboração da pauta, na construção dos projetos, na organização de eventos, no cafezinho e nas construções jurídicas a participação do povo da rua é efetiva junto aos técnicos desta instituição. É uma instituição que utiliza: uma forma de trabalho que se reinventa para acolher os novos integrantes deste grupo e manter a discussão em um nível produtivo para aqueles que participam a mais tempo deste grupo e uma metodologia que trabalha com primórdios básicos de convivência como a escuta, a responsabilização, a busca constante de consciência e a paciência. O local da reunião da “Comunidade Amigos da rua” sempre nos lembra de que discutimos as questões da rua:

“Uma sala que fica na posição abaixo da rua e os sons dos carros fazem presentes dentro da sala. São carros que sobem e descem, ônibus que param, alarmes que gritam dentro da sala e o cheiro do asfalto que invade o ar”
(Diário de campo, 24 de fev. de 2010).

Nesse recinto tivemos a oportunidade de conversar com vários moradores de ruas e técnicos que nos indicaram pessoas para entrevistas e esclareceram dúvidas sobre a rua e seu cotidiano. É tangível a metodologia da Pastoral de Rua, se pensarmos que a rua está em todos os espaços de discussão ou a equipe está na rua por intermédio da abordagem. É uma prática constante para perceber, intervir e compreender a realidade por meio da realidade.

A sede das pastorais é o local onde se tem constituído as reuniões do Fórum de População de Rua criado no ano de 2000, segundo a Lei nº 8029 de 6 de junho de 2000 de Belo Horizonte, e dispõe sobre a política pública para a população de rua no município.

§ 2º - O Fórum referido no caput terá caráter: I - permanente e consultivo, quanto à elaboração de política pública voltada para a população de rua; II - deliberativo, quanto às decisões para seu funcionamento. § 3º - O Fórum População de Rua será paritário e composto por representantes: I - de órgãos governamentais; II - de entidades e associações não governamentais; III - da população de rua. (BELO HORIZONTE, 2000)

Esse espaço onde o encontro de vários representantes governamentais e não governamentais tece o vinco entre a rua e os demais segmentos para deliberar e consultar a rua foi expressivo para observarmos o funcionamento da rua. A promoção dos encontros de moradores de rua com representantes do Ministério Público e de órgãos públicos da saúde, moradia e educação, é uma realidade pouco constatada em distintos espaços e com distintos públicos. Uma realidade efetiva que traz consigo a possibilidade da rua de expor suas mazelas, angústias, sofrimentos e reivindicações por direitos e cidadania.

2.2.2.2 Albergue Municipal Tia Branca

O Albergue funciona à Rua Araribá, nº 285²⁸ incrustado entre o conjunto habitacional IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários) e comunidade Pedreira Prado Lopes. À frente do Albergue encontra-se o conjunto IAPI fundado em 1944 como um dos maiores condomínios da América Latina, com um intuito social de possibilitar a moradia aos funcionários públicos da cidade recém-planejada. Contudo outra função era desempenhada por este conjunto de prédios: o de esconder a favela denominada Pedreira Prado Lopes. A imagem da cidade que precisava de um acesso ao seu principal cartão postal – Pampulha - sem uma favela como guia da capital mineira. Atrás do Albergue encontra-se a essa comunidade fundante de Belo Horizonte. Fundante, pois desse local era gerido as pedras para as construções arquitetônicas da cidade e em seguida tornou-se morada para os trabalhadores sem aplicabilidade da capital. Atualmente esta comunidade é conhecida,²⁹ no senso comum, pelo comércio de drogas ilegais e espaço de uso constante por vários dependentes. Uma região que vive a contradição da proximidade do centro urbano e do distanciamento pela invisibilidade e expurgo social pela comunidade construída nas bases de uma pedreira sem fazer parte do planejamento da cidade. Dentro desse contexto encontra-se o Albergue que se posta na entrada sul da comunidade e conta com o apoio de vários moradores e o desprezo de outros tantos distintos:

“Foi fundado em 25/03/92, inicialmente com o nome de "Albergue Noturno Municipal Casa do Caminho", pela Associação Grupo Espírita "O Consolador" e é mantido por recursos provenientes de convênio firmado com a Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte (MG). Sua finalidade é oferecer albergamento noturno e prestar alguns serviços à "População Adulta de Rua", em Belo Horizonte, num regime de pernoite (triagem, banho, alimentação, acolhimento e plantão do Departamento de Assistência Social). O Departamento de Assistência Social do Albergue tem como proposta de trabalho o acolhimento e acompanhamento dos casos que demandam especificidades, tanto do ponto de vista da escuta quanto dos desdobramentos, que viabilizem reintegração social, jurídica e cultural dos usuários (inclusive no tocante a auto-estima, documentação, serviços de benefícios, integração na área de saúde

²⁸ O Albergue Municipal Tia Branca foi reinaugurado em 2010 e consta atualmente com novas instalações mais adequadas e compatíveis ao atendimento, tendo também aumentado o número de profissionais e o número de públicos atendidos. Desta forma nossa impressão constitui-se sobre o antigo Albergue da Rua Arariba.

²⁹ Contudo, esconde em seus becos e em suas histórias uma vasta história cultural, uma representatividade estadual em esportes coletivos como Handebol, uma fervorosa mobilização política e cultural, uma ação contundente de políticas públicas e uma comunidade extremamente receptiva e calorosa.

física/mental e cuidados corporais). Originalmente eram atendidos na mesma unidade tanto homens quanto mulheres, algumas acompanhadas de seus filhos. Com o aumento da procura pelo Albergue, e devido à necessidade de se oferecer atendimento diferenciado para seus usuários, foi criada uma unidade exclusiva para mulheres, chamada "República Maria Maria"³⁰ (ALBERGUE MUNICIPAL TIA BRANCA, 2010).

O público do Albergue é atualmente definido por homens (maiores de 18 anos) e sem limite de faixa etária que se encontram em situação de rua na cidade de Belo Horizonte (MG) e outras regiões, sem residência fixa e/ou vinculação empregatícia formal. O Albergue Tia Branca atualmente, por motivo de reforma do Abrigo Belo Horizonte (Centro de Referência Estadual do Migrante), tem recebido também pessoas que chegaram à cidade por condições da migração. A Infra-Estrutura do Albergue é gerida para uma capacidade 300 usuários por noite, mas segundo relatos dos técnicos da área social, a capacidade é superada de acordo com o fluxo da rua e as intempéries políticas³¹. O funcionamento interno é ininterrupto (sempre há no mínimo um funcionário no local) e as dependências são constituídas de dois galpões interligados que contém no espaço reservado para o público: cozinha e despensa, refeitório, dois banheiros (10 lavatórios), cinco dormitórios (divididos em alas com em média 60 camas), guarda-volumes, cômodos para guardar materiais diversos (cobertores, toalhas de banho, lençóis, doações e arquivo morto), uma sala para o departamento administrativo e três salas para o departamento de Assistência Social (atendimentos individuais e acolhimento).

O departamento de Assistência Social conta com uma equipe de quatro profissionais de nível superior, três estagiários e cinco vigias, para o atendimento de trezentas pessoas por noite. Os atendimentos são realizados no horário de 13h as 18h com a finalidade de orientação e encaminhamento e das 18h às 20h, como acolhimento. Os usuários acessam o Albergue diretamente, o que significa dizer que não precisam ser encaminhados por qualquer outra instituição para acessar o espaço. Entre os PSRs sua grande maioria conhece o Albergue é em alguma situação fizeram uso deste:

³⁰ República Maria Maria constitui moradia temporária para mulheres sozinhas, desacompanhadas de filhos, devido a estrutura imprópria da casa. Diferentemente da República Reviver, as mulheres não precisam contribuir com a gestão financeira da casa que conta com uma equipe técnica para acompanhamento e encaminhamentos. Há fornecimento de alimentação completa para as mulheres e materiais para higiene pessoal.

³¹ Ações de higienização cometidas pela Polícia Militar ou pelo próprio serviço de fiscalização da Prefeitura no cotidiano da rua.

“Ai vai eu para a Pedreira sem conhecer nada, porque me indicaram o Albergue da Pedreira e vai eu para lá. Ai um chegava e me apontava dali, outro apontava por aqui, até que nós conseguimos chegar. Um bahiano, um Capixaba, um Paulista e um Carioca. Quer dizer uma carioca, porque era mulher. Na subida mesmo a gente já é enquadrado. O cara pede documento de um, documento de outro e vê que cada um é de um lugar diferente. “Não vocês vieram aprontar alguma aqui”. Até que nos conseguimos explicar que focinho de porco não é tomada foi quase vinte minutos que nós se encontrou no ônibus e estávamos indo para o abrigo. Naquela época a Pedreira tava nervosa, muito violenta, hoje em dia esta até calma” (A. M. Teixeira, comunicação pessoal, 11 de fev. de 2010).

O acolhimento é dividido em dois grupos: o primeiro, a partir das 17 horas, é direcionado para os mais idosos ou com problemas de saúde; o segundo é para o público em geral e tem início às 18 horas. Todos os usuários quando ingressam pela primeira vez nesse recinto são atendidos pelo Serviço Social para avaliação de encaminhamentos. Após esse atendimento recebem um cartão com um número funcional e são encaminhados para uma fila que orienta quando ao local para registro de presença, o repasse do número da ala e cama usada naquela noite, e o recebimento de uma toalha. É disponibilizado também um espaço para guardar seus pertences à noite. Somente após tomar banho ou usar a toalha é disponibilizada uma senha para a refeição. Os usuários estão livres para usar os dormitórios a partir de sua entrada no Albergue, mas o horário de saída é às 6 horas da manhã, com direito a um lanche matinal. Os usuários com condições de saúde precária são encaminhadas para o Abrigo São Paulo ou permanecem provisoriamente no Albergue. Durante o dia são realizados encaminhamentos oriundos de atendimentos da equipe de Serviço Social Noturno e da Psicologia. Após as 22 horas somente os vigias são responsáveis pelo funcionamento do Albergue. A instituição não disponibiliza qualquer oficina ou atividade para os usuários, somente o uso da televisão é permitido até as 22 horas e em casos especiais, como jogos, permanece ligada até mais tarde.

O empenho dos profissionais em buscar resolutividade para as demandas dos usuários é perceptível a todo instante: tentativa de contato com familiares, busca de encaminhamentos para trabalho e solução de conflitos constantes entre usuários. São algumas funções exercidas dentro de uma rede frágil de atendimento e uma estrutura física pauperizada. O ambiente é sempre pouco iluminado e barulhento onde a privacidade é uma realidade inexistente, a higiene não é o primordial ou o básico é uma tentativa individual: dormir, comer e ser mais um na estatística. Essa condição fica descrita em uma das primeiras visitas de observação:

“Sai e após passar pelo refeitório entrei para os dormitórios; mesmo com anos de visita a este espaço ainda me surpreendo com o numero gigantesco de camas. Cada ala é um incansável sequências de camas e o cheiro nem sempre é muito agradável. Ainda não é hora de dormir e vários esperam uma vaga no banheiro ou que o jantar saia para saciar, em vários casos a única refeição do dia. A refeição é feita em pequenas bacias e o coordenador já havia me relatado que os usuários fizeram a opção por bacias, pois se pode servir mais ao invés de pratos. A comida tem um cheiro bom! Na parte de cima perto da cozinha o ambiente é tranquilo e muitos conversam amenamente. (...) Os mais velhos também fazem parte das minhas observações. Eles comportam-se mais solitariamente e com vínculos mais restritos de companheiros, mas não deixam de ter esses vínculos. Após mais de uma hora de observação retiro-me e combino com o coordenador que aguardaria os arquivos. E voltaria na semana seguinte, pois era sexta – feira e quase 22 horas.” (Diário de campo, 29 de janeiro de 2010).

O quarto de dormir da cidade foi o local onde executamos o maior número de entrevistas e a única instituição que contava com um banco de dados informatizado sobre os usuários atendidos. Esse banco de dados foi primordial para selecionarmos as pessoas pelo número de pernoites efetivas dentro do Albergue. Assim, após o contato inicial a instituição sugeriu que minha seleção fosse constituída pelos moradores que tivessem o maior número de pernoite nos últimos anos e um grupo fosse indicado pela equipe técnica e pelos vigias noturnos³². Dentro do banco de dados colhemos as primeiras informações referentes a 897 usuários em relação ao numero de pernoites:

Quadro 2 – Media de pernoites por usuário

| Número de Usuários | Número de Pernoites |
|---------------------------|----------------------------|
| 508 | 90 |
| 227 | 90 – 360 |
| 142 | 360 – 1095 |
| 20 | Mais 1095 |
| Total: 897 | |

Nosso grupo inicial de convidados para a pesquisa restringiu-se ao número de 20 usuários com mais de 1095 pernoites no Albergue Municipal e os indicados.

³² A indicação feita pelos vigias noturnos foi balizada pela experiência de anos de trabalho que parte dos integrantes dessa equipe possui com a população em situação de rua.

2.2.2.3 Projeto Cidadania - Centro de Referência da População de Rua

O Centro de Referência de População de Rua (CRPR), coordenado pela Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social, recebe diariamente 120 usuários entre homens e mulheres acima da faixa etária de 18 anos ou menores acompanhados de seus pais ou responsáveis. É um espaço diurno para convivência, onde os moradores de rua podem lavar roupas, tomar banho, guardar pertences pessoais e fazer uso da biblioteca. No local, inaugurado em 1996, por meio do Orçamento Participativo (OP), também são realizadas oficinas sócio-educativas, de informática, cinema, teatro, cultura popular, ambientação, artes plásticas e futebol, além de debates temáticos e palestras que buscam resgatar a auto-estima, a identidade e a inclusão social. Guimarães (2010), Coordenador do Centro de Referência, cita sobre o objetivo institucional em sua dissertação intitulada “A religiosidade de moradores de rua da cidade de Belo Horizonte: uma via de subjetivação”:

O Centro de Referência é uma conquista popular e por isso guarda ainda hoje em sua metodologia a perspectiva da participação das pessoas nas atividades desenvolvidas nesse serviço e na vida do mesmo como um todo. O Centro de Referência da População de Rua tem como objetivo acolher e atender pessoas adultas e famílias em situação de rua, procurando responder às demandas pontuais e realizar encaminhamentos para a rede sócio-assistencial e de saúde da Prefeitura de Belo Horizonte. Além disso, é um local que oferece a possibilidade do morador de rua se organizar a partir da oferta de banheiros para higiene corporal; tanques para a lavagem de roupas e armários individuais para guarda de roupas, documentos e distintos pertences. (GUIMARÃES, 2010, pg. 81)

O espaço também conhecido como “Portão Azul” fica na Avenida do Contorno, nº 10.852, no Barro Preto, um local de grande fluxo de pedestres e automóveis na cidade de Belo Horizonte. É um espaço que como o nome da avenida contorna o grande centro urbano. Nas mediações encontram-se também um grande número de depósitos de materiais recicláveis e a ASMARE. E ao lado do Portão Azul, como nas mediações do Albergue Municipal, o tráfico de drogas é uma realidade constante:

“Por várias vezes fomos abordados ao sentarmos na frente do Centro de referência para observação. O galpão é na maioria das vezes muito quente e alguns momentos saía até a portaria e me sentava para refrescar e olhar a rua e o movimento dos que lá estavam. Em alguns instantes questionavam se desejava drogas, ou em alguns momentos com sutileza questionávamos se éramos policiais. Por varias vezes tive que repetir o motivo de estar somente sentado, até que um dia já me cumprimentavam e me chamavam de o negão da Faculdade lá” (Diário de campo, 24 de fevereiro. de 2010).

Ao exemplificarmos o uso dos espaços físicos da cidade como partes de uma casa ficamos na condição periclitante de ampliarmos a função de alguns locais ou restringi-los. O CRPR acarreta a situação de restrição ao compararmos este local à área de serviço de uma casa, pois a expressividade das oficinas sócio-educativas supre a simples condição de espaço para se lavar roupas, guardar utensílios e tomar banho. Não nos abstendo da importância que estes últimos fazem na condição de quem vive nas ruas.

Nesse recinto a possibilidade de executar a pesquisa vinculada a faixa etária da população de rua tornou-se mais plausível, pois o centro de referência, pelo seu perfil de funcionamento, propicia uma interação com uma maior amplitude de faixas etárias da População de Rua. Como exemplo podemos perceber que no Albergue Municipal tem-se uma maior concentração de idosos e adultos no recinto por causa dos horários de funcionamento e da funcionalidade do espaço, como cita um dos entrevistados “ali é para poder dormir e comer”. O CRPR tem mais possibilidades de oficinas, pode-se lavar roupa e o acesso pode ser para simples contato com distintos moradores e uma relação mais cotidiana e ampla.

Nesse espaço a equipe técnica, após uma breve reunião, selecionou um grupo de oito moradores em situação de rua nas faixas pré-determinadas. Participando das oficinas, obtivemos a oportunidade de conhecer e fazer vários contatos iniciais com os indicados e demais moradores. Ao se jogar dama ou assistir algum filme, junto com os moradores, nos aproximamos da realidade da rua.

2.3 A ESCOLHA DOS ENTREVISTADOS

O processo de seleção para entrevistas condicionou-se as visitas institucionais e destas o convite aos técnicos e moradores para indicarem o público almejado. A partir destas indicações, selecionamos um grupo em cada instituição e começamos as entrevistas iniciais.

No Albergue Municipal selecionamos 27 pessoas em situação de rua, sendo desses 12 indicados pela equipe técnica do Albergue e 12 selecionados no banco de dados da instituição com base no critério de estarem a mais de 1095 noites no

Albergue; o equivalente a três anos de rua. E três pessoas se ofereceram para serem entrevistados. Com a lista dessas 27 pessoas, demos início aos contatos diretos que sofriam as variações de presença dos usuários no Albergue de acordo com cada dia da semana. Assim, dos 27 conseguimos convidar 18 e 5 participaram diretamente da pesquisa. Desse grupo de 27 selecionados podemos assinalar que 14 estavam na faixa etária acima de 46 anos; 12 pessoas na faixa etária de 31 a 45 anos; e uma pessoa abaixo de 30 anos.

Quadro 3 – Faixa Etária dos Entrevistados

| Faixa etária | Nº Usuários | Porcentagem |
|---------------------|--------------------|--------------------|
| 18 a 30 | 2 | 7.2% |
| 31 a 45 | 12 | 42.8% |
| Acima de 46 | 14 | 50% |

Segundo o quadro acima, podemos fazer uma análise sobre o uso contínuo que as pessoas mais idosas fazem do Albergue. Constatando que, em média, 96% das pessoas que permanecem no Albergue há mais de 1095 pernoites está na faixa etária acima de 31 anos e acima dos 46 anos equivale a 50%. Outro dado relevante é que, desse grupo de 27 usuários, 10 possuem mais de cinco anos de pernoites no Albergue.

No Centro de Referência de População de Rua foram indicadas oito pessoas e desses, três participaram diretamente da pesquisa. Os cinco que não participaram da pesquisa foram ouvidos em uma entrevista de triagem e optaram por não participar por motivos variados.

Contudo, a escuta era uma demanda frequente nesse espaço, devido a minha participação efetiva nas oficinas e ser uma pessoa não vinculada à instituição e disponível a uma escuta imparcial. Assim, a escuta ou as entrevistas informais aconteceram com mais 15 usuários.

Na Pastoral de Rua o espaço vinculou-se majoritariamente a observações do cotidiano e dos três usuários indicados um fez parte direta da pesquisa. O quadro abaixo se refere aos dados gerais dos entrevistados diretamente na pesquisa:

Quadro 4 – Entrevistados/Idade/Tempo de rua/Instituição de origem

| Entrevistados | Idade | Tempo de rua | Instituição de origem |
|----------------------|--------------|---------------------|------------------------------|
| I. O. Santiago | 19 | 3 | CRPR |
| L. S. Ferreira | 21 | 3 | CRPR |
| A. M. Teixeira | 31 | 8 | CRPR/Albergue |
| O. Moraes | 39 | 20 | CRPR |
| F. F. Muniz | 41 | 10 | PASTORAL/Albergue |
| V. L. Godim | 48 | 11 | ALBERGUE |
| J. S. Passos | 55 | 6 | ALBERGUE |
| G. Rafael | 63 | 3 | ALBERGUE |
| SOMATORIA | | 64 | |

2.4 RETORNO: TRANSCRIÇÕES E LIVROS

Uma coisa, se você puder fazer uma coisa com essa história pra ajudar alguma pessoa, você pode por o livro na banca. Autoridade eu estou te dando. Pra ajudar alguma pessoa... Por que talvez muitas crianças vem pra rua, muitas pessoas vem pra rua, igual eu mesmo vim, não sabem tudo que acontece na rua. Porque a rua não é uma criança, a noite é uma criança, mas a rua não é. Na rua, você tem que procurar o que você quer, ou de bem ou de ruim, é somente o que eu falo pra você (O. Moraes, comunicação pessoal, 05 de janeiro. de 2010).

O trabalho acadêmico para algumas populações é ainda visto com muita desconfiança e incredibilidade devido aos anos de expropriação cometido por pesquisadores e instituições que vislumbram o saber de uma via unilateral. Parte da População em Situação de Rua encontra-se nesse público insatisfeito com as formas de pesquisa acometida em seus espaços que não lhes trazem respostas ou retorno no final de cada etapa. Com a intenção de selar a nossa responsabilidade enquanto pesquisadores participativos optamos por retornar ao final do processo de entrevistas e entregar uma pequena encadernação, que por alguns foi denominada como livro, e fazermos uma leitura desta para o entrevistado. A encadernação continha as transcrições organizadas tematicamente e corrigidas respeitando as gírias, mas normatizadas no uso oficial da escrita.

A importância de visualizar as entrevistas prontas foi um salto positivo na relação com os entrevistados, pois esses experienciam a concretização da subjetividade por intermédio de sua história impressa. Produzimos oito encadernações e algumas não

puderam ser entregues, pois não encontramos mais os entrevistados. Na entrega escutávamos respostas variadas, mas algumas demonstravam a importância desse ato:

“Nossa! É estranho ter sua vida nas mãos...”; “Agora já tenho algo para levar para minha família...”; “Tem muito tempo que nos conversamos e minha vida já mudou toda. Vamos ter que sentar e conversar mais...”; “Ficou muito bom, nem parece minha vida (risos)” (Comunicação Pessoal).

3 A RUA EM CONTEXTO: BREVE HISTÓRICO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Os principais estudos sobre a história da População em Situação de Rua se concentram em alguns campos: nas correlações diretas com a industrialização e a evolução do capital; na história da exclusão do mundo do trabalho; nos processos de migração no Brasil focalizados a partir dos anos oitenta. Iniciaremos nossos estudos tomando por base histórica a Idade Média até os dias atuais focalizando o Brasil, a região das Minas Gerais e, prioritariamente, Belo Horizonte.

A nossa escolha da Idade Média como o pontapé de nossos estudos sobre a População em Situação de Rua correlaciona-se com as características econômicas e sociais marcantes deste período que indiretamente perpetuaram sobre a percepção e intervenção construída socialmente para esse público. Características como a economia feudal baseada na relação com a terra, ou a posse e produção de riquezas advindas da exclusão ao direito a terra, e as bases sociais e culturais vinculadas a Igreja Católica são aspectos que influenciaram o contexto de exclusão e miserabilidade de um grupo no tocante da migração produzida pela expropriação da terra e o grande apelo religioso que invocava aos súditos para exercerem a doação, como sinal de perdão e indulgência. A migração é presente no contexto da humanidade desde seus primórdios, contudo nesse período se torna marcante com a expropriação da terra pelos senhores feudais e a quebra da identidade dos camponeses que tinham como sua alcunha identitária o trabalho e a sobrevivência advindos do campo. Desta forma, a mendicância e a miserabilidade alcançam um status diferenciado. As pessoas que perdiam suas terras tinham o direito a serem explorados pelos senhores feudais ou se tornarem flagelados cristãos. Ao decorrer desse período, estes miseráveis se subdividem entre os eremitas, as ordens de mendicantes e os leprosos, segundo Jean-Claude Schmitt (1990) que descreve:

O ato de dar esmolas no período medieval estava muito associado com a questão da salvação, uma intermediação entre aquele que tem recursos e o próprio Deus. Entre estes dois estariam, portanto aqueles que resolveram viver dessas esmolas, considerando que a sua pobreza material enobreceria sua alma, trazendo-lhe riqueza espiritual e garantindo assim a sua vida eterna no paraíso. Antes do século XI, esse grupo intermediário era chamado de Eremita, justamente pelo fato de não viver em uma região ou domicílio fixo. Esse grupo vivia em peregrinação e fazia das floretas a sua morada. (...) A partir do século XII, a sociedade medieval presenciou o desenvolvimento de centros urbanos. Esses por si só já eram uma área marginalizada durante esse período. Aqueles que antes viviam em peregrinação e desmembrados de

qualquer tipo de organização formal, passam agora a fazer partes de “ordens mendicantes”, as quais têm como princípio básico o voto de pobreza. O período medieval também presenciou grandes epidemias, as quais levaram parte de sua população ou a morte ou a pobreza extrema, já que esses doentes eram obrigados a abandonar seus postos de trabalho depois de infectados, para assim evitar que a doença se alastrasse ainda mais (SCHMITT, 1990, p.275)

Schmitt (1990) indica que o aumento progressivo deste público era uma realidade que fez surgir, dentre as principais instituições de caridade, uma seleção entre os aptos a receber essas doações e os não aptos. O primeiro grupo seria os necessitados caritativamente e o segundo os taxados com o estigma de marginais ou vagabundos. Com o incremento da Idade Moderna, as cidades obtinham uma nova importância e começam a se reorganizar segundo o capital e as demandas da burguesia. Essa mudança, segundo Marx (1996), acontece em função da retirada da terra como alavanca motriz da acumulação primitiva, para a transformação em mercadoria e a conversão de seus meios de trabalho em capital, ao contrário, da condição servil das massas.

Essas mudanças econômicas e culturais refletem antagonicamente diante desse público, pois o acréscimo de arrendamentos produzia mais pessoas para as cidades; em contrapartida, a sociedade começa a ver com maus olhos as pessoas mendicantes. Marx (1996) cita também que as leis colocadas em vigor no reinado de Henrique VIII, na Inglaterra, no ano de 1530, que estabeleciam:

Esmoleiros velhos e incapacitados para o trabalho recebem uma licença para mendigar. Em contraposição, açoitamento e encarceramento para vagabundos válidos. Eles devem ser amarrados atrás de um carro e açoitados até que o sangue corra de seu corpo, em seguida devem prestar juramento de retornarem a sua terra natal ou ao lugar onde moraram nos últimos 3 anos e se porem ao trabalho (MARX, 1996, p. 356).

Marx (1996) cita outro exemplo que ilustra também como eram tratadas as pessoas em situação de rua, ou mendigos. Trata-se de uma lei do reinado de Elizabeth I, em 1572, que determinava que as pessoas encontradas esmolando sem licença e com mais de 14 anos de idade seriam açoitadas e marcadas a ferro em sua orelha esquerda.

No Brasil, segundo Souza (1982), as leis de Portugal, por volta dos séculos XIII e XIV, influenciaram a inserção dos excluídos socialmente dos países colonizadores por intermédio de exílio nos países colonizados. Os portugueses, nesse período, começam a tomar iniciativas mais enérgicas em relação à mendicância e medidas são postas com o

cunho de expurgo das pessoas que praticassem esses atos. Uma destas medidas coloca a saída além mar nas intituladas ordenações e leis do reino de Portugal sobre a pena de degredo aos vadios:

Dos vadios. Mandamos que qualquer homem que não viver como senhor, ou com amo, não tiver ofício, nem outro mestre, em que trabalhe, ou ganhe sua vida, ou não andar negociando algum negócio seu, ou alheio, passados 20 dias do dia que chegar a qualquer cidade, vila ou lugar, não tomando dentro dos ditos 20 dias amo, ou senhor, com quem viva, ou mestre em que trabalhe ou ganhe sua vida, ou se o tomar, e depois o deixar, e não continuar seja ele preso e açoitado publicamente. E se for pessoa, em que não caibam açoites, seja degredado para África por um ano. Em 1667, a coroa promulgou editos que ordenavam o sentenciamento sumário de pessoas que esperavam julgamento: “os vagabundos foram degredados ao Marrocos e os responsáveis por ofensas mais graves seriam enviados ao Brasil” (TEIXEIRA, 1903 ³³ *apud* SOUZA, 1982, p. 83).

Laura de Mello Souza (1982) no livro intitulado como “Os desclassificados do Ouro” ressalva que, historicamente, o conceito de vadiagem, na língua portuguesa, refere-se aos errantes, os sem lugar e inadaptados ao trabalho. No Brasil Império, segundo Martins (2001), a organização social discrimina claramente o desordeiro do vadio. O estrangeiro que promove brigas e se embriaga pela cidade recebe o título de desordeiro que importunavam a ordem pública, enquanto os homens livres e pobres brasileiros ou escravos libertos recebiam a conotação de vadios e eram enquadrados em ocorrências como autores de vadiagem.

O processo de abolição da escravidão no Brasil foi efetuado sem ações para inserção dos ex-escravos no mundo social, promovendo um enfraquecimento da identidade do homem livre das cidades. No contexto escravocrata, existiam dois pólos sociais: os senhores e os escravos. Ser um homem livre significava não ser escravo e não ser escravo significa não trabalhar. Martins (2001) esclarece este contexto:

É interessante ressaltar que, embora existissem homens livres naquele momento da sociedade brasileira, a base da organização social era o trabalho cativo, ou seja, o sentido que o trabalho tinha para os pobres livres ou libertos assumia uma conotação extremamente negativa. A negatividade contida na categoria trabalho não era, por sua vez, exclusiva e somente para os pobres. Para a sociedade inteira o trabalho era tido como uma mácula, pois a definição de liberdade vigente na sociedade fundada no escravismo passava pelo não trabalhar. Era o ato de mandar, personificado no senhor de escravos que, dissociado do trabalhar, definia a condição de pessoa, contraposta ao escravo compulsoriamente definido como coisa, como não pessoa portadora

³³ J.J. Teixeira Coelho, “Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais”, Revista do Arquivo Público Mineiro, vol. III, p. 479, 1903

da capacidade de trabalho da qual não se encontrava divorciada, que operava, então, como o fundamento da sua sujeição (MARTINS, 2001, p. 104).

Essa falta de identificação social, vinculada à falta de moradia, e a desqualificação para o trabalho gera um grupo de mendicantes e sem moradia no Brasil. Para Souza (1982), o processo de desclassificação social brasileiro está em contato com a estrutura econômica aqui implantada pelos portugueses, tendo por base a indústria agroexportadora e o escravismo e a crescente desigualdade social regida pela economia. O ciclo do ouro contempla todo este processo de exclusão e desigualdade, sendo ele um dos maiores fluxos na história de Minas Gerais de migração para a região das minas. Contudo, os personagens dessa convergência migratória eram os mais abastados pela especificidade abrupta do trabalho e os que menos obtinham lucro desse trabalho.

Com a industrialização, os centros urbanos tornam-se mais convidativos e ilusórios, pois os trabalhos possíveis e as terras são vinculados aos imigrantes, embasados nas leis de comodatos, esses se organizam e absorvem o mercado de trabalho. Filho (1996)³⁴, citado por Martins (2001) traça um perfil do público marginalizado das cidades:

“Ao lado dos mendigos, esses ditos vadios compunham o grande contingente de indivíduos que haviam ultrapassado o limite da pobreza para se tornarem absolutamente miseráveis. Só que, ao passo que os mendigos gozavam de alguma tolerância social, da proteção e do amparo das instituições de caridade da igreja e paroquianos, os vadios eram rejeitados como a parte mais vil e abjeta da pobreza. Eles se incluíam na categoria ‘dos pobres de maus costumes’, e, portanto inabilitados para a caridade e a proteção da comunidade paroquial” (FILHO, 1996 *apud* MARTINS, 2001, p. 110).

Conforme Martins (2001), as primeiras ações de políticas públicas da cidade de Belo Horizonte voltadas para esse público foram realizadas no ano de 1900 e tratam no decreto nº. 1.435 de 1900, e das normas de enquadramento dos mendigos na cidade, segundo a Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais (1900)³⁵. Nesse processo, foram matriculados os mendigos, que recebiam uma placa de madeira que deveria permanecer com o mendicante em todo o processo de mendicância. Em 1912,

³⁴ Citado por Martins (2001) Filho, Walter. Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX. São Paulo, HUCITEC; Salvador, EDUFBA, 1996.188p

³⁵ Citado por Martins (2001): COLEÇÃO DAS LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (LEIS MINEIRAS) DECRETO n.1435, de 28 de dezembro de 1900 Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1900.

foi aberto o primeiro asilo para mendigos, que foi coordenado pela benemérita da Santa Casa de Misericórdia. Por meados de 1935, se estabelece uma postura mais ríspida com o problema de mendicância e para essa é constituída, segundo Coleção de Relatórios dos Prefeitos da Cidade de Belo Horizonte (1935), *apud* Martins (2001):

Delegacia de mendicância por portaria do digno Senhor Chefe de polícia do Estado [que] completa, pelo seu trabalho de seleção afastando os “falsos mendigos”, cujo papel desempenhando era o de auxiliar na classificação dos mendigos que deveriam receber ajuda da obra de caridade, da benemerência. (COLEÇÃO DE RELATÓRIOS DOS PREFEITOS DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 1935 ³⁶ *apud* MARTINS, 2001, p.111)

Em 1941, foi criada a cidade de Ozanam para ser uma colônia de mendigos e em 1949, foi criado o departamento de Saúde e Assistência de Belo Horizonte. Até meados da década de 80, as ações para população de rua, em Belo Horizonte, se restringiam basicamente a doações à população e distribuição de sopas. Em relação a equipamentos de referência para essa população, havia somente o Abrigo Belo Horizonte (ABH) e Abrigo São Paulo (ASP). No entanto, o ABH atendia basicamente migrantes, que só podiam permanecer no local 15 dias por ano. Para a população de rua, o trabalho restringia-se a distribuição de refeição na sua porta. O Abrigo São Paulo chegava a acolher moradores de rua, mas só ocasionalmente. Em 1987, a Pastoral de Rua volta a Belo Horizonte, com uma proposta de trabalho mais consistente e bem desenvolvida em São Paulo, como citado anteriormente no item 2.2.2.2.

Penna (2004) apresenta um histórico do final da década de 80 até os anos 2000 sobre a movimentação política para atendimento à População em Situação de Rua:

Até então a atuação do governo municipal junto a essa população restringia-se a práticas sob a ótica da higienização. Em 1988, a prefeitura de Belo Horizonte realizou uma grande ação de limpeza em um grupo que se localizava na beirada do Rio Arrudas, levando todos os seus pertences. Essa ação foi um catalisador para que se iniciasse um trabalho de organização mais contundente com a população. (...) Em 1989, com a mudança de governo, foi iniciada uma aproximação entre governo e moradores de rua, com a realização de reuniões entre os catadores de papel, ONG's (Cáritas e Pastoral de rua,) e o executivo municipal (Secretaria de Ação Social, Superintendência de Limpeza Urbana- SLU e Regional Centro-sul). (...) Para pensar o atendimento dos segmentos da População em Situação de Rua que não eram catadores, foram também realizadas reuniões entre o governo e as instituições que atendiam de alguma forma a população de rua. Nessas

³⁶ Relatório do Prefeito Olyntho Deodato dos Reis Meirelles. COLEÇÃO DE RELATÓRIOS DOS PREFEITOS DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Belo Horizonte, Imprensa oficial, 1935, arquivo público municipal.

reuniões foram apresentadas duas propostas: criação de casa de convivência, onde o morador pudesse ter acesso a necessidades básicas e um Albergue para atendimento emergencial à população. Dessa discussão decidiu-se pela criação de um Albergue gerenciado pelo Grupo Espírita "O Consolador". Por outro lado, no entanto, intensificaram-se as chamadas operações limpezas (retirada das pessoas a força dos viadutos). Em outubro de 1992, ocorre a maior dessas operações, que foi a retirada e transferência para um galpão (em um mesmo dia), da população concentrada em 17 viadutos diferentes. Foram acionadas diversas entidades de defesa e a Secretaria de Ação Social se propôs a constituir casas para alojar as pessoas. (...) Em 1993 muda novamente o governo. Assume a gestão da PBH a Frente popular BH que contava com pessoas que haviam participado do processo de luta e reivindicação dos catadores de papel e dos distintos segmentos da população de rua. O galpão dos catadores, construído pelo governo anterior, foi aberto e realizou-se novo convênio com a Secretaria. (...) Sobre o programa, no ano de 1993, firma-se uma parceria mais efetiva com o Albergue e é formada uma equipe de estagiários para traçar o perfil dos catadores de papel que moravam na rua da região dentro da Avenida do Contorno, verificando-se também o perfil dos distintos segmentos da população de rua. Essa mesma equipe inicia, posteriormente, o atendimento da população de rua, por intermédio do serviço de Abordagem. Inicia-se, assim, a construção do programa para atendimento da população de rua. (...) Em 1994, efetiva-se o Serviço de Abordagem. Nos orçamentos participativos de 1994 e 1996 surgem, respectivamente, a República Reviver³⁷ e o Centro de Referência. Em 1998 é realizado convênio com a entidade Sopão Mineiro para atendimento de urgências de saúde e a Abordagem é regionalizada. Cria-se a República Maria Maria em 2000 e nesse mesmo ano o Albergue passa a receber somente homens, firmando-se convênio com o Abrigo São Paulo para pernoite feminino. No ano de 2000 é assinada também a lei de criação de atendimento a população de rua e do Fórum (lei no. 8029), institucionalizando o programa dentro do quadro de serviços do governo. Essa lei vem confirmar os equipamentos e serviços existentes, garantindo um atendimento para população de rua, pois até o ano de 2000, o programa não existia no organograma oficial do governo municipal (PENNA, 2004, p.31-32).

Aspectos diversos propiciaram a criação e desenvolvimento desses programas, tais como: a promulgação da LOAS³⁸, a vitória nas eleições de um governo democrático popular, o movimento criação do Programa População de Rua e do Fórum de População de Rua, que inicia uma discussão entre entidades não governamentais e o poder público sobre as demandas e necessidades deste público alvo.

Uma das últimas ações das políticas públicas foi a criação do Serviço de Acompanhamento Sócio Familiar – Bolsa Moradia originado no ano de 2003, que tem

³⁷ A República Reviver é um serviço municipal de acolhimento provisório. Um espaço de autogestão concebido para o público masculino (40 vagas) acima de dezoito anos e com trajetória em situação de rua.

³⁸ Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS: A lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, define que, no Brasil, a assistência social é direito do cidadão e dever do Estado. Como política de seguridade social não contributiva, a assistência social deve garantir os mínimos sociais e ser realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas da população.

como objetivo principal proporcionar um grau de organização satisfatório à População em Situação de Rua adequada ao novo contexto – da moradia, de forma autônoma. A referência para a sua constituição foi o Projeto Lagoinha, realizado pela Secretaria de Assistência Social em 1995 e objetivava a inserção do público em moradias provisórias alugadas para um grupo de famílias residentes dos viadutos do Complexo da Lagoinha e, mais tarde, se estendeu a outros viadutos e ruas de BH. Essa experiência ampliou-se para o Programa denominado posteriormente como “Se Essa Casa Fosse Minha” e permaneceu sua atuação até 2003 quando da promulgação da Lei 8.566 de 14 de maio desse ano, que descrevia a execução orçamentária e administrativa por responsabilidade da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – URBEL, com a colaboração técnica das Secretarias Municipais de Assistência Social e da Habitação.

No ano de 2010, a SMAS trabalhou para a conclusão da regionalização do Serviço de Abordagem e efetivou a transferência do Albergue Municipal para o antigo ABH (Abrigo Belo Horizonte), que foi reformado e ampliado por intermédio do Orçamento Participativo atendendo a População em Situação de Rua e os migrantes.

3.1 AS RUAS...

“Essa rua é difícil! A pior coisa na vida de um cara é a rua. Você pensa que a rua é uma coisa, que é uma flor. Não é uma flor não. Ou você morre, ou você fica vivo e você olha e não vê nada. Ou você dorme. Tem que ser uma das coisas na rua” (V. L. Godim, comunicação pessoal, 21 de outubro de 2009).

Para falar do povo que vive nas ruas, precisamos pisar na rua. A rua carrega em seu contexto uma diversidade de significados e o dicionário etimológico Nova Fronteira descreve a rua como: “*Via pública para circulação urbana, total ou parcialmente ladeada de casas, numa cidade, vila ou etc., qualquer logradouro público, ou outro lugar que não seja casa, residência, local de trabalho*” (CUNHA, 1982, p.692). Essa definição nos dá a conhecer características expressivas que nos orientam ao pensar a rua: “via para circulação”, objetivo de fluxo e “qualquer logradouro público ou lugar que não seja casa”, área pública, rua, via, viela, beco, avenida, estrada, rodovia são espaços de circulação coletiva que não sejam delimitados para o privado. Nossa definição norteia-se por balizes da mobilidade e do público. A rua, neste sentido, é o

espaço do fluxo que leva os seres e as coisas ao encontro e, preponderantemente, o espaço do coletivo. É por intermédio das ruas que os indivíduos saem de sua privacidade e caminha a troca de informações e afetos.

A rua, originalmente, carrega o encontro como primaz de sua funcionalidade. Dos caminhos da pré-história que levavam os povos nômades às terras mais produtivas até as grandes rodovias que escoam alimentos para todo um país, a funcionalidade de ligação é uma característica marcante deste espaço. A rua é, em sua essência, o espaço do conhecimento e da troca. É na rua que as crianças testam seus conhecimentos adquiridos em quatro paredes, em encontros coletivos. Na rua, a cultura e o aprendizado comunitário são repassados entre as donas de casas e os artesãos. Lefebvre (1999), no livro “A revolução urbana”, descreve:

Na Antiguidade as ruas eram apenas anexos dos lugares privilegiados: o templo, o estádio, a agora, o jardim. Mais tarde, na Idade Média, o artesanato ocupava as ruas. O artesão era, ao mesmo tempo, produtor e vendedor. Em seguida, os mercadores, que eram exclusivamente mercadores, tornaram-se os mestres (LEFEBVRE, 1999, p. 30).

As religiões e as organizações reivindicatórias são efetivadas nos espaços públicos, onde os movimentos políticos são expressivos e as revoluções ganham corpo quando se fazem coletivos nas ruas. Nas ruas, as comemorações se tornam diversão e é também nestes espaços que os lutos de honrarias são constituídos. “Na rua, teatro espontâneo, torno-me espetáculo e espectador, às vezes ator. Nela efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada” (LEFEBVRE, 1999, p.29). A rua é o palco do encontro, mas carrega em si o caos e a desordem ordenada. Contudo, para além do desencontro, podemos observar mudanças características da modernidade na rua.

A atenuação da sociabilidade é marcada pelo fim de atividades que aconteciam nos bairros, com o fim das relações de vizinhança provocado pela televisão, num primeiro momento, e pelo adensamento dos automóveis, em outro, que tirou as cadeiras das calçadas. Constata-se o fim das procissões, onde todos se encontravam; o fim das quermesses que marcaram o período das festas juninas; o fim dos encontros nas esquinas, os ensaios das escolas de samba que antes ocorriam nas ruas dos bairros, hoje ocorrem em quadras cobertas e fechadas, a destruição de ruas e praças em antigos bairros que acabam com pontos de encontro, etc (CARLOS, 2007, p. 51).

A industrialização, segundo Lefebvre (1999), transformou a cidade em sociedade urbana, e a rua, como local de encontro, em local do capital. A denominação

sociedade urbana é construída por esse autor em meados de 1930 com uma expectativa extemporânea que se torna concreta na atualidade. É uma sociedade que nasce da industrialização, mas como cidade tem suas origens na cidade política – espaço da discussão, e que transformasse na cidade comércio – local da troca de mercadorias e surgiu como sociedade urbana na cidade indústria – local indiferente ao senso de comunidade ou da comum unidade é a cidade desfragmentadora do social. A sociedade urbana caracteriza-se pela concentração urbana, o êxodo rural, a extensão do tecido urbano e a subordinação completa do agrário ao urbano.

A rua, na atualidade, segundo a geógrafa Ana Fani Carlos (2007), guarda múltiplas dimensões: o sentido de encontro, o sentido de passagem; sentido de mercado; sentido de diversão; de reivindicação; normatizador; de gangues; de segregação social; e o sentido de morar. O que observamos é que com a concretização da sociedade urbana, descrita por Lefebvre (1999), as dimensões vinculadas ao coletivo, ou diremos, ao encontro são suplantadas por ações individualizadas, econômicas e normativas.

Os espaços públicos tem se tornado os espaços do capital privado. Locais de grande fluxo e de comércio. O escritor José Saramago (2003), na obra “A Caverna”, descreve a percepção de um artesão ao levar seus produtos para a grande cidade:

Entre as barracas e os primeiros prédios da cidade, como uma terra-de-ninguém separando duas facções enfrentadas, há um largo espaço despejado de construções, porém, olhando com um pouco mais de atenção, percebe-se no solo uma rede entrecruzada de rastros de tratores, certos alisamentos que só podem ter sido causados por grandes pás mecânicas, essas implacáveis lâminas curvas que, sem dó nem piedade, levam tudo por diante, a casa antiga, a raiz nova, o muro que amparava, o lugar de uma sombra que nunca mais voltará a estar. Não tardará muito que os edifícios da cidade avancem em linha de atiradores e venham assenhorear-se do terreno, deixando entre os mais adiantados deles e as primeiras barracas apenas uma faixa estreita, uma nova terra-de-ninguém, que assim ficará enquanto não chegar à altura de se passar à terceira fase. A estrada principal, a que haviam regressado, passara a ser mais larga, com uma faixa exclusivamente reservada à circulação de veículos pesados (...). Ao fundo, um muro altíssimo, escuro, muito mais alto que o mais alto dos prédios que ladeavam a avenida, cortava abruptamente o caminho. Na realidade, não o cortava, supô-lo era o efeito de uma ilusão de óptica, havia ruas que, para um lado e para o outro, prosseguiram ao longo do muro, o qual, por sua vez, muro não era, mas sim a parede de uma construção enorme, um edifício gigantesco, quadrangular, sem janelas na fachada lisa, igual em toda a sua extensão. Cá estamos, disse Cipriano Algor (SARAMAGO, 2003, p. 16).

As ruas da sociedade urbana se caracterizam pelo vazio e a imparcialidade. Espaços que se destinam a mobilidade e não ao encontro. O personagem, Cipriano

Algor, descreve seu caminho como quem descreve uma marcha fúnebre. Muros grandes, ruas largas e abarroadas de carros. A cidade para quando os carros se acumulam ou os acidentes lentificam o trânsito. As pessoas marcham e fazem da rua uma mera passagem. Carlos (2007) contempla essa percepção ao dizer sobre a normatização da rua:

Preso a inúmeras coações que se compõem de repetições mecânicas no trabalho e dias sempre iguais a rua acaba reduzindo-se à função de passagem, de ligação entre lugares desta forma organizada para o consumo do lugar: regularização da velocidade de proibição/liberação de estacionamento, liberação ao tráfico quando se torna necessário “olhar as vitrines” e comprar produtos expostos, e não a apropriação para o uso (CARLOS, 2007, p. 56)

A rua não é mais local de encontro. Os encontros se fecham às paredes e bares vinculados ao consumo. As vitrines são o motivo de parada para os que andam, mas as grandes construções, os shoppings, são formadoras de novas gerações. A rua tornou-se o local do não vínculo e o espaço em que morar se torna uma realidade desavisada, pois naquele lugar não se possui o vivido. Porém, retomando ao personagem de Saramago (2003), Algor nos aponta o que resta a rua:

No entanto, tal como sucede nas vidas, quando julgávamos que também nos tinham levado tudo por diante e depois reparámos que afinal nos ficara alguma coisa, igualmente aqui uns fragmentos dispersos, uns farrapos emporcalhados, uns restos de materiais de refugio, umas latas enferrujadas, umas tábuas apodrecidas, um plástico que o vento traz e leva, mostram-nos que este território havia estado ocupado antes pelos bairros de excluídos (SARAMAGO, 2003, p.16)

Dos fragmentos dispersos da exclusão, a rua apresenta seus novos moradores que roubam a cena do espetáculo urbano e fazem do local, anteriormente espaço de encontro, o lugar de um novo desencontro.

3.2 OS DONOS DA BIOGRAFIA

I. O. Santiago – o mais jovem

I.O.Santiago é um dos mais jovens entrevistados. Tranquilo e brincalhão, pode ser descrito como milhares de distintos jovens de comunidade: magro, negro, cabeça

raspada e bermudas estampadas. Convive a três anos nas ruas de Belo Horizonte e relata:

“O meu caso é que vim parar na rua por causa de família, drogas e essas treta. Eu acho que noventa por cento das pessoas aí tem problema disso. Veio por causa de ... É três coisas: família, droga ou mulher” (I. O. Santiago, comunicação pessoal, 10 de janeiro de 2010).

Apresenta baixa escolaridade e estudou nas comunidades de Belo Horizonte. Relata dormir no Albergue Municipal e em algumas malocas. Em vários contatos, procuramos I. O. Santiago e soubemos que ele dorme também em casa de algumas namoradas. No nosso primeiro encontro, costurava uma mochila velha para mudar-se para as ruas da região Metropolitana e dizia que iria começar uma vida nova. Sobre os pais, comentava pouco, mas dizia que as brigas em casa eram recorrentes. Esteve sumido por vários meses das ruas de Belo Horizonte, de fato concretizou sua viagem para Contagem, mas passados três meses o reencontramos a noite lavando vidros de carro em um semáforo na região central de Belo Horizonte. Ele nos disse:

“Você é o cara da minha história! Muita coisa mudou depois daquelas nossas conversas, temos que nos encontrar para continuarmos” (Diário de campo, 24 de agosto de 2010).

Agendamos um possível encontro. Como em outras situações, ele não compareceu.

L. S. Ferreira – vida loka³⁹

L. S. Ferreira nos foi apresentado por outro entrevistado, o I. O. Santiago. Ambos eram amigos de rua e namoravam com duas irmãs moradoras de rua. L. S. Ferreira não fazia parte dos indicados do CRPR, mas demonstrou interesse pela entrevista ao ver o amigo sendo entrevistado. Fisicamente, poderia ser chamado de irmão do I. O. Santiago: também negro, magro, cabeça raspada e de bermudão. O que diferencia L. S. Ferreira são a altura e o sorriso maior ainda que de seu amigo. É usuário de drogas e álcool, comete pequenos delitos e vende drogas nas mediações da Praça da Estação. Relata:

³⁹ Vida Loka é uma gíria surgida da música de um grupo de rap denominado Racionais MC. Esta gíria descreve personagens do envolvimento direto ou indireto com a criminalidade.

“Essa é minha vida! Essa é minha vida! O que mais, o que eu posso falar mais, me deixa ver. Eu contei tudo. É só isso. Roubar eu já roubei muito. Fumar, Eu já fumei, quase acabei, eu tentei acabar com as drogas do mundo e não consegui. (Risos). Tentei acabar com as drogas do mundo e não consegui. Quanto mais fuma, mais tem, nunca vi isso. Tem que parar mesmo, o jeito é parar. Igual um colega meu falou comigo: pode deixar que eu vou acabar com as drogas do mundo. Ele pegou cinco papel ai, quando vai ver chegou trinta pro cara, eu falei, Oh!!! É mais fácil as drogas acabarem com você do que você acabar com elas, meu filho. Oh Vida Loka!” (L. S. Ferreira, comunicação pessoal, 29 de janeiro de 2010).

Descreve seu relacionamento com a namorada de rua como marcante na redução do uso de drogas. Sobre o motivo de estar nas ruas, diz:

Vou começar quando eu fui pra rua. Como se diz, arrumei treta lá na minha cidade. Peguei umas drogas pra vender, fui consumir e consumi tudo (Risos), quando vai ver, os caras queriam me matar e eu fui embora” (L. S. Ferreira, comunicação pessoal, 29 de janeiro de 2010).

Relata que sua família o quer ver longe da comunidade por temer pela vida deles na comunidade e pela vida do jovem.

Descreve que chegou à rua muito ingênuo e avalia que aprendeu muito nesses anos de rua. Encontramo-nos sempre no CRPR e, no último encontro, relatou que viajaria para a terra de sua namorada, São João Del Rei.

A. M. Teixeira – o cineasta

O baiano A. M. Teixeira apresentava um discurso coeso e reflexivo, um jovem forte que não demonstra em seu físico os anos desgastantes da rua. Uma pessoa que se tem vontade de sentar e escutar horas seguidas de boa prosa. Ele participava constantemente das oficinas de cinema do CRPR e em um dos seus primeiros encontros me disse:

“A única coisa que eu me dediquei, de com força mesmo, que me lembre, por toda a minha vida, foi esse filme que a gente fez. Falei até com o Davi isso: “Pô Davi, eu nunca fui de me dedicar 100% a nada, a nada, nem a namoro, nem escola, nada.” E, a única coisa que me dediquei 100% mesmo, que falei: “Não, vou começar e vou terminar. Vou começar e vou terminar.” Foi esse filme, e eu acho que uma prova tão grande que eu faria uma coisa, me dedicar mesmo, de coração, as coisas que eu vou fazer, eu me dedicar mesmo, eu acho que eu vou... Quando eu falei a você, se eu me dedicar mesmo ao estudo, daqui a dois anos eu to na faculdade. Com certeza, isso eu tenho certeza. Se eu me dedicar a isso com certeza, daqui a dois anos eu to na faculdade. A única coisa que eu me dediquei... Já ganhei um prêmio, entendeu?” (A. M. Teixeira, comunicação pessoal, 22 de janeiro de 2010).

A participação nessas oficinas e em outras é um relato presente em sua trajetória de vida. Apresenta um conhecimento consistente na temática do cinema e realmente ganhou um prêmio da produção de um curta feito junto ao Centro de Referência de Audiovisual (CRAV). Descreve que foi morar nas ruas depois de muito aprontar em sua terra natal. Fala que chegou um momento que sentia vergonha da família por dar muito trabalho e resolveu partir. Dormia no Albergue Municipal Tia Branca e se sustentava de pequenos bicos e principalmente da venda de frutas exóticas que colhia na Universidade Federal de Minas Gerais e do Parque Municipal. Após cinco meses de encontros, não conseguiu retomar seus estudos, mas também não desistiu de seus sonhos.

O. Moraes – a flor do lixo

Conhecemos Sr. O. Moraes em visitas de observações do CRPR. Ele sempre se manteve muito arredio e mais solitário. Ele relatou em nosso segundo encontro:

“Sou tímido, você que puxou essa conversa comigo, senão você não tinha essa conversa que você tem comigo. Abrindo meu verbo. Eu sou tímido, sou um rapaz tímido” (O. Moraes, comunicação pessoal, 26 de janeiro de 2010).

Sr. O. Moraes é um negro forte e apresenta fisicamente ter uma idade maior que seus registros, possivelmente devido aos 20 anos de trajetória de rua. Ele manca de uma perna e tem cara de poucos amigos quando não se conhece. Mas é um rapaz doce, como ele mesmo dizia *“senhor não, pois senhor só no céu, eu sou é rapaz” (O. Moraes, comunicação pessoal, 26 de janeiro de 2010)*. O. Moraes descreve uma trajetória de exclusão e institucionalização marcantes:

“Eu quando eu nasci mesmo aqui em Belo Horizonte eu fui achado no lixo, logo no momento. E daí eu fui para a FEBEM. Na FEBEM eu fiquei até os dezoito anos, depois eu não tive condições de trabalhar como as outras pessoa, profissão eu não tenho. Ai não tive chance. Ai fui para a rua. Depois dos dezoito anos eu continuei e fui para as drogas. Usei drogas, já cheirei cola, já cheirei thiner, já fui preso também. Ai depois eu sai das drogas, fui para casa de recuperação. Fiquei nove meses na casa de recuperação. Já andei, fui andarilho. Sabe o que é andarilho? Aquele rapaz que anda o mundo todo. Conheci muitas pessoas. E se tem coisa muito boa na minha vida é que eu aprendo tudo. Eu sou muito curioso. E tudo que eu aprendo eu guardo para mim. E certas coisas ruins acontecem. Eu mesmo na minha vida, até hoje felicidade eu tenho poucas. Lembranças de adolescentes eu não tenho. Porque eu nunca fui um adolescente, eu sempre tava correndo atrás de alguma coisa, mas sempre dava errado para mim. Minha vida não foi um mar de rosas. Hoje, hoje por enquanto, de um tempo para cá as coisas tá mudando. Porque eu também to organizando minha vida, organizando minhas coisas. Eu to com um problema nas pernas que eu trabalhei quatro a cinco anos com um rapaz. Ai deu problema nas minhas pernas e o rapaz me

mando embora do serviço” (O. Moraes, comunicação pessoal, 11 de fevereiro de 2010).

A exclusão que tece sua trajetória também constrói sua subjetividade, presente em vários momentos do seu relato. Em alguns encontros, choramos e sorrimos com suas histórias e este processo promoveu uma reflexão constante em ambos.

“A minha vida é a mesma coisa. Eu tenho uma coisa, eu tenho uma coisa que eu escondo. É o amor. Eu escondo por que... Eu já falei com você já. É um negócio... É o amor. Risos. Como é que eu escondo? É a coisa mais fácil de esconder. É só chorar... Eu só choro. Eu choro! Eu tenho muitas coisas na minha vida que eu escondo e que me faz falta, entendeu? Me faz falta...” (O. Moraes, comunicação pessoal, 26 de janeiro de 2010).

Em alguns encontros, O. Moraes encontrava-se alcoolizado, mas isso não lhe impedia de discursar sobre a vida e seus desencontros. Encontramo-nos e participamos, em vários momentos, nas oficinas juntos. Ao decorrer dos encontros, O. Moraes fez uma cirurgia para tirar uma prótese na perna, realizada com dois anos de atraso. Nesse período, ele ficou interno do Abrigo São Paulo⁴⁰ e tinha planos de ser contemplado com o benefício de Bolsa Moradia para ter uma vida mais tranquila.

F. F. Muniz – “caminhar é preciso, viver não é preciso”

O caminhar de F. F. Muniz não é preciso no que diz da exatidão de Camões, mas da necessidade de andar. Os nossos encontros foram realizados nas escadarias da central de Pastoral de Rua e em algumas caminhadas pela cidade. F. F. Muniz é um homem pardo de 41 anos de idade e 10 destes em situação de rua. Circula pela cidade com um carrinho de supermercado cheio de materiais de reciclagem, um sorriso sem alguidões e um cigarro a tiracolo. Tivemos um primeiro encontro na UFMG onde F. F. Muniz esteve em uma mesa redonda sobre a População em Situação de Rua acompanhado pela equipe técnica da Pastoral de Rua. Descreve-se como um trecheiro⁴¹:

⁴⁰ O Abrigo São Paulo é uma instituição de atendimento a População em Situação de Rua gerida pela Igreja Católica – os Vicentinos, e gerida em parceria com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. A sua função é de acolhimento provisório a famílias de moradores de rua e usuários em condições de pós-alta hospitalar.

⁴¹ População sem abrigo fixo e que perpassam os municípios em alguns casos até estados, indo e vindo de uma cidade a outra, com ou sem um destino; com o intuito de buscar novas possibilidades de emprego ou não.

“Então a rua para mim sempre foi isso aí! Viajar e conhecer as coisas. Eu nunca tive ligado em rua de cata, de cata papelão, de fazer... de viver o dia-a-dia da rua. Eu estou vivendo mais isso agora!” (F. F. Muniz, comunicação pessoal, 13 de janeiro de 2010).

Sua família mora em Salvador e com ele mantém contatos esporádicos. Sua história de rua teve início aos doze anos, por não conseguir se adaptar a rotina de casa:

“Sou de Salvador, mas andei por essas bandas aí! Essas partes do litoral, por exemplo: eu andei por Salvador, Espírito Santo, Rio, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, e aí eu não desci mais não. Pois estava muito frio e eu achava que não ia passar não. Eu pensei que se seguisse em frente eu não ia muito longe não. Quando eu cheguei em Curitiba eu já estava entregando os pontos e não tinha mais nada o que fazer, que fizesse parar de sentir frio mais não. Eu não aguentava andar eu estava igual um robô de tanto roupa e tanta coisa, de tanta blusa (risos). Cheguei em Curitiba eu tinha 14 anos, eu sai de Salvador com 12 anos. Dos meus 14 aos 18 anos eu vim para o Rio e voltei para lá de novo eu era muito louco. Aí Curitiba, Foz do Iguaçu, Paraguai, Argentina... Muito Bom! Muy bueno, muy bueno” (F. F. Muniz, comunicação pessoal, 13 de janeiro de 2010).

Conheceu várias cidades e trabalhou como borracheiro em muitas. Em alguns momentos, retornou para sua família, mas não se adaptou. Fala destes com muita ternura e diz que não havia problemas em casa. Faz análises constantes sobre as instituições públicas e entidades não governamentais que atendem a População em Situação de Rua e sua indignação com os equívocos destas são sua marca registrada nestes espaços. Relata que estava na espera de sua certidão para mais uma vez pegar o trecho:

“Tava pensando em ir lá para Bahia. Agora deve ter trabalho para caramba lá. O que tá acontecendo por aí? O coroa deve estar com muito trabalho por lá. Por um lado é bom” (F. F. Muniz, comunicação pessoal, 27 de janeiro de 2010).

Após quatro meses de encontros, ele cumpriu seu desejo e seu carrinho de supermercado não mais ficava estacionado na porta da Pastoral.

V. L. Godim – as marcas da rua

Segundo os mais jovens da rua, ele é considerado um velhinho da rua. Seu rosto fatigado pelo sol demonstra que os 11 anos de vida nas ruas não foram fáceis. Sr. V. L. Godim tem em seu currículo de rua quatro atropelamentos e uma quantidade expressiva de ossos quebrados. Atualmente, não faz uso de álcool, mas declara que o motivo de sua vinda para as ruas foi o uso abusivo e a falta de suporte familiar.

“Os meus problema tudinho é porque, igual, há bem anos mesmo igual eu falei com a Mônica, foi um bocado de tempo Fiquei no Albergue e fiquei mais de 90 dias, fui acidentado de carro, quebrei o meu joelho, fiquei lá no bairro São Paulo 32 dias. Pelo tempo que eu to fazendo isso, tá beleza venho pegar peso, andar mesmo, né? Trabalhava com carrinho e eu nunca tive problema. Hoje eu carrego um pouquinho de coisa nos ombros, mas...” (V. L. Godim, comunicação pessoal, 21 de outubro de 2009).

A família apresenta uma relação díspar de afeto e culpa. Tem contato com alguns familiares que tentam ações paliativas para tirá-lo da rua, mas sem uma compreensão ampla da sua condição e, sem apoio das instituições públicas, somente tornam a relação mais desgastante.

“Meu irmão mora aqui em Santa Luzia. Ele tem uma Kombi na garagem, tem duas casas. Eu fiquei três anos lá. Pegando remédio direto no posto. Ai ele ligava para cá e eu ia para lá. Ele ligava para cá conversava com a Monica e ela me dizia que ele tinha pedido para encontrar com ele na Praça da Estação eu sai daqui cedo e encontrava com ele lá e ai nós entramos no carro com ele e fui embora para lá. Ele deixou a casa tudo beleza para mim esticar. De vez em quando eu fazia umas caminhadas e vinha para o centro e ia para o deposito de reciclagem. Eu pegava uns vinte, trinta a cinquenta contos e comprava alguma coisa de alimento, comprava cerveja e cachaça. Três anos! Quando foi para inteirar os quatro anos que ele me pegou de pesquisa lá com bebida lá dentro. Ai ele é da igreja, né! Ai ele chegou um dia lá e me pegou bebendo, eu já estava bem chapado já e ele chegou e falou para mim: “quando você veio para cá você não estava bebendo, a intenção era você tomar os remédio direitinho e tranquilo. Eu tirei você da rua não foi para isso. Você só esta bebendo, fumando e tomando cachaça. Você pode voltar para o Albergue de novo. Você volta calado e pega suas coisas tudo de novo e vai embora” (V. L. Godim, comunicação pessoal, 21 de outubro de 2009).

Parou de consumir álcool depois das últimas recomendações médicas. Relata preferir viver sozinho na rua por causa do uso de drogas e violência. Sr. V. L. Godim trabalhou em vários serviços diferentes ao longo de sua vida e ultimamente sonha com um carrinho para fazer catação. Sobrevive de catação de pequenos objetos que consegue carregar aos próprios ombros, tem poucas perspectivas, mas ainda espera conseguir o benefício de Bolsa Moradia.

Sr. J. S. Passos – o artesão

Sr. J. S. Passos tem 55 anos e veste-se sempre com roupas sociais, um rosto sério e com traços de uma tristeza de anos da rua. Ele relata inicialmente que tem seis anos de rua, mas estes seis anos são da última vez que saiu para morar nas ruas. Relata esse

fluxo de casa e rua como uma constante em muitos anos de sua vida. Sobre profissão e família, ele resume:

“Eu já trabalhei como borracheiro na beira de estrada muitos anos. Já estive na MRV como borracheiro e em vários postos na beira de estrada e em algumas cidades. Aqui quem vai te empregar, sem documento, sem parente, sem endereço fixo... Só tenho um telefone de meus parente. Alias minha família eu nem sei mais, eles são de Mato Grosso e eu não sei onde mora tipo rua e bairro. Tem distintos em São Paulo, mas não sei que bairro que cidade. Não tem como encontra ninguém. O meu era meu pai e minha mãe que já faleceram“ (J. S. Passos, comunicação pessoal, 16 de outubro de 2009).

Relata, constantemente, muita vergonha de estar nessa condição de rua e o motivo de estar na rua foi um roubo na cidade no qual perdeu seu dinheiro, suas referências e esperanças. Atualmente, sobrevive de venda de artesanatos.

“E eu já to saindo, não to dormindo na rua e fico mais e aqui e o dia todo eu to na rua e andando. Faço meus artesanatos, faço as igrejinhas, capelinha, carranca, faço tudo que me pede em trabalho de pedra” (J. S. Passos, comunicação pessoal, 16 de outubro de 2009).

Ao término das entrevistas de campo, Sr. J. S. Passos nos parou um dia na saída do Albergue e relatou que iria para a República Reviver.

Sr. G. Rafael e a mandona

Sr. G. Rafael foi o último entrevistado e o mais velho. No auge dos seus 63 anos, uma perna quebrada, com problemas de dermatologia e uma imensa disposição para conversar. Trabalhou e ainda trabalha como cortador de sapatos, anda com seu alforje e com instrumentos de trabalho, que às vezes deixa no trabalho ou esconde em algum lugar da rua. Dorme no Albergue e lá nos encontramos para dizer de sua vida:

“Então esta! Vamos então meu filho! Você esta se propondo a fazer uma retrospectiva. Que seja! Que seria uma retrospectiva onde eu vou contar algumas partes de minha vida. Está gravando? E eu tenho muitas passagens em minha vida, pois eu fiz 63 anos neste sábado agora. Eu tenho quarenta e tantos anos de profissão. Eu trabalho com bolsas, calçados e cintos. Fui encarregado da maior empresa que tinha dentro do Estado de Minas que era a Arezzo. Fui encarregado do setor lá quase dez anos” (G. Rafael, comunicação pessoal, 03 de março de 2010).

Nasceu e morou por 33 anos em São Paulo e lá viveu em várias cidades. Em São Caetano, relatou estar presente na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), junto ao

ex-presidente da república Lula e distintos amigos. Criou sua família em Minas Gerais e seus avôs eram dessa região. Somente nos últimos três anos morou na rua e o motivo de sua ida para rua é descrito com muita ironia:

“Tipo assim vou te esclarecer. Você já ouviu falar da Madona? Pois é a minha mulher era a má dona (risos) ou era a mandona (risos). Chegou um ponto que, eu não aguentei mais e resolvi separar. Eu acho que foi por isso que eu separei de minha mulher de certa maneira. Só ela tinha o direito de falar, só ela tinha o direito de educar e ensinar os filhos. Na hora que eu ia falar alguma coisa ela “vupt”... Ai foi indo eu cansei. E ai chegou um dia ela falou assim comigo a porta da rua é serventia da casa. Eu falei já tó indo! Demorei demais e já to indo. Juntei uma mochila minha com umas coisas que eu trabalho para fazer bolsa e sapato, coloquei umas roupas dentro e uns documentos e fui. Sumi no mundo tem três anos e meio que aconteceu isso. E eu estou aqui” (G. Rafael, comunicação pessoal, 03 de março de 2010).

Descrevia a situação como passageira e no retorno das entrevistas recebemos a notícia que seu filho havia o retirado do Albergue para morarem juntos:

“Mais não é isso que eu quero de minha vida. Eu tenho muito ainda a fazer, eu almejo muita coisa e não estou parado no tempo não. Estou com os papéis encaminhados ali naquele “Fica Vivo”⁴². Não sei se você sabe? Aquele projeto ali e tal. Eles têm um projeto ali de judiciário. (...) Elas estão olhando para mim para ver se tem um jeito de me aposentar, pois eu tenho problema de visão e só enxergo de uma vista. ! Eu quero é ficar legal e sair para a rua. Viver a minha vida particular. Eu já tenho um lado particular lá com minha família e agora eu quero viver o meu lado particular” (G. Rafael, comunicação pessoal, 03 de março de 2010).

3.3 UM PERFIL?

“Muitas vezes você não conhece a pessoa pessoalmente, mas você conhece a vida dela de cabo a rabo. Isso já aconteceu com você? Você não sabe quem ela é, mas você sabe tudo da vida daquela pessoa, sem conhece ela pessoalmente. Isso acontece muita das vezes. Ah, porque fulana é assim, e beltrano é assado. É traçar perfil. Muitas vezes as pessoas traçam um perfil das pessoas sem conhecê-las e vendem aquele perfil com uma facilidade imensa. Agora quando a pessoa chega de verdade os distintos já fazem aquela cara de nem. As pessoas nem querem te conhecer e logo dizem esse ai eu já conheço; fulano já me passou a ficha dele. Muitas vezes não é nada daquilo. É pura manipulação; é pura extorsão. Isso é triste. Isso é ruim. Eu passo muito por isso. Muitas às vezes as pessoas traçam um perfil de mim e vendem aquilo para todo mundo. Me vendem na praça, me vendem a céu aberto para todo mundo. Às vezes quando eu chego no lugar... É fulano e pá e pum. Esse ai é o fulano. Mas quem me conhece para dizer que sou fulano? E quando vai ver foi Beltrano que comentou com sicrano e disse que ele é

⁴² “FICA VIVO” é um programa do governo estadual que visa diminuir os índices de homicídios nos aglomerados de Belo Horizonte. Sr. G. Rafael refere-se ao programa Mediação de Conflitos, também do governo do Estado e que atual junto ao programa Fica Vivo para a resolutividade de pendências jurídicas e outras mais.

isso, e disse que ele é aquilo. Isso acontece muito comigo. Eu já perdi muita oportunidade na minha vida por causa disso. Não tem o menor respeito” (F. F. Muniz, comunicação pessoal, 24 de fevereiro de 2010).

O delineamento de um rosto visto lateralmente ou um contorno gráfico de uma imagem pode acarretar em várias distorções ou desconfortos. Não pretendemos, nessa dissertação, constituir o perfil da População em Situação de Rua por avaliarmos como uma tarefa extremamente complexa e desnecessária. Apontaremos, por intermédio do discurso da rua, as semelhanças ou igualezas descritas por nossos narradores. Assim, descreveremos, pelos relatos da População em Situação de Rua, como esta se compreende e se observa. Em seguida, caminharemos para o cotidiano da rua.

Este processo deu-se por meio da transcrição das trajetórias de vidas e uma análise *a posteriori* dos discursos dos narradores que, dentro de uma gama de temas, observamos fatores psicossociais que perpassam essas trajetórias. Podemos dividir nossos apontamentos em três categorias: a condição de virantes, a discriminação e a dependência química.

3.3.1 Os Virantes

Eu não sou um bom lugar

Em cada buraco que eu entrava
Eu cavava e não cabia
Toda porta em que eu batia
Tava fechada, ninguém abria

Em cada esquina que eu parava
Eu falava, ninguém ouvia
Toda sarjeta em que eu caía
Eu rolava e não dormia

Vou sair
Não vou mentir
Eu não sou um bom lugar
Aqui eu já não fico mais

Vou mudar
Não vou parar
Não quero mais ficar assim
Eu vou começar por mim

Em cada espelho que eu olhava
Eu procurava e não me via
Toda gaveta em que eu mexia
Não tinha nada, tava vazia

Em cada rua que eu passava
Eu perguntava pra onde eu ia
Toda placa que eu seguia
Tava errada e eu me perdia
(MELLO; BELOTO, 2003, faixa 6)

A composição musical “Eu não sou um bom lugar”, do grupo Titãs (2003), apresenta a essência dos virantes. Um indivíduo que não se adapta e julga ser sua responsabilidade de não permanecer no lugar. Os aspectos intrínsecos que levaram o indivíduo a condição atual de população de rua não estão, a nosso ver, em um ponto da caminhada, mas, como cita Fioroni (2004), estão na transição ou na viração. A antropóloga Filomena Gregori (2000) relata que a população de rua, mais especificamente as crianças e adolescentes com trajetória de vida nas ruas, apresentam um fenômeno denominado por ela como viração:

Um dos aspectos mais intrigantes ao pesquisar os meninos de rua é o fato de eles estarem sempre circulando por locais variados no espaço público, pelas instituições, nas idas e vindas entre suas casas e ruas. Eles se “viram” circulando. A movimentação é constante: eles não se fixam em um lugar, assim como não estabelecem relações muito permanentes (GREGORI, 2000, p.19).

Ainda segundo a autora, esse fenômeno precede a rua. As famílias, ao tentarem se reorganizar diante de conflitos pessoais, usam o recurso da viração; mudam filhos para a casa dos parentes próximos, mudam de bairro, buscam o Estado e instituições para alternativas mais variadas possíveis. O fato é que a trajetória da População em Situação de Rua é marcada pela viração, que continua em sua vida adulta e no seu cotidiano. A viração introjeta-se no morador de rua como algo interno, como um ato de prazer e uma escolha:

“Pode até ficar, aquela coisa, um dia ou dois, mas depois vai sumir, não vai ficar por ali mesmo. Ele Tem aquela mania de andar. Tudo que incomoda a solução é andar. Que é o remédio natural que nos temos. Você conhece essa parte de que a pessoa caminhando a partir de certo momento, o corpo, ela começa a produzir uma substância que trás prazer? Você sabia disso? Caminhar é terapêutico. Muito terapêutico mesmo! Não sei se é 45 minutos ou 50 minutos? Ou se é uma hora de caminhada? Que o corpo começa a liberar, emitir uma substância que lhe trás a sensação de felicidade. Poxa meu irmão! Há muito tempo eu sentia o efeito e não sabia descrever o que era. Você vê como é interessante: Um dia desses eu aqui em cima na rua de cima, conversando com um senhor que me dizia sobre as andanças dele, sobre as viagens no Amazônia e a integração dele com os andarilhos de BR, e por varias vezes ele oferecia carona para os caras e eles não queriam. Mas não era por promessa que eles negavam, era pelo fato de querer andar, de continuar andando... Chegando aos lugares através das próprias pernas,

sem pressa, sem compromisso com nada, e com ninguém. Simplesmente andar. Sentir o prazer e andar” (F. F. Muniz, comunicação pessoal, 01 de fevereiro de 2010).

Não podemos negar o prazer de andar ou as escolhas de cada um. Contudo, a viração é imposta subjetivamente. Não é mais um terceiro que leva a pessoa “inadaptada” a outras formas de se viver, é o próprio indivíduo que escolhe, mas sem compreender que outras escolhas anteriores já lhe foram imputadas. Sarah Escorel (1999) descreve três peculiaridades da População em Situação de Rua: a desvinculação familiar, a desqualificação no mundo do trabalho e o movimento transitório contínuo.

O nomadismo nas ruas chega a ser caracterizada *como* especificidade de um modo (andarilho) de vida, ou seja, fazendo da mobilidade não apenas um período transitório, *como* ocorre *com* a migração, mas uma forma de vida, mantida ao longo dos anos e através das gerações (Magni, 1997). Magni argumenta que o nomadismo *como* modo de vida da população de rua possibilita uma identificação positiva do grupo social, opondo-se às caracterizações *com* base nas negatividades semânticas (sem-teto, *sans domicile fixe* – SDF) (...) é mister ressaltar que, na caso dos “moradores de rua, a imposição dessa maneira de viver ‘andando” por aí, a pequena autonomia e o isolamento da sujeito falam contra o nomadismo ser propriamente um modo de vida (ESCOREL, 1999, p. 250).

A viração introjetada faz com que o sujeito continue a circular em vários momentos e situações, até o instante em que o indivíduo avalie ser esta uma escolha sua, sem compreender que continua sendo levado pelo contexto social e pelo sistema econômico excludente a virar. Essa turva confusão de escolha pela rua ou de ser escolhido apresenta-se em vários discursos:

“Então, é uma coisa esquisita. E os cara ainda gosta. Essa é a pior parte da historia. Você vai encontrar... Eu encontrei um cara ai, ele é baiano. E eu já dei muito role com ele. Ele falou assim comigo: Eu já fui carteiro e se eu soubesse que morar na rua e ser maloqueiro era tão bão eu não tinha estudado. Eu seria maloqueiro desde pequeno. Eu respondi: que isso moleque? Se tem é que morrer de falar um trem desses (risos). Ele me respondeu: é mesmo sô! . Se pega roupa, você ganha comida, você ganha dinheiro, você dorme, você toma banho. É bom demais! Eu não quero sair disso não. Eu quero é morrer na rua. Os caras não pensam na família, na mulher, em um emprego, em uma casa, em carro, na condição. Eu penso” (I. O. Santiago, comunicação pessoal, 10 de janeiro de 2010).

A escolha pela condição de morar nas ruas carrega as marcas da incompreensão do Estado, diante das diferenças individuais, e a tentativa paliativa das famílias de reorientar a caminhada de seus entes. As doações pela cidade fazem com que o indivíduo continue a circular com horários e dias para estar em determinados locais. O

indivíduo continua a virar no cotidiano para sobreviver e não permanecer ou intensificar os laços e vínculos. Escorel (1999) descreve o que diferencia a circulação deste público para os demais:

Os elementos que configuram o movimento da população de rua em oposição dos demais grupos sociais são: a circulação permanente ao invés da fixação, o provisório em vez da permanente, o transitório e o efêmero ao contrário da inserção, e do pertencimento, o acaso ao invés da regulado e conhecido, a intermitência antepondo-se ao contínuo e o eterno presente em contraposição à capacidade de sonhar, às perspectivas de futuro (ESCOREL, 1999, p. 250).

A migração, muitas vezes mobilizada por atos compulsórios, por intermédio da polícia ou representantes institucionais dos municípios, é introjetada pelo sujeito como escolha. A cidade não aceita o diferente e o convida para sair: os órgãos de atendimento são os primeiros a apresentar a opção de passagem para o próximo município. São várias cidades, capitais, estados e países em que o sujeito continua a virar, na tentativa de encontrar a solução de algo que julga ser unicamente uma questão interna:

“Minha vida? Ninguém passou por ela, ninguém rodou o mundo igual eu rodei. Fui pra São Paulo, Rio de Janeiro, todo lugar... Mas na rua, a rua, a rua é desse tamanho... BH é desse tamanho. BH pra mim é desse tamanho, do tamanho dessa mesa. Eu conheço tudo de BH, rua por rua, cidade por cidade... É BH. Se precisar ir lá pro Centro a pé eu vou. Eu conheço tudo aqui em BH... Vitória eu conheço, Brasília eu conheço...” (O. Moraes, comunicação pessoal, 27 de janeiro de 2010).

O sujeito virante não para. Nas ruas da cidade em que se instala, como lugar permanente de convivência, a mudança de bairros ou pontos de permanência em um mesmo dia é uma constante. O virante circula sem saber o motivo e reduz a sua possibilidade de criar vínculos e laços, pois não para pela cidade, ele passa.

“Eu acho que eu me tornei um desamparado porque eu mesmo quis. Vamos dizer que eu mesmo quis me desligar, me desvincular da família. Tipo deixar eu aqui e eles lá. Apesar de ter uma relação boa eu acho que eu sempre quis ter uma vinda não diremos marginal, mas vou dizer uma vida espontânea. O que eu quiser fazer eu faço. Desde que eu não prejudique ninguém, desde que seja uma coisa que só eu mesmo assumo as conseqüências se for de bom ou de ruim. Entendeu! Nunca ia dar certo com uma pessoa dizendo faz, não vai, não venha. Eu... Alem de... Como posso dizer. Alem de desapontar eles, não seria uma coisa legal. Então, resolvi mesmo sair dessa cidade mesmo. E vou quebrar a cara por lá mesmo ou emendar ela” (A. M. Teixeira, comunicação pessoal, 22 de janeiro de 2010).

O que se torna desamparado, desligado, com uma vida espontânea, o desapontado, ou que precisa emendar “a cara”, é muito mais vítima do que algoz. A

viração é uma consequência dos vínculos destituídos e uma impossibilidade de constituir novos, pois aquele que circula acredita ser somente ele o motivo de se circular. A População em Situação de Rua é uma virante, se assim podemos dizer, pois destituída e impossibilitada do vínculo, continua a andar a espera do encontro.

3.3.2 A Vergonha

Mas há milhões desses seres
que se disfarçam tão bem que
ninguém pergunta de onde essa gente vem (...)
(HOLANDA, 1984, faixa4)

Um trecho da composição musical “Brejo da Cruz”, do compositor Chico Buarque de Holanda (1984), pode ser um representante dessa relação dúbia de visto e não visto. Os não vistos são filhos da viração e da vergonha e esta é nossa segunda característica da População em Situação de Rua. Os que se disfarçam tão bem são os virantes da cidade que viram pela vergonha, pois não são vistos, não querem ser vistos ou são vistos da pior maneira.

A vergonha se inscreve numa relação social. Ela pode fazer elo às raízes inconscientes, cada indivíduo reagindo distintamente a uma situação de humilhação, em função dos componentes psíquicos próprios. Mas ela é indissociável da relação social que contrasta o sujeito com as normas do seu meio, com os valores da comunidade à qual ele pertence (GAULEJAC, 2001, p. 38).

Da palavra invisível podemos subtrair outra palavra, o invisio. Essa última tem uma funcionalidade específica para dizer da População em Situação de Rua, pois na definição do dicionário Houaiss (2001, Versão eletrônica) descreve: “*não visto, jamais visto anteriormente; que causa aborrecimento ou desprazer; que inspira ódio; odiado, detestável*”. Esse conceito apresenta uma contradição importante do que se diz invisível, pois como retrata a definição é “algo que jamais visto anteriormente” e “causa desprazer; que inspira ódio”. Como algo não visto pode inspirar ódio? A resposta possível de se tecer é sobre uma invisibilidade histórica e processual. Algo, sim, visto, mas excluído aos nossos olhos. Na morfologia da palavra invisio, podemos observar o prefixo de negação ou privação (in) diante da palavra visio, que tem em sua origem do latim, a palavra visio. A população de rua anteriormente vista em nossos lares, trabalhos, escolas, famílias etc. Entretanto, nossos olhos se negam a ver as relações que

conhecemos privadas por paredes, pois na rua/público/cidade/local de imparcialidade não podemos ser o que escondemos no privado. O não visto na cidade é o nosso espelho do privado.

Os invisos são uma representação da subalternização das formas relacionais de poder que podem estar presentes também nos laços familiares, nas relações educacionais, nos meios profissionais, no funcionamento mercadológico e em distintos espaços. São indivíduos e famílias que lutam diariamente pela sobrevivência, em meio às atrocidades sociais do atual mundo globalizado, capitalista e cada vez mais excludente, mas que passam despercebidos nos grandes cenários urbanos e não possuem expressão efetiva ou organização coletiva.

Ser não visto é uma consequência da vergonha, um sentimento difícil de expressar, como cita Gaulejac (2006, p. 17-18): “A vergonha é um sentimento doloroso e sensível sobre o qual é preferível não falar. Ele engendra o silêncio, o fechamento em si até a inibição. [...] A vergonha é um sentimento social e psíquico particularmente doloroso”. Contudo, esse tema demonstra-se presente de várias formas no discurso dos nossos narradores de rua. Sr. J. S. Passos, um dos entrevistados mais velhos, ao ser convidado a contar sua história, dá início nos relatando em suas primeiras frases a dificuldade de expressar e o sofrimento da discriminação:

“Não tem como eu conta, não. Não sei como explicar! Não tem como escutar. Na minha explicação a vida de rua é uma vida sofrida. Ninguém tem em quem confiar, ninguém tem moral. Todo pessoal de rua é discriminado” (J. S. Passos, comunicação pessoal, 18 de outubro de 2009).

Também nos mais jovens, a vergonha está presente nas primeiras garatujas do discurso:

“É ruim, pelo tanto que é discriminado. Eu mesmo escondo ao máximo que moro na rua. Não falo pros outros que eu moro na rua e essas parada assim. Tento sair fora né. Já aconteceu comigo de falar para os outros que eu moro na rua e eu fico no Albergue. E tipo assim, depois que você for conversar com a pessoa e não ser a mesma coisa que era antes. Parece certa discriminação, quer dizer, parece não. Tem discriminação! Não só de um, mas de toda sociedade. Eu acho que única parte que passa batido quando se fala que mora na rua é na favela” (I. O. Santiago, comunicação pessoal, 10 de janeiro de 2010).

Rosa (2005) descreve a dificuldade dos mais jovens de rua, que usam o artifício da mentira para lidar com a condição de estar na rua:

Não explicam claramente sua situação à família, com que geralmente mantêm contato por telefone. Deixam sempre acreditar que estão fazendo bicos e que estão morando em pensão. Alegam utilizar esse subterfúgio para não dar preocupação aos pais e mostrar que ainda estão na batalha (ROSA, 2005, p.125).

Ser discriminado e sentir a vergonha de sua condição são o caminho para se tornar invisível e um virante da cidade. O ato de discriminação pela cidade reforça internamente o impedimento do sujeito de permanecer e criar vínculos. A vergonha inscrita no contexto social é um dos poucos encontros com o outro. Um encontro cada vez mais excludente e sutil.

Um dos entrevistados, ao relatar a forma como sobrevive nas ruas, relata uma comparação da atividade que executa na rua e porque não executaria essa atividade em sua terra natal:

“Mas, pra mim era, tipo... Por exemplo, hoje em dia eu chego lá na UFMG tiro as jacas. Eu vou no mercado central ou então chego na Lagoinha ali, boto um carro de manga e saio vendendo. Que pra mim lá eu acho que seria muito constrangedor (...) e sair vendendo dentro do bairro. Hoje eu não penso mais isso não, hoje... Talvez se fosse pra Salvador eu faria isso sem nenhuma... Sem nenhuma, como é que se diz?... Sem nenhum... Sem nenhuma vergonha” (M. Teixeira, comunicação pessoal, 11 de fevereiro de 2010).

A vergonha é o motor da viração em sua cidade de origem. Sobreviver perto das pessoas com que o vínculo ainda está constituído, com um emprego que não é valorizado pelo mesmo, é constrangedor e pode ser executado somente longe do afeto. Gaulejac (2006) descreve sobre a forma de se reinventar diante do sentimento da vergonha:

O sujeito, arrastado ao sabor de valores múltiplos e contraditórios, deve reconstruir seus ideais, inventar para si uma moralidade para encontrar os padrões de medida da autoestima. Cada um se vira com sua própria vergonha frente à multiplicidade e à mobilidade dos referentes coletivos que podem embasar o reconhecimento social (GAULEJAC, 2006, p. 234).

As pessoas em situação de rua se viram frente à multiplicidade de aspectos discriminatórios ou vergonhosos por meio da mobilidade. O reconhecimento social é conscientemente negado aos que habitam a rua, pela percepção inconsciente daqueles que estão fora das condições de vivente da rua. Para o transeunte negar o indivíduo na rua e seu padecimento é negar as relações humanas por vezes vista dentro de quatro paredes. Gaulejac (2006) considera que:

A vergonha se inscreve numa relação social. Ela pode fazer elo às raízes inconscientes, cada indivíduo reagindo distintamente a uma situação de humilhação, em função dos componentes psíquicos próprios. Mas ela é indissociável da relação social que contrasta o sujeito com as normas do seu meio, com os valores da comunidade à qual ele pertence (GAULEJAC, 2001, p. 38).

O morador de rua é aquele desprovido de residência ou que faz do espaço público a constituição do privado. Hannah Arendt (1972) descreve, ao falar de educação moderna, que “o lar ou o privado diz respeito ao espaço que protege em princípio pequenos sujeitos humanos do mundo exterior” (ARENDR, 1972, p.236). Para a população de rua, o espaço não protege mais em relação ao mundo exterior: eles, junto ao espaço, são partes do mundo exterior. Temos, nessa relação, uma publicização do privado, ou trocando em miúdos, o espaço público torna-se palco da vida privada. Senhor V. L. Godim descreve um período de sua história em que se encontrava morando de favor na casa de um de seus irmãos. Relata que, após um longo período de idas e vindas da rua, ele se encontrava bem em casa, mas fazendo uso de álcool e o seu irmão o expulsa de casa:

“Ai ele chegou um dia lá e me pegou bebendo, eu já estava bem chapado já e ele chegou e falou para mim: “quando você veio para cá você não estava bebendo, a intenção era você tomar os remédio direitinho e tranquilo. Eu tirei você da rua não foi para isso. Você só esta bebendo, fumando e tomando cachaça. Você pode voltar para o Albergue de novo. Você volta calado e pega suas coisas tudo de novo e vai embora” (V. L. Godim, comunicação pessoal, 21 de outubro de 2009).

Nossa sociedade moderna não está imune dessa relação, na qual o privado invade o público; ao contrário, a mídia explora essa interdependência, mas baseada em suportes estéticos, morais e econômicos – temos como exemplo os programas de “*reality show*”. O desnudo, a sexualidade, o uso abusivo de álcool e outras características privadas são somente aceitos em espaços culturais, ou por corpos selecionados dentro de um perfil estético construído ideologicamente. Mas a População em Situação de Rua teima em ir à contramão do que pode ser público no privado, ao insistir em viver na rua o que somente se vive e demonstra-se em quatro paredes. Estes se tornam invisíveis aos olhares da sociedade, tornam-se invisíveis sociais ou uma vergonha social.

3.3.3 O uso de álcool

“E ai ele entrou no supermercado e saiu com esses dois litros de 51. Na rua não tem quem não beba!” (J. S. Passos, comunicação pessoal, 16 de outubro de 2009).

O uso abusivo de álcool é uma presença constante no contexto de rua. Nesta pesquisa, ou nas nossas experiências profissionais anteriores com este público, era evidente o uso desmedido desta droga ou de outras pertinentes lícitas ou ilícitas. É notório, também, o acentuado consumo de bebidas alcoólicas na sociedade contemporânea e na história cultural de nosso país. No manual produzido pelo Governo Federal, “Prevenção ao uso indevido de drogas” (2010), para Conselheiros e Lideranças Comunitárias, é apresentado um panorama geral dessa situação:

Estudos nacionais e internacionais têm demonstrado a ocorrência significativa de mortes e doenças associadas ao uso abusivo de álcool, sendo o alcoolismo a 3ª causa de mortalidade e morbidade no mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a cada ano, cerca de 2 bilhões de pessoas consomem bebidas alcoólicas, o que corresponde a 40% da população mundial acima de 15 anos de idade, e cerca de 2 milhões de pessoas morrem em decorrência das consequências negativas do uso do álcool (por ex., intoxicações agudas, cirrose hepática, violência e acidentes de trânsito) (BRASIL, 2010, p. 96).

Nas condições de rua, este fenômeno acarreta mazelas à saúde em curto prazo, através de relatos de acidentes, como atropelamentos, e em longo prazo as doenças, como úlcera e outras demais tão presentes nos ex-moradores de rua. Dentre os entrevistados, todos já fizeram o uso de álcool desmedido na condição de rua ou o fazem.

“Aí eu comecei a trabalhar de camelô. Arrumava dinheiro, só que depois eu comecei beber, né? O problema da bebida estraga muito a vida do cara. Aí depois da bebida fui parar no albergue. O albergue, mesmo quando voltava a trabalhar de camelô, saía bebendo. Eu sempre fiquei nessa vida assim por causa da bebida. Uma das primeiras coisas que eu vo acabar mesmo é a bebida, num vo mais mexer com bebida. Só que ela acabou com minha vida, comecei a bebedeira, acabo tudo. (...) mas, Deus tem um plano pra minha vida, vai dar tudo certo” (J. Augusto, comunicação pessoal, 16 de outubro de 2009).

Vany Freitas (2005), ao pesquisar a rua para compreender a trajetória dos catadores de papel de Belo Horizonte, descreve o álcool como um anestésico da solidão e constata que o álcool constitui-se como um mediador na relação com o mundo da rua,

como um elemento intrínseco ao perfil dos que vivem nos subterrâneos da sobrevivência.

“Ai eu parei mesmo com a bebida. Eu vejo uma turminha bebendo eu logo vou saindo de fininho. Nem chego perto, não quero saber mais de bebida eu ate passo mal de vomito. Se eu beber bebida alcoólica e quatro dias desacordado. Eu caí uma vez por bebida, desmaiei e bate na quadra lá” (V. L. Godim, comunicação pessoal, 19 de outubro de 2009).

Botti et al (2010) produziu um estudo epidemiológico e buscou conhecer a prevalência de consumo de álcool entre a População em Situação de Rua, com um grupo de 245 homens em situação de rua, de Belo Horizonte, usuários do CRPR. Os resultados quantitativos descrevem que 17,55% são abstêmios, 21,22% apresentam uso de baixo risco, 20% uso de risco, 9,80% uso nocivo e 31,43% são prováveis dependentes. Desta forma 61,22% dos participantes apresentam uso de risco de álcool, o que significa segundo a autora “um padrão que aumenta o risco de consequências perigosas para quem usa e para os que o cercam, ainda que não tenha acontecido nenhum dano” (Botti et al, 2010, p. 6). Do total de participantes, 46,94% revelaram ter consumido 5 ou mais doses de álcool em uma única ocasião. Observou-se, também, uma maior frequência do uso nocivo e provável dependência nos adultos maduros (31 a 45 anos). Fato este, também, presenciado em nossa pesquisa que, em contrapartida, demonstrava nas entrevistas dos mais jovens (18 a 30 anos) o discurso frequente de drogas ilícitas como o crack, e o álcool apresentava como uso, mas mais moderado. Botti et al (2010) correlaciona o tempo de rua e o uso ou não dos espaços de acolhimento para pernoite como fatores preponderantes nos resultados, pois há maior frequência do padrão de risco para aqueles que vivem em situação de rua, em período superior a seis anos, e entre os que dormem em vias públicas. Tal pesquisa apresenta o uso de álcool como uma realidade imponente no cotidiano da População em Situação de Rua.

Nosso objetivo de expressar o uso de álcool pelas pessoas em situação de rua não condiz com a tentativa de delimitar a origem do uso de álcool à anterior condição de rua ou posterior, pois avaliamos esta tarefa como pormenorizada. Nosso objetivo é associar o uso do álcool a funcionalidade do cotidiano e do desmemorar. Nas ruas, o uso de álcool é quase uma questão de sobrevivência, pois este tem uma gama de funcionalidades: arrebatava o frio das noites, anestesia as dores físicas, promove a

sociabilidade, ameniza sintomas da saúde mental, tranquiliza os que possuem dificuldade em dormir, encoraja os tímidos, aplaca a fome e faz esquecer.

“Agora os outros lá não esquentam não, arrumam um papelão e uns papel e uma coberta velha lá para dormir e deita lá e enrola. Mas eles dormem não é por questão de sono é por causa da pinga. Eles deitam depois de ter dado uma mangueadinha e dorme. Da uma andadinha e o pessoal dá cinquenta centavos, dá dois reais e aí junta e compra uma cachaça destas de plástico, aí fica bebendo, fica tonto e dorme. Se o cara tiver de sapato, ou um chinelo mais novo eles leva. Se deixar não sobra nem a meia... Outro dia (...)” (V. L. Godim, comunicação pessoal, 21 de outubro de 2009).

Yves Le Roux (1998), um professor francês que se tornou um morador em situação de rua, ou como os franceses denominam este público “Sem Domicilio Fixo – SDF”, faz descrições sutis sobre o cotidiano da rua, com destreza por ter sido as palavras seu material de ofício por anos, e com sutilezas de quem, mesmo depois de produzido um livro sobre a vida nas ruas de Paris, falece ainda vivendo nas ruas. Assim, sua obra aponta-se, também, como uma referência clara nessa dissertação sobre o cotidiano. Roux (1998) relata sobre o uso do álcool nas ruas:

Sem um pouco de vinho no corpo, não sou eu mesmo. Aquilo pode parecer estranho, mas é verdadeiro. Nas ruas, eu me tornei álcool-dependente. (ROUX, 1998, p. 6. tradução nossa⁴³).

Os SDF não esquecem o seu passado. “Não se esquece nada de nada, habitua-se a tudo”, cantava Jacques Brel - mas querem custe o que custar esquecer. Felizmente, a garrafa é para ajudar. Bebem até perder a cabeça e as suas lembranças (ROUX, 1998, p. 42. tradução nossa⁴⁴).

Na rua, a operação sobrevivência é prioritária (ROUX, 1998, p. 97. tradução nossa⁴⁵).

Esquecer torna-se prioritário para sobreviver. As PSR esquecem tentam esquecer suas raízes, seu passado e suas histórias. Virar e circular entre os bairros e as cidades não é suficiente para fugir da vergonha e do fracasso social. Beber torna-se a saída. Foi comum, em algumas entrevistas, observar que os moradores dividiam as mesmas

⁴³ Texto original: «Sans un peu de vin dans le corps, je ne suis pas moi-même. Cela peut paraitre étrange, mais c'est vrai. Dans la zone, je suis devenu alcool-dépendant» (ROUX, 1998, p. 6)

⁴⁴ Texto original: «Les zonards n' oublient pas leur passé. On n'oublie rien de rien, on s'habitue, c'est tout , chantait Jacques Brel- mais ils veulent à tout prix oublier. Heureusement, la bouteille est. là pour les y aider. Ils boivent à en perdre la tête et leurs souvenirs» (ROUX, 1998, p. 42).

⁴⁵ Texto original: «Dans la zone, l'opération survie est prioritaire» (ROUX, 1998, p. 97).

“malocas” ou os espaços de atendimento por períodos consideráveis de tempo. Porém, quando um deles dava início a relatar sua história, os demais confessavam não ter o mínimo conhecimento daqueles fatos e compenetravam-se a escutar o próximo.

Roux (1998) relata a surpresa sobre o desconhecimento de um companheiro de rua após a morte deste:

Sabia pouca coisa de Henri. Não fui de um grande socorro. Era um homem de altura mediana, com o olhar brilhante, como um espelho da alma, dos olhos azuis e inteligentes. Conhecia-o pouco, e, no entanto éramos vistos, alguns anos durante, praticamente todos os dias, uma hora ou duas. Gostávamos bem, ou antes, nós compreendíamos-nos. Henri falava pouco, dizia duas, três palavras por aqui ou por lá. Muito mais tímido que eu, tinha renunciado a exprimir-se (...) (ROUX, 1998, p. 30. tradução nossa⁴⁶).

É de se ponderar que o distanciamento e imparcialidade são características da modernidade, como por exemplo, indivíduos podem dividir o mesmo espaço de emprego por anos e não se conhecerem. Entretanto, a rua transforma essas relações privadas em públicas, mas em uma amplitude quimérica. Os indivíduos não sabem os nomes de seus companheiros e todos se transformam em “buius”, “negão”, “véio”, “Zé” e outros nomes isentos de parcialidade.

O álcool, como droga lícita, é mais acessível e não exige tantos trâmites para quem quer fugir da opressão da vergonha e somente pretende usufruir do esquecimento.

“Você fica longe dos seus parentes, você fica numa solidão, aí vem à depressão. Dá vontade de chorar, então à única que a gente procura mesmo é os bares. Porque o bar faz esquecer muita coisa, né? Aí passa o tempo, aí você chega chapado aqui no albergue eles não deixam entrar. Aí vê que acabou o dinheiro no bar, aí tem que dormir na rua, entendeu? Então, por isso, a bebida foi o maior problema na minha vida. Eu acabando com esse negócio de vício de beber, eu acho que vai melhorar pra mim” (J. Augusto, comunicação pessoal, 16 de outubro de 2009).

A solidão dos SDFs é um sentimento absoluto de desvalorização, a impressão, de não ser nada, de não servir a nada, não valer nada, de não ter mais a menor importância para ninguém, abandonado por todos. Para que se lavar, se vestir corretamente, se cuidar? Para que comer? A solidão extrema

46 Texto original : «Je savais peu de chose d'Henri. Je ne fus pas d'un grand secours. C'était un homme de taille moyenne, avec un visage marqué ou brillant, miroirs de l'âme, des yeux bleus et intelligents. Je le connaissais peu, et pourtant nous nous étions vus, quelques années durant, pratiquement tous les jours, une heure ou deux. Nous nous aimions bien, ou plutôt, nous nous comprenions. Henri parlait peu, il disait deux, trois mots par-ci, par-là. Beaucoup plus résigné que moi, il avait renoncé à s'exprimer et à expliquer. Moi, pas encore. Henri se foutait complètement des autres. Moi aussi» (ROUX, 1998, p.29).

leva-o a se desagregar, a degradar-se progressivamente. Não há mais nada a provar a ninguém (ROUX, 1998, p.76. tradução nossa⁴⁷).

O ciclo da vergonha, viração e álcool é descrito acima com uma simplicidade cruel. A solidão contingente da vergonha é colocada como consequência de sua história de desamparo e de distanciamento dos entes queridos. O encontro com os bares, a porta mais acessível à condição da rua enquanto se tem recurso para financiar esta entrada, é o local do esquecimento. Mas é preciso esquecer o esquecimento e voltar ao abrigo. A instituição pública nem sempre acolhe e, para o indivíduo, resta circular. Ter vergonha, circular e beber é a base de uma rotina complexa e constituída de enlances e histórias que remodelam a População em Situação de Rua.

⁴⁷ Texto original : «La solitude du zonard, un sentiment absolu de dévalorisation, l'impression de n' être rien, de ne servir à rien, de ne rien valoir, de ne plus avoir la moindre importance pour personne, d' être abandonné de tous. A quoi bon se laver, s'habiller correctement, se cultiver ? A quoi bon manger, se soigner? L'extrême solitude amène à se délirer, à se dégrader progressivement. Plus rien» (ROUX, 1998, p.76).

4. A ERGOLOGIA SAI PARA A RUA: ENTRE O COTIDIANO E O VAZIO DE NORMAS

Neste capítulo, construiremos uma reflexão teórica para orientar-nos diante do rio de ações intermitentes e renováveis que é o cotidiano da População em Situação de Rua. Por intermédio de uma base conceitual advinda da Ergologia, representada especialmente pelo pensamento de Yves Schwartz (2007)⁴⁸ e da perspectiva conceitual sobre o cotidiano do historiador Michel Certeau (1994)⁴⁹, faremos referência à forma de sobrevivência constituída na rua.

O cotidiano é o espaço de um conjunto de ações realizadas todos os dias de modo sucessivo e estipulado por normas precedentes, ações contínuas que deixam traços diários. Segundo Araújo (2009), os estudos sobre o cotidiano apreendem três linhas centrais como arcabouço teórico: a linha marxista ou da alienação, a linha da dramatização e a linha da resistência. Não é nossa intenção, neste trabalho, aprofundar as concepções teóricas presentes no estudo do cotidiano, mas delinear o caminho de nossa escolha. A primeira das linhas de abordagem tem como principais teóricos Henri (1994) Lefebvre e Agnes Heller (2000) e postula uma superação aos dogmas marxistas e uma visão do cotidiano como um produto da reprodução do consumo, de forma que o homem torna-se dividido pela alienação. A linha da dramatização é baseada na fenomenologia e percebe o cotidiano pelo intermédio da dramatização dos atos sociais. A terceira linha, conhecida como resistência, é orientada pelos teóricos Maffesoli e o historiador Michel de Certeau. A leitura de Certeau (1994) sobre o cotidiano diferencia-se a princípio das demais, pela valorização do homem simples e ordinário como sujeito e ator do cotidiano. Ao levantar os holofotes sobre este herói do cotidiano, as práticas simples do fazer são resgatadas por meio do olhar acadêmico. Araújo (2009) também descreve sobre a abordagem nomeada de resistência “essa difere-se das anteriores uma vez que o cotidiano é entendido como uma dimensão em que os indivíduos põem em

⁴⁸ Schwartz é filósofo, professor titular da Universidade de Provence, França, foi diretor e criador do Departamento de Ergologia dessa mesma universidade. Atualmente é professor emérito.

⁴⁹ Certeau era formado em filosofia, história clássica, letras e teologia e foi um dos fundadores da Escola Freudiana em Paris, em 1964. Ele foi professor nas Universidades de Paris VIII, Paris VII e na Universidade da Califórnia em San Diego. Faleceu em Paris, em 9 de janeiro de 1986.

ação as chamadas “táticas de resistência,” para “atenuar as imposições ‘mortíferas’ macro-sociais as quais eles são alvos” (ARAÚJO, 2009, p.2).

Mas Certeau (1994) define, também, o cotidiano em sua característica opressora:

“O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente”. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada (CERTEAU, 1994, p. 31).

Certeau (1994) reconhece a postura impositiva do cotidiano descrito por Heller (2000), como um espaço alienador, reprodutor, reiterado, cansativo e assujeitado. Contudo, averigua micro exercícios, táticas de confrontação, em sua maioria atos de criatividade contra as estratégias sutis do cotidiano de coação do inventivo. Mais que repetição e opressão, para Certeau (1994) a teoria das práticas cotidianas demonstra uma reinvenção do cotidiano por aqueles que burlam, de modo matreiro, as ordens estabelecidas.

A Ergologia, em contrapartida, é uma disciplina de criação e conjunção; uma forma de articular os conhecimentos e desenlaçar os trâmites que impedem a criação. A Ergologia, que minimamente ansiamos em trabalhar, não é posta como uma nova disciplina universitária, mas como "um modo de encaminhamento inovador para abordar a atividade humana" (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 19). No princípio da década de 1970, diante de mobilizações sindicais francesas, na Universidade de Provence, um grupo multidisciplinar (Economistas, Sociólogos Filósofos, Linguistas e Trabalhadores), deu início a várias pesquisas e projetos no qual o cunho principal era pensar o trabalho (embasados na teoria marxista e em conceitos de Leontiev e Vigotsky) de uma forma diferenciada da visão taylorista – fordista, inspirados por Ivor Oddone⁵⁰ e ergonomistas que tentavam analisar as questões do trabalho através de um olhar de simetria sobre o conhecimento de todos os protagonistas da cena do trabalho. Deste grupo foi criada a Análise Pluridisciplinar das Situações de Trabalho – APST. A APST foi um dos berços da Ergologia e o filósofo Yves Schwartz uma das referências deste movimento, que define essa disciplina:

⁵⁰ Médico italiano responsável pela criação de um modelo operário de luta pela saúde nos ambientes de trabalho, no princípio da década de 1970, e com atuação direta e inovadora na fábrica da Fiat em Turim.

(...) não é uma disciplina no sentido de um novo domínio do saber, mas, sobretudo, uma disciplina de pensamento. Essa disciplina ergológica é própria às atividades humanas e distinta da disciplina epistêmica que, para produzir saber e conceito no campo das ciências experimentais deve, ao contrário, neutralizar os aspectos históricos. A *démarche* ergológica, mesmo tendo como objetivo construir conceitos rigorosos, deve indicar nestes conceitos como e onde se situa o espaço das (re) singularizações parciais, inerentes às atividades de trabalho (SCHWARTZ, 2000, p. 45).

Uma disciplina flexível para compreender os fenômenos e (re) singularizar a partir deles, a ergologia tem como norte pensar o trabalho como atividade humana que abarca a prescrição de normas e re-normalização por meio do trabalho real. Pensar o trabalho como atividade humana é colocar o conceito de trabalho, segundo Marx (2007), como perspectiva ontológica do ser social. A atividade é o passo fundamental de socialização na qual os indivíduos transformam o mundo e se transformam para a obtenção de sobrevivência coletiva. Essa transformação cotidiana, que é a atividade, é embasada em uma ação política que busca o bem comum.

Temos, desta forma, como junção destes dois olhares acadêmicos: o cotidiano vislumbrado por Certeau (1994) como um espaço de resistência praticado pelo homem simples e a Ergologia de Schwartz como disciplina de criação para abordar a atividade humana em uma perspectiva ontológica dentro de suas normas e re-normatizações do cotidiano. Usamos destes olhares para analisarmos a rua dentro de sua complexidade, podendo, assim, abordar este espaço pela ótica de criação inovadora para intervir em velhos fenômenos urbanos. Precisamos, assim, compreender como as normas atuam no cotidiano e como o sujeito simples ou a População em Situação de Rua atua sobre essas normas.

As normas, por si, são formas de convivência, maneiras de postular o indivíduo e o coletivo que podem constranger o ser humano e também ser base de organização e aprendizado. Schwartz (2011, p.137), observa, a respeito das normas: “A realidade das normas antecedentes é, portanto, uma combinação inextricável de conquistas e riscos, tanto facilitadora quanto opressora da vida social. Nenhuma norma é puramente técnica e, por isso mesmo, neutra, evidente”. As normas funcionam como prescrito e podem ser internas e externas e se organizam no campo do real. O prescrito é o ato de concatenar idéias individuais e coletivas sobre determinado assunto, para que essas sejam seguidas e efetivadas por terceiros. O real é a ação expressa por rearranjos que cada indivíduo e coletivo fazem para a efetivação de fato de determinada tarefa, é o momento em que o

sujeito usa das normas prescritas, e não usa as normas prescritas, re-normaliza as mesmas para o cumprimento veraz da tarefa em prol de si.

A atividade na Ergologia é o que movimenta e tem suas origens nas diferenças do ato e do teórico, o exercício de executar o que está entre o dito e o não dito, mais especificamente à distância inexecutável entre o prescrito e o real, portanto, conjunção de saberes de acontecimentos múltiplos. Cunha (2007, p. 51) descreve que “a atividade se engendra nessa porosidade do prescrito, em seus interstícios como micro-decisões”.

As normas prescritas seriam o esboço do cotidiano opressor e criador, como descreve Certeau (1994), e o real seria o cotidiano executado como saída às dificuldades de cumprir o prescrito, como ação cumprida dentro do possível e nunca tangível em sua íntegra.

No livro “A invenção do cotidiano” de Certeau (1994), este nos apresenta o Homem Ordinário, visto como o que reproduz, repete seguidamente, em intervalos regulares e fere as regras do decoro e dos bons costumes, o homem da rua ou homem comum; aquele que sucumbe às arbitrariedades de um cotidiano opressor, mas que burla de forma sagaz. A reinvenção do cotidiano, ou o fazer com, é a forma do homem ordinário de ludibriar a opressão. Certeau (1994) averigua que o homem ordinário é o que produz micro exercícios, táticas de confrontação em sua maioria atos de criatividade contra as estratégias sutis do cotidiano de coação do inventivo. Mais que repetição e opressão para Certeau (1994) a teoria das práticas cotidianas, demonstra uma reinvenção do cotidiano por aqueles que burlam de modo matreiro as ordens estabelecidas, burlam o prescrito em busca de novas normas.

(...) [existem] Mil maneiras de jogar/defazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros, caracteriza a atividade, sutil, tenaz, resistente, de grupos que, por não terem um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas. Têm que ‘fazer com’ (Certeau, 1994, p. 79).

As mil maneiras de jogar com o espaço instituído pelo Homem Ordinário podem ser compreendidas pela descrição em que Schwartz (2011, p.133) constata: “Nesse agir, nada pode ser pura aplicação do que se tinha pensado sem você, antes de você”. Daisy Cunha (2007) traduz esse agir ao descrever o conceito da Ergologia denominado Corpósi:

O corpo-si é a história, história da vida, do gênero, da pessoa, é a história de encontros sempre renovados entre um ser em equilíbrio mais ou menos instável e uma vida social, com seus valores, suas solicitações, seus dramas... é a história, história como memória sedimentada, organizada na miríade dos circuitos da pessoa; mas também história como matriz, energia produtora de inédito: na medida onde a intenção renormalizante é às vezes imposta ao ser – o meio é sempre infiel, como ‘encontro’ ele reclama que a gente se escolha escolhendo tal ou qual maneira de tratar – e ao mesmo tempo requer como exigência de vida, como apelo nele de saúde, o instrumentalizando sem relaxe para tentar transformar isto que é objetivamente para ele meio (umgebung) nisto que poderia fazer seu meio (umwelt) (CUNHA, 2007, p.8).

Para burlar o cotidiano o homem matreiro usa o Corpo-si nas práticas cotidianas, usa a habilidade de sua história, usa a arte de reinventar nos espaços constituídos de ordens exercidas, cumpridas e alteradas, simultaneamente. Contudo, Certeau (1994) pontua que, mesmo após o Homem Ordinário ludibriar o cotidiano usando de sua história e de seu Corpo-si, existe um movimento ondulatório, um exercício de tentativa de estabilização normativa e uma resposta de reorganização nas performances operacionais dos indivíduos. Schwartz (2000) versa sobre a existência frequente de confronto entre normas não prescritas e prescritas, considera que as primeiras são constituídas pelos indivíduos como forma de manutenção de si próprios, na resistência por seus valores culturais e de sua subjetividade e a contrapartida é a resposta em alguns casos institucionais.

Desta forma, as ruas da sociedade urbana caracterizadas pela imparcialidade, a multiplicidade, o vazio e o não vivido transfigura-se no local de infidelidades. O local de confronto de normas é tido como infiel devido à incapacidade de determinar *a priori* marcos de composição do cotidiano.

O meio é sempre mais ou menos infiel e, aliás, nunca se sabe onde e em que proporções. Ele jamais se repete exatamente de um dia para o outro – ou de uma situação de trabalho a outra. Então, há uma primeira infidelidade do meio. Ora, essa infidelidade deve ser gerida: e gerida justamente não como uma execução (senão dir-se-ia que o meio é fiel), mas como um "uso de si", ou seja, é preciso fazer uso de suas próprias capacidades, de seus próprios recursos e de suas próprias escolhas para gerir essa infidelidade, para fazer alguma coisa. Isso que eu chamo de "vazio de normas", porque aí as normas antecedentes são insuficientes – visto que não há somente execução (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p.195).

Nessa perspectiva, observamos no espaço correlato da rua a existência de uma ambivalência permanente das normas. Poderíamos afirmar que a rua vive sobre uma prescrição infinita diante da infidelidade do meio, na medida em que este espaço vive regido pela égide relacional da sobrevivência e imprevisibilidade. A rua expõe a

insuficiência de normas antecedentes, visto que há somente execução, ou diremos, sobrevivência.

O imprevisto está presente em nosso cotidiano, mas para as PSR é, na maioria das vezes, coadunado com as formas de se viver nas ruas e de subsistir. Estar hoje no encontro para dizer sobre sua história não é condição para estar amanhã; uma notícia que em determinado local estão a servir sopa, em alguns casos, pode ser um fator mais importante que aguardar ser abordado pela equipe técnica. A sobrevivência dita às regras da agenda e de dia em dia vai se organizando a vida. Segundo Maria Elizabeth Barros (2008), no artigo intitulado “Cartografando estratégias de resistência construída por educadores no cotidiano de trabalho”: “A imprevisibilidade deve ser gerida, não como uma execução, mas como um uso de si, o que significa dizer que é necessário recorrer a habilidades, recursos e escolhas para gerir essa imprevisibilidade” (Barros 2008, p. 29). Escorel (1999) descreve como teimosos os que sobrevivem na rua:

Entre o pólo positivo de uma vida saudável e longa e o polo negativo da morte, encontramos diversos episódios de morbidade, mortalidade, diferenças de esperança de vida, gravidade de patologias, incidência —preferencial de causas de doenças e mortes em determinados grupos sociais (como homicídios e causas externas de modo geral em homens, jovens, pretos ou pardos e pobres, moradores das periferias urbanas), além das iniquidades existentes em relação ao acesso e à utilização dos serviços de saúde de qualidade. Todos esses fenômenos revelam tanto a distinção que há entre viver e sobreviver quanto o grau de dificuldades encontradas por uns e por outros para permanecerem vivos. Eis que surgem então pessoas que sobrevivem de teimosas (ESCOREL, 1999, p. 145).

Permanecer vivo na condição de morador de rua é um exercício de rearranjos múltiplos e de teimosia. Guimarães (2010, p.73) descreve sobre a luta do cotidiano: “Cabe destacar, porém, que há na vida das ruas uma luta constante. Essa luta se inicia com a própria luta diária pela sobrevivência. Mas há também uma luta por emprego, por moradia, por liberdade e pela saída dessa situação”. Podemos ampliar e dizer que é também uma luta pela alimentação, pelas drogas e pela subsistência, em um meio reticente em desfavorecer aquele que faz deste espaço uma casa. Uma luta de sobrevivência e teimosia com e contra a imprevisibilidade ou infidelidade da rua.

O cotidiano nas ruas apresenta uma rotina da sobrevivência trilhada pela resolução das necessidades básicas. O produto dessa rotina é a sobrevivência em mais um dia. No extremo da sobrevivência da rua, podemos delimitar como básico alimentar-se e proteger-se. A alimentação, de certa forma, pode ser baseada na

conquista de um simples café da manhã ao uso de drogas; e ter alguma forma de proteção física diz desde algum lugar minimamente seguro para dormir até participar de um grupo violento para sobreviver, caso recorrente entre as mulheres. No caso da população da rua, o que está sendo assim denominado é o mínimo necessário para manter-se com vida. Escorel (1999) demonstra a influência da rotina sobre a PSR:

“A maneira como os desviantes são tratados equivale a lhes recusar os meios comuns de cumprir as atividades rotineiras da vida cotidiana” (Becker, 1985). No caso da população de rua a falta de acesso às atividades rotineiras da vida cotidiana é o próprio elemento de configuração de sua trajetória. Há que considerar-se também que um indivíduo dedicado a sobreviver na rua tem seus horários de trabalho e alimentação determinados pelos transeuntes (para guardadores de carros, catadores de lixo) ou pelas entidades de ajuda (SCOREL, 1999, p.293).

Um dos entrevistados relata sua dificuldade de tempo para nos encontrar para entrevistas e descreve:

“A noite eu tô no albergue, de manhã na catação e de tarde vou pegar umas doações com meu carrinho” (F. F. Muniz , comunicação pessoal, 13 de janeiro de 2010).

Nossa solução foi transcorrer junto àqueles que fazem da rua local de moradia e fazemos presença ao longo do dia para ruminar o cotidiano da rua.

O espaço, constituinte de um vazio de normas e de infidelidades constantes do meio, há de se configurar como algo nocivo ao extremo ao morador, mas esse se apresenta, também, espaço representativo de criação de possibilidades novas de re-normatização. Burlar o contínuo imprevisto é transformá-lo em criação. Schwartz (2011) descreve:

Frente a uma pane, diante de um vazio jurídico ou regulamentar, diante de um caso social particularmente complicado, cada um tratará esses vazios de normas recorrendo a um universo de recursos pessoais, hierarquizado por seu conjunto de valores do momento. Isso se dando, sua escolha quanto à forma de lidar irá se inscrever na história do meio técnico e social, irá fabricar novas micro jurisprudências que fazem história, desestabilizam o protocolo, obrigando-o a se colocar em manutenção (SCHWARTZ, 2011, p.140).

A População em Situação de Rua, na luta pela sobrevivência da rotina diária, encontra um espaço de criação, para exercer a sobrevivência. Assim, afóra da prescrição, por intermédio de um homem ordinário, matreiro, que usa das estratégias

sutis do cotidiano para resistir e imprimir um traço no espaço denominado rua. Desta forma, sua ação não se torna meramente execução, mas um uso de si, que reelabora a atividade real. A rua, espaço infiel, produz um indivíduo que gere o uso de si para sobreviver às variabilidades de formas do cotidiano, às mazelas e agruras de noites e dias que intrinsecamente mudam. A rua impõe ao morador renormatizar e reinterpretar o vazio de normas como descreve Schwartz (2000, p.28) no Glossário de Ergologia: “Fazendo isto, ele tenta configurar o meio como o seu próprio meio. É o processo de renormalização que está no cerne da atividade. Em parte, cada um chega a transgredir certas normas, a distorcê-las de forma a elas se apropriar”. Na rua, isso acontece como um contínuo, que se torna crescente para sobreviver ou buscar uma saída dessa condição.

5. COTIDIANO: MANHÃ, TARDE, NOITE E MADRUGADA

A escolha de apresentar o cotidiano da População em Situação de Rua dividido em períodos do dia partiu de proposta didática para amenizar o rio de confluências que perpassa pela rua e, também, como resposta ao convite feito por um dos entrevistados para sair e ver a rua em sua íntegra juntamente com os que fazem dela moradia:

“Se você puder ir nessa oficina, cada dia, você vai ver o dia a dia da gente. Se um dia você puder andar na rua comigo, a você vai ver meu dia a dia. Ai na rua é difícil. Aí é outra coisa... (risos). Ai nós vamos andar bastante. Nós vamos na sopa. Vamos tomar uma sopa. Nós vamos daqui lá reciclando latinha, lata, vamos achar muitas coisas boas. Acha computador, acha tudo (...)” (O. Moraes, comunicação pessoal, 26 de janeiro de 2010).

O fluxo do dia, ou a relação do tempo para as pessoas em situação de rua transcreve, primordialmente, aos marcos de sobrevivência constituídos por esse espaço, que podemos exemplificar: os espaços públicos de alimentação constantemente citados (o restaurante popular e a distribuição de sopas); o horário de abertura e saída do Albergue; o horário de atendimento do restaurante popular; o horário de doações dos restaurantes do centro comercial; e encerramento do comércio na região central, possibilitando outra cidade para se usufruir.

Isso se revela um fato recorrente entre pessoas que vivem nas ruas; uma noção flutuante do tempo. Nem sempre há a precisão do tempo em que se está nas ruas, do tempo em que algo aconteceu, ou mesmo do tempo cotidiano. Pode-se creditar isso à falta de uma rotina fixa que delimite o dia-a-dia como, por exemplo, um trabalho formal que distingue claramente dias úteis e finais de semana. Há também certa confusão trazida pelo uso de álcool ou outros entorpecentes (GUIMARÃES, 2010, p. 110).

Guimarães (2010) faz uma leitura parcial sobre a rotina das ruas, se baseando em valores e normas diferentes da rua, como por exemplo, o trabalho formal. Porém, há de se concordar que a rotina fluida do tempo passe cada vez mais a influenciar a percepção das PSRs. No trecho abaixo descrito, o entrevistado apresenta parâmetros da rua para dizer da rua e sintetiza o dia ao transcorrer sobre temáticas recorrentes da vida nas ruas: o alcoolismo, as instituições públicas, as formas de alimentação, as doações e a sobrevivência do cotidiano estão presentes em cada esquina de cada frase.

“Essa é a vida de um morador de rua. Oh, todo dia é Parque Municipal de manhã. Acorda, lava o rosto e vai pro Parque Municipal. Ai enche o “cu” de cachaça. Aí enche o cara de cachaça. Depois, vai pro Popular, almoça,

espera dar uma hora. Faz o que der, até uma hora, né? Vem pro Centro de Referência, toma banho e fica até cinco horas. Depois vai pra Itambé, pra pegar, como se diz, pra pegar um rango. Primeiro vai pra Praça da Estação, né, beber mais cachaça, né, lógico, tem que viver na cachaça. Depois dá seis horas, seis e meia, sete horas vai pra lá pra Itambé. Lá pelas nove ranga, lá pelas nove, dez horas sai da Itambé e vai dormir. Essa é a vida, quase todo dia. Essa é a vida de um morador de rua. Quem não fuma né? Pra quem não fuma, porque quem fuma meu filho, nossa senhora, oh, aí é diferente. Pra quem fuma é diferente. Pra quem fuma, como se diz, nem acorda, porque não dorme. De manhãzinha, vai lá pro Parque toma cachaça também, depois vai pro Popular almoça, depois vem pra cá a mesma coisa. Só de noite que muda, pois fica a noite toda “noiando”. Aí está tudo acabado, como diz o outro. Aí fica o dia inteiro “noiando” e a noite inteira, enquanto tiver dinheiro, meu filho. Se o dinheiro acabar, também você já viu como é que arruma rápido, né? Nesse lugar aqui, você ta é doido” (L. S. Ferreira, comunicação pessoal, 12 de março de 2010).

O entrevistado relata, também, a mudança do cotidiano conforme a relação do morador com uso de drogas ilícitas:

“Essa é a vida, quase todo dia. Essa é a vida de um morador de rua. Quem não fuma né? Pra quem não fuma, porque quem fuma meu filho, nossa senhora, oh, aí é diferente. Pra quem fuma é diferente” (L. S. Ferreira, comunicação pessoal, 12 de março de 2010).

Essa fala infere uma nova possibilidade se ver a mesma rua. Um cotidiano completo de re-normatizações e vazios de normas.

Assim, como as divisões manhã, tarde, noite e madrugada não refletem o real da rua, mas apontam para um prescrito que sempre será superado no cotidiano. Não nos atrevemos a pensar um prescrito da rua, mas uma pífia rotina das ruas diante dos fragmentos do dia e apontaremos os temas principais recorrentes do fluxo do dia e as manobras de sobrevivência das PSRs.

5.1 MANHÃ

ACORDAR, VIVER

*Como acordar sem sofrimento?
Recomeçar sem horror?
O sono transportou-me
àquele reino onde não existe vida
e eu quedo inerte sem paixão.*

*Como repetir, dia seguinte após dia seguinte,
a fábula inconclusa,
suportar a semelhança das coisas ásperas
de amanhã com as coisas ásperas de hoje?*

*Como proteger-me das feridas
que rasga em mim o acontecimento,
qualquer acontecimento
que lembra a Terra e sua púrpura
demente?
E mais aquela ferida que me inflijo
a cada hora, algoz
do inocente que não sou*

*Ninguém responde, a vida é pétrea.
(ANDRADE, 2002, p.1394)*

A vida pétrea da rua amanhece e consigo traz luz a escolhas entre opções escassas⁵¹ de uma rotina que sugere a necessidade de re-normatizar para viver. O período da manhã é a hora do início de uma nova luta, é a hora em que as pessoas em situação de rua se mobilizam a procura de algum bico. O amanhecer traz consigo a temática da obtenção de rendimentos, o trabalho informal e traços da rotina dos que se levantam e encontram o mundo sem a receptividade de um cumprimento de bom dia.

A População em Situação de Rua acorda de várias formas. De manhã, nos cantos da cidade, observamos os invisos. Para alguns, o sono iniciou-se há poucas horas e nas marquises, nos viadutos e nos paralelepípedos, as cobertas e caixas de papelão informam que ali existe vida. Alguns traçam um caminhar sorumbático, destoante da correria frenética dos espaços urbanos. Ainda pela manhã, caminham com cobertas procurando a tampa de redes de esgoto para esconder seus pertences e procurar o café matinal. Para outros, é preciso levantar afobados devido à pressão de comerciantes que abrem suas lojas e aos fiscais da prefeitura que exigem sua retirada do local. Tais fiscais, em vários momentos, são os primeiros a acordar as PSR; são semelhantes aos descritos por Roux (1998) e denominados por azuis:

O inimigo por excelência. Um das maiores violências que subiste aos SDF é dos homens de uniforme cinzento-azul, brigadas de selvagens enviados para esconder a “merda” (os SDF, neste caso) dos turistas. A sociedade tem vergonha de nós. Ah, se pudesse fazer-nos desaparecer-lo todos! , Emissão direta da prefeitura de polícia, os “azuis” arrancam - nos do passeio e levam-nos ao centro de Nanterre. Hipocrisia de uma estrutura de pseudo-

⁵¹ O termo “escolha entre opções escassas” é usado em acordo com o pensamento de Faria (2009) que indica o “caráter contraditório do discurso que prega a existência de condições iguais de opção de vida entre os cidadãos, numa retórica de que lhe são oferecidas as mesmas oportunidades de estudar, ter uma profissão e se sustentar, bem como à sua família, através de trabalhos considerados legais” (FARIA, 2009, p.10).

assistencial, estrutura de rebocar, esconderijo de miséria (ROUX, 1998, p. 169. tradução nossa⁵²).

Nas ruas da capital mineira, uma equipe de fiscalização baseada no Código de Postura Municipal⁵³ atua no Hipercentro da cidade, e por coincidência ou não, em determinadas situações usam um colete azul, e abordam a População em Situação de Rua, os impedindo de permanecer em logradouros públicos. Os entrevistados relatam que são acordados constantemente pelos fiscais, que lhe tomam seus pertences com intuito de retirar as PSRs da rua; uma ação paliativa e recorrente no centro da cidade.

Outras PSRs são reconhecidas ao amanhecer pelo caminhar um pouco sem regência de quem acorda à procura de um banheiro que lhe falta ou uma cozinha para preparar seu café. Conduzem-se sem órbita e carregam cobertas ou pequenas bolsas que representam tudo que lhes é pessoal. Roux (1998) descreve:

Cada morador possui a sua pequena riqueza: um pente, uma caneta esfera, a foto de uma criança, uma página de jornal... fetiche de alguns (...). No entanto, este pente, ele' não é utilizado. No entanto, com esta caneta não escreve. E esta criança, nunca ira encontra-la. Se ele o cruzasse na rua ele não reconheceria (ROUX, 1998, p. 112. tradução nossa⁵⁴).

O ato de circular pela cidade, os roubos constantes e as dificuldade de local para guardar os seus objetos fazem com que seus pertences sejam supérfluos. Contudo, existe um exercício em criar vínculo com pequenos objetos, alguns animais e espaços. Um dos entrevistados relata:

⁵² Texto original: «l'ennemi par excellence. Une des plus grandes violences que subissent les zonards est celle de ces hommes en uniforme gris-bleu, brigades de sauvages envoyées pour chercher la « merde » (les zonards, en l' occurrence) aux touristes. La société a honte de nous. Ah, si elle pouvait nous faire tous disparaître !, Emanation directe de la préfecture de police, les « bleus » doivent nous arracher du trottoir et nous emmener au centre de Nanterre. Hypocrisie d'une structure de pseudo-assistance, structure fourrière, cache-misère» (ROUX, 1998, p. 169).

⁵³ Código de Postura Municipal é um conjunto de normas constituído na Lei nº 8.616. Tem como objetivo regular todas as atividades de construções e uso dos logradouros públicos na cidade e regula também as atividades executadas nestes logradouros, como comércio de bens e alimentação. Assinado pelo Prefeito Fernando DaMata Pimentel, em julho de 2003.

⁵⁴ Texto original: «Chaque zonard possède sa petite richesse: un peigne, un stylo bille, la photo d'un enfant, une page de journal... un fétiche auquel il s'accroche. Si on le lui pique, la bagarre explose. Pourtant, ce peigne, il ne l'utilise pas. Pourtant, avec ce stylo, il n' écrit pas. Et ce gosse, il ne le reverra jamais. S'il le croisait dans la rue, il ne le reconnaîtrait même pas» (ROUX, 1998, p. 112).

“Eu costumo andar com meu carrinho cheio de coisas o povo fica questionando porque eu não vendo. Eu não costumo agregar valor a nada. Eu acho isso uma prática muito ofensiva” (F. F. Muniz, comunicação pessoal, 13 de janeiro de 2010).

Os documentos oficiais são raros diante de tantas infidelidades do meio, mas em instituições públicas de atendimento e espaços não governamentais existem locais para guardar alguns pertences, inclusive documentos. Em Belo Horizonte, este serviço é feito em maior escala pelo CRPR, que disponibiliza escaninhos individuais.

O meu saco é a minha casa. A cada voo, perco qualquer dos meus pertences: uma garrafa de vinho, um pacote de cigarros consumido – demasiado consumido -, três ou quatro páginas de escrita, meus besicles e, às vezes, um vestuário de substituição. Os papéis de identidade, não falo. Perdi-os, por muito tempo. Uma maneira como outra de quebrar com o passado (ROUX, 1998, p. 110. tradução nossa⁵⁵).

Perder os documentos é comum e diz também da necessidade de fugir do passado por alguns moradores de rua, que se confundem com a condição de egressos do mundo carcerário.

“Ai o rapaz... o outro chegou e eu fui falei assim: eu não posso roubar porque já to assim, assim, assim... Ai ele queria brigar comigo, ai eu fui e matei ele. Fui preso. Dois anos. Hoje tenho minha vida com bons antecedentes, graças a Deus. Tirei na delegacia sumiu... Graças a Deus... Não devo nada à polícia. Graças a Deus. A única coisa que eu devo, somente, somente só a Deus. (...) Mas não gosto de ficar mostrando meus documentos” (O. Moraes, comunicação pessoal, 27 de janeiro de 2010).

E pela manhã observamos os movimentos dos que saem do Albergue, dos que dormem nas ruas e dos que saem cedo para trabalhar na informalidade. Há a parte que dorme nas instituições de abrigamento ou acolhimento e seguem os horários dos espaços, e trilham seus dias por uma ordenação institucional. Os que fazem uso dos Albergues são as pessoas mais idosas e com maior tempo de rua, ou os que usam do espaço da rua como alternativa de emprego e os que prestam serviço temporário nas empresas de construção civil ou empresas de transporte:

“Cedo nos sai vazado para a rua a fora. Ate sete horas nos podemos ficar aqui, até quase sete horas. Quando preciso sair mais cedo agente já sai e

⁵⁵ Texto original : «Mon sac, c' est ma maison. Achaque vol, je perds tout ce qui m' appartient: une bouteille de vin, un paquet de eigarettes entamé - trop entamé -, trois ou quatre pages d' écriture, mes besicles et, parfois, un vêtement de rechange. Les papiers d'identité, n'en parlons pas. Je les ai perdus, depuis longtemps. Acte manqué par excellence. Une façon comme une autre de rompre avec le passé» (ROUX, 1998, p. 110).

pega umas latinha e cata uns papel, para garantir pelo menos um almoço popular no dia. Não é difícil de arrumar na rua. Tem dia que da ate para arrumar um troquinho” (V. L. Godim, comunicação pessoal, 21 de outubro de 2009).

Roux (1998) descreve a saída de um Albergue francês com semelhança ao que presenciámos em nossa pesquisa. O dia reflete a noite no espaço e o funcionamento institucional que desumaniza:

O dia seguinte manhã, as cinco e quarenta, uma luz que cega ilumina o dormitório, e um tipo pôs-se a urrar: “De pé internos. Os dormitórios devem ser liberados. Despachem. Vão mais rapidamente.” Todos levantaram-se, grunhindo ou gemendo. Engoli-se um café militar com dois pedaços de pão seco, e hop, parte, regresso às ruas desertas e congeladas (ROUX, 1998, p. 90. tradução nossa⁵⁶).

A forma de esquecer os questionamentos expostos no poema de Andrade (2002) acima apresentado “*Como acordar sem sofrimento? Recomeçar sem horror? (...) Como repetir, dia seguinte após dia seguinte, à fábula inconclusa, suportar a semelhança das coisas ásperas de amanhã com as coisas ásperas de hoje?*”, é somente possível com o desmemoriar da noite e a aposta de sobrevivência do trabalho informal. É preciso acordar mais forte, pois se é conclamado a acordar e liberar o espaço privado e emergir no público, no mundo, a tapas e barrancos.

“Bebo café demais! Café! É quase toda hora é um cigarro e um café. Todas as padarias a fora eu tomo café, e eu passo muito pra lá por causa do depósito lá, o pessoal, né? Ajunta pra mim umas lata, um plástico, e deixa tudo juntinho lá pra mim, 10, 12, 15 quilos. O cobre mesmo de fiação que sobra ,eles guardam lá pra mim, eu tenho quilo aqui, ali. Tem dia que 10, 15 conto eu faço” (V. L. Godim, comunicação pessoal, 21 de outubro de 2009).

Os grupos que subsistem em função da rua, na grande maioria das vezes, está renegado à inclusão produtiva por meio de um trabalho formal. A opção posta às PSRs é a rua e nela restringe o seu trabalho. A reciclagem de materiais recicláveis é a forma de sobreviver por meio de materiais descartados por terceiros economicamente ativos e inseridos no mundo do trabalho. Assim, a comida, subsistência imediata da manhã, é fruto dos Albergues ou abrigos, de doações e também de pequenas atividades informais.

⁵⁶ Texto original : «Le lendemain matin, dès six heures moins le quart, une lumière aveuglante a édairé le dortoir, et un type s' est mis à hurler: « Debout là-dedans. Les dortoirs doivent être libérés. Dépêchez-vous. Allez, plus vite.» Tout le monde s' est levé, en grognant ou en gémissant. On a avalé un café militaire avec deux morceaux de pain sec, et hop, dehors, retour aux rues désertes et glacées» (ROUX, 1998, p. 90).

Um contingente significativo de força de trabalho percorre esse caminho. Não especializado, *pau para toda obra*, vai deslocando-se para diferentes atividades e diferentes lugares, alternando trabalho e desemprego. Essa diversidade e segmentação impede a criação de vínculos estáveis com o trabalho, a família, os lugares. Sua vida está sempre recomeçando. Quase nada é permanente, a não ser a procura cotidiana da sobrevivência, o que torna sua vida extremamente fragmentada (VIEIRA et al., 1994. p.22).

O trabalho informal que pauperiza os laços estáveis do trabalho é o mesmo que garante na parte da manhã a sobrevivência para o almoço. É preciso tomar o café da manhã pensando na possibilidade de almoço, ciente das dificuldades da informalidade.

“E o pior também Jesus e o quesito serviço. Serviço para quem tá na rua é difícil. Olha para você ver, no meu atual momento tá vivendo de limpar pára-brisa, mas até a polícia tá “embaçando”. Eles chegam zoando falando que a gente tá extorquindo dinheiro do povo. Pó, eu vou chegar chegando para limpar o vidro do carro, mas ninguém é obrigado a me dar dinheiro não. Ele dar se quiser, ele da se quiser. Agora dizer que agente oprime eles com água no vidro e demais. Não é bem assim, aquilo ali, abriu o farol ele vai embora. Se vai ficar na frente do carro, eu não sou burro a esse ponto. E olha que eu já fui atropelado e não tá querendo repetir a dose. Então eles pegam vem te dão um prejuízo de quebrar seu rodo. Ai você tem despesa e vai ficar pedindo dinheiro pros outros na rua? Ainda mais que você sabe aquele ditado que diz que: “ninguém é obrigado a dar nada a ninguém”. E os caras não deixam você trabalhar. Se você pega uma caixa de bala e vai para a rua vender os fiscais pegam e te tomam suas balas. Se você arruma um rodo e vai para o sinal, eles pegam tomam o seu rodo e te batem. Ai não sei o que esse povo quer também não. Eles têm que olhar, pois eles são profissionais eles têm carteira assinada e a grande parte aqui não tem. Você já pensou se continuar assim, daqui uns dias eles vão vir aqui e vão prender os cara de carrinho de papelão, não é serviço fichado e não paga imposto. Imagina?” (I. O. Santiago, comunicação pessoal, 10 de janeiro de 2010).

As dificuldades são constantemente relatadas sobre o trabalho informal e as soluções postas pelas políticas públicas ou ONGs são, em sua maioria, formas de abrandar temporariamente ações para uma mudança substancial da condição de morador de rua, pois em poucos casos contam com a participação do povo da rua. Segundo Escorel (1999) as PSRs trabalham em função da sobrevivência e aprisionam-se em uma lógica de produção e subsistência:

Podem ser assinalados três grandes grupos de atividades realizadas com vistas à obtenção de rendimentos: catadores, atividades vinculadas à mercantilização do medo ou propriamente à criminalidade e a mendicância. Porém, as atividades da maior parte dos moradores de rua têm a intermitência como característica principal; são atividades que precisam ser buscadas diariamente: dependendo das circunstâncias, das solicitações ou das oportunidades, o morador de rua pode estar guardando carros hoje, carregando e descarregando caminhões de feira amanhã, encartando jornais ou catando latas. A atividade de biscateiro, o —faz tudo que respondia às pequenas e variadas solicitações de consertos domésticos, foi substituída pelo —faz qualquer coisa, solicitada ou não. São as —virações, qualquer atividade

(ao seu alcance) que possa reverter em dinheiro, alimentos ou outros donativos (ESCOREL, 1999, p. 163).

Os grupos de atividades descritas acima podem ser observados em relatos diferenciados. Com os catadores, atividade muito comum entre as pessoas em situação de rua, pode ser também a possibilidade de inserção social. É o contexto mais plausível de forma que os grupos têm se organizado como alternativa de trabalho possível e de possibilidade de saída das ruas.

“Se eu tivesse bom para carregar peso e tivesse com um carrinho bom, eu tava ajeitado. Com um carrinho na rua e conforme a obra numa reforma você consegue tirar 200 a 300 no dia. Outro dia um colega meu pegou quase 100 real no carrinho. Ai ele ta pagando 20 contos para dormir. Mas é só para dormir e não come nada. Quando acaba o dinheiro, ele faltou 3 a 4 dias sem trabalhar, ai ele ficou com 50 contos da porqueira que ele gosta de usa também. Fica atoa uns dias o dinheiro acaba e ele depois volta a trabalhar. Passa uns dias ele volta para cá de novo. Ele gosta e só de trabalha sábado e domingo; ele fica com o carrinho para cima e para baixo e diz que da muita coisa nesses dias. A pessoa praticamente com um carrinho arruma muitas coisas. Ai penso que se tiver trabalhando com um carrinho da para ficar tranqüilo no aluguel e juntar um dinheiro e comprar um barraco” (V. L. Godim, comunicação pessoal, 18 de outubro de 2009).

Apesar disso, o preconceito e a intolerância para com aqueles que exercem essa atividade está presente de maneira incisiva:

“Às vezes você vai mexer em algum lixo de repente sai uma dona, dona sei lá, e solta os cachorro. (risos) Que se ta mexendo no meu lixo e bla bla. bla. Tem que ter muita calma. Outro dia eu disse: Dona isso aqui é seu, então porque a senhora não guarda dentro de sua casa. A mulher quase me bateu” (F. F. Muniz, comunicação pessoal, 01 de fevereiro de 2010)..

O trabalho dos catadores sofre também com a exploração dos donos de depósitos, por intermédio dos baixos valores aplicados ao quilo do papel comprado:

“Outro dia eu fui carregar uma montanha de papelão, mas muito papelão mesmo, eu botei em cima do carrinho e depois amarrei um fardo para trás, depois amarrei outro fardo para o lado, outro na frente, outro por cima e o carrinho sumiu. Cheguei no deposito deu 6,50. Isso foi um dia de trabalho” (A. M. Teixeira, comunicação pessoal, 22 de janeiro de 2010).

A mendicância, outro grupo de atividades referente à obtenção de rendimentos das PSRs, está na forma de renda e de subsídio a fome:

“De vez em quando, de vez em quando eu vou lá, vou lá no Real. Pede pra eles um real na fila. Eu peço, eu ganho. Pensa o que? Eu vou conversando

com um, conversando com outro... É pra comer?” (O. Moraes, comunicação pessoal, 27 de janeiro de 2010).

A criminalidade, terceiro grupo de obtenção de renda, ainda segundo Escorel (1999), foi por nós observado mais estritamente vinculado a sobrevivência do vício de drogas ilícitas. Não pela necessidade de valores maiores de renda, mas pela urgência.

“Ai fica o dia inteiro “noiando” e a noite inteira, enquanto tiver dinheiro, meu filho. Se o dinheiro acabar, também você já viu como é que arruma rápido, né? Nesse lugar aqui, você ta é doido” (L. S. Ferreira, comunicação pessoal, 29 de janeiro de 2010).

Um dos entrevistados sintetiza a lógica da sobrevivência das manhãs das pessoas em situação de rua:

“Quando a gente não esta aqui, a gente ta no lixo. Ta no lixo! Nos estamos ali no Japão do lado da caixa d água. Lá que eles faz o lixo, e lá que nos separa e já cata e trás aqui para vender. Vende e vai para o popular almoçar e guarda um dinheirinho para outro dia. Porque se a gente não mexe no lixo e catar alguma coisa a gente não mata nossa fome. Tem alguns que pedem e outros que lavam carro” (O. Moraes, comunicação pessoal, 27 de janeiro de 2010).

“Depois de uma trajetória de sucessivas perdas, a rua e os materiais que nela são despejados todos os dias, como lixo, tomaram-se para a maioria desses sujeitos a única alternativa de moradia e de fonte de renda” (FREITAS, 2005, p. 98). Os entrevistados apresentam a informalidade como algo intrínseco a rua, e sua sustentabilidade está correlacionada, em sua grande maioria, as atividades de reciclagem e bicos. O trabalho formal é cerceado pelo preconceito de estar na condição de morador de rua e os empregadores rejeitam o Albergue ou o CRPR como endereços fixos para uma possível contratação:

“Pode-se ter o currículo melhor do mundo com as maiores experiências. Se no final você coloca que para te encontrar é só ligar no Albergue ou mandar uma carta para lá. Esquece...” (J. S. Passos, comunicação pessoal, 16 de outubro de 2009).

Essa discriminação, juntamente com a baixa qualificação profissional, poucos anos de estudo e alta rotatividade em empregos, gera um ciclo de exclusão do mundo do trabalho formal, escolhas entre opções escassas e miserabilidade. Esse ciclo produz um ancoramento na condição de rua, que é se virar para a sobrevivência.

O período da manhã com as PSRs apresenta as várias formas de se acordar diante da infidelidade da rua e as possibilidades a serem construídas no cotidiano vazio de normas e transformador. A manhã traça a busca pela alimentação como norte de subsistência, por intermédio de atividades possíveis com vista à obtenção de rendimentos.

5.2 TARDE

BRINCAR NA RUA

*Tarde?
O dia dura menos que um dia.
O corpo ainda não parou de brincar
e já estão chamando da janela:
É tarde.*

*Ouçõ sempre este som: é tarde, tarde.
A noite chega de manhã?
Só existe a noite e seu sereno?*

*O mundo não é mais, depois das cinco?
É tarde.
A sombra me proíbe.
Amanhã, mesma coisa.
Sempre tarde antes de ser tarde.
(ANDRADE, 2002, p.939)*

Em tenra infância, a tarde é feita para brincar na rua. Período do dia que se inicia depois do almoço e termina com as evocações de um adulto para encerrarmos nosso tempo de rua e adentrarmos a casa para o preparo de um novo dia; *É tarde*. De uma forma generalizada, o almoço em nossa sociedade segue como vestíbulo da tarde. Mas na rua nem sempre existe almoço, existe uma parca infância, não há preparo para um novo dia ou gritos para se recolher a um lugar protegido. Pudemos, ao longo desta pesquisa, observar o período da tarde na rua caracterizado pelo acesso ou não a alimentação, a resolução de questões pessoais nos órgãos públicos e ONG de atendimento, e a participação em oficinas lúdicas ou laborativas e a higiene pessoal e a limpeza de roupas e outros objetos.

O almoço pode acontecer no Restaurante Popular⁵⁷, no resto ofertado dos restaurantes privados, na mendicância de porta em porta nos domicílios de bairros próximos a região central, por compra de marmitex, em doações das igrejas e, em outros casos, simplesmente não acontecer.

“Quer dizer deu onze horas eu tenho que pedir cinquenta centavos de um e dez de outro para comprar comida no restaurante popular” (O. Moraes, comunicação pessoal, 26 de janeiro de 2010).

Roux (1998) relata sobre a cidadania ou a participação do mundo através de um ato simples de comprar seu alimento: *“Pagar a minha refeição dá-me a impressão de ser como todos, reencontro um pouco de dignidade. Uma luta diária que em alguns dias se concretiza e em outros não. A dignidade de pagar, em casos como relatado anteriormente, passa pela mendicância.*

“Uma mulher que morava ali perto do JK, ela me deu um remédio pra mim. Ela falou: Toma o remédio aqui que é bom pra você e come carne gordurosa, vem aqui em casa e come aqui. Toda vez eu ia na casa dela comer. Ela dava comida pra mim, dava o remédio, todo dia. Toda hora, eu ficava só ali. Ia lá tomava remédio e voltava, ia lá tomava o remédio e voltava” (O. Moraes, comunicação pessoal, 27 de janeiro de 2010).

A relação com o entorno da rua acontece em alguns momentos amigavelmente, mas apresenta a marca do ato caritativo e pouco autogestionável por parte da pessoa que concede os alimentos. Mas a alimentação que se apresenta como farta em alguns momentos torna-se escassa e precária em outros:

“Eu não vou longe não, Eu acredito que eu como constantemente resto de rato. Eu passo em um lugar e tom com fome e vejo os restos de comida de bolo e marmita que tão no lixo eu como. Eu to querendo ir lá Carlos Chagas para fazer exame, mas eu to com medo. Sabe! Aquele receio, aquela coisa de falar: será que vale a pena saber de certas coisas. Ou será que a gente vai levando ate onde der, a gente vai levando na resistência” (F. F. Muniz, comunicação pessoal, 01 de fevereiro de 2010).

Muitos moradores recebem os alimentos que sobram dos restaurantes em sacos descartáveis ou em garrafas pets. Esses alimentos são entregues umedecidos e podem ser comparados a alimentação dos porcos.

⁵⁷ O Restaurante Popular é um dos programas integrados à rede de ações e programas do Fome Zero, política de inclusão social estabelecida em 2003. Tem como objetivo oferecer refeições nutricionalmente balanceadas originadas de processos seguros, em local confortável e de fácil acesso, ao custo de R\$ 1,00, destinadas, preferencialmente, ao público em estado de insegurança alimentar e pessoas de baixa renda.

“Hoje mesmos eles da sorte que não precisa pegar fila no restaurante duas horas, tem muito restaurante lá no centro mesmo que da comida. Tem muitos aqui que fala que é não é comida boa, é resto de comida que o pessoal deixa na vasilha e eles dá. Eu nunca peguei não, eu nunca tive coragem de pegar” (V. L. Godim, comunicação pessoal, 18 de outubro de 2009).

A dificuldade de alimentação também é relatada nos finais de semana, quando o número de restaurantes funcionando diminui e o restaurante popular não funciona:

“O dia que é feriado, sábado, domingo, fica sem almoço. Fica pesado demais e a comida cara demais. Eu vou dar seis contos numa marmite? Hoje mesmo eu andei até onde é o almoço, fiz seis conto” (V. L. Godim, comunicação pessoal, 18 de outubro de 2009).

Rosa (2005) confirma essa mudança de rotina nos finais de semana e feriados e descreve a tentativa de alguns moradores de buscarem uma organização nos espaços públicos abertos constantemente, como rodoviárias, e a tentativa de subsidiar com recursos próprios uma pensão ou um dormitório nos finais de semana.

O gasto é, basicamente compra de cigarros ou de um lanche, um pouco mais nos finais de semana, dias em que ha menos locais, de distribuição de alimentos e as casas de convivência estão fechadas. Nesses dias, se quiserem tomar banho, a alternativa é a rodoviária, onde precisam pagar. Além disso, a maioria quando consegue guardar um pouco mais de dinheiro aluga um quarto de pensão .É desejo de todos ficar numa pensão, mesmo que seja por curto período (ROSA, 2005, p.127).

Continuando a rotina da tarde, depois que se almoça é preciso tirar um cochilo. O CRPR é o local que oferta a possibilidade de higiene pessoal, guarda de volumes, oficinas e direito a simplesmente descansar. Encontramos, diariamente nesse espaço, um grande número de pessoas deitados no chão e debaixo de algumas mesas, dormindo após o almoço de frente para uma pequena televisão. A mesa funciona como a última tentativa de proteção de algo que nem sabem mais o que. Mas encontram ali um espaço que se pode entregar ao sono depois de uma noite possivelmente fatigante.

“Hoje? Você não pode andar na praça mais. Vai ali na Praça da Estação e deita ali pra mim ver. Não pode deitar ali. O guarda chega e psiu, não pode deitar não. Quando está dormindo, está descansando. Você não está roubando, não está matando, fazendo nada... por causa de que eles fazem isso? E tem uma coisa, a pessoa precisa descansar. À noite não é uma criança, pra nós. À noite eu trabalho, à noite eu trabalho, vou ali agora ver se arrumo um saco de linhagem pra mim trabalhar. Arrumar latinha... Amanhã meu... catatau...” (O. Moraes, comunicação pessoal, 27 de janeiro de 2010).

O CRPR tece o respeito por esse momento e compreende a necessidade dos que estão na rua. A metodologia deste serviço está relacionada à presença; os técnicos disponibilizam atividades e esperam o retorno do público atendido com demandas ou questões pessoais que venham a lhe mobilizar sobre a condição de rua. Um espaço de autogestão e co-participação local em que as propostas para novas atividades e melhorias para o funcionamento do espaço surgem corriqueiramente e são geridas pelo serviço sempre quando possível. A tarde ganha um tom de reflexão nas oficinas produzidas:

“Eu tenho assim, um pouco, uma moral de artesanato, mas não sei se é porque eu sou libriano. Mas eu nunca me dediquei, de com força, a nada. A única que eu me dediquei, de com força mesmo, que me lembre, por toda a minha vida, foi esse filme que a gente fez aqui no CRPR. Falei até com o Davi isso: “Pô Davi, eu nunca fui de me dedicar 100% a nada, a nada, nem a namoro, nem escola, nada.” E, a única coisa que me dediquei 100% mesmo, que falei: “Não, vou começar e vou terminar. Vou começar e vou terminar”. Foi esse filme, e eu acho que uma prova tão grande que eu faria uma coisa, me dedicar mesmo, de coração, as coisas que eu vou fazer, eu me dedicar mesmo, eu acho que eu vou...” (A. M. Teixeira, comunicação pessoal, 22 de janeiro de 2010).

Dos oito entrevistados diretamente, quatro compareciam quatro vezes da semana neste espaço no período da tarde e, em alguns casos, iniciavam suas atividades na parte da manhã. A concepção das oficinas era sempre constituída de muito diálogo e cooperação e a instituição, por essas atividades, conseguia ampliar o seu atendimento a um vínculo institucional, muito além do que um simples espaço como uma área de serviço da casa e banheiros.

“O único espaço que eu tenho durante o dia, ou durante a tarde é só aqui. Por que na rua não tem esse espaço. Eu trabalho aqui nas oficinas e eu aprendo muita coisa eu gosto muito e aqui é um lugar que abre sua mente. Se tivesse um lugar desses para a gente ficar a semana toda, só trabalhando em outros projetos. Seria muito bom, mas não abre a semana toda e só um dia sim e outro não. A gente ia aprender cada vez mais” (O. Moraes, comunicação pessoal, 27 de janeiro de 2010).

Os plantões sociais⁵⁸ e o trabalho de abordagem de rua funcionam nos horários da manhã e tarde, sendo a abordagem de rua ampliada para o horário noturno e finais de

⁵⁸ O Plantão Social da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte é um equipamento regionalizado que tem como finalidade acolher, proteger, promover e incluir pessoas e famílias em situação de risco social ou

semana. Entretanto, também presenciamos um fluxo maior a estes espaços no período vespertino, pois as demandas básicas já foram supridas pela manhã e abrem a possibilidade de busca por resolução de outras questões. E também presenciamos relatos com críticas contraditórias e, ao mesmo tempo, contundentes ao atendimento da PSR feito pelos representantes da Assistência Social do Município:

“De fato até assistente social tem preconceito e discrimina. Parece que ela tão fazendo favor para nos. E não é! Ela é paga por causa de nos. Se agente não estivesse aqui ela não estava lá. Entendeu! Só que elas levam assim do mesmo jeito. Quando! Olha para você ver, eu fiquei o maior indignado. Esse povo é o maior difícil de mexer e uma vez eu fui - eu só tenho minha identidade e minha certidão, inclusive a certidão fica até aqui [CRPR]. Eu fui lá pedir um vale transporte para ir lá na cidade Jardim, eu nem sei onde é que é eu sei que é depois do centro por ai. Tipo aquele pertinho que você tem que andar duas horas (risos). Ai fui lá pedir o vale para mulher para ver os negócios de documento e a mulher começou a falar que não podia e cheio de historia. Mas quando eu ia lá pegar o vale para vender eles me davam. Uma coisa de louco! Eu fiquei raciocinando essa parada assim e não acreditei não só. De rocha, eu não acreditei” (I. O. Santiago, comunicação pessoal, 10 de janeiro de 2010).

As PSR entrevistadas apresentam uma relação conflituosa com os serviços de atendimento, pois o público trás características marcantes da sobrevivência, do imediatismo e da circulação; e em contrapartida, as políticas públicas ainda trabalham na lógica de um acompanhamento burocrático e fragmentário. Essa leitura fracionada do indivíduo que circula a cidade e, em alguns casos o país, impede o vínculo e uma intervenção que pode ser, em alguns casos, mais produtiva do que o simples repasse de um benefício ou a negação deste.

“Ai vai você com sua mochilinha nas costas e vai cada vez mais para frente. Ai chega à prefeitura e diz que deseja mandar você para sua casa. Você quer ir? Eu digo quero. Olha a desgraceira que eles fazem com a pessoa. Te perguntam você é de onde? Eu sou de Salvador. Você tem telefone de contato. Você diz tenho. Ai eles ligam para sua casa e te mandam para... Ipatinga. Liga para sua família, para seu lugar de origem e diz que estão te mandando para casa. Você é da Bahia? Sim. Então vou te dar passagem até Ipatinga ou Valadares. E ai? E de lá? Você vai a pé? Ou tem um burro lá te esperando para te levar de cangalha. E sua família que agora esta te esperando no Maximo em dois ou três dias. Então aqui eles se livraram de um problema. Mas e ai (...)” (F. F. Muniz, comunicação pessoal, 24 de fevereiro de 2010).

peçoal, com dificuldades em garantir o mínimo para sobreviverem, seja por uma situação temporária ou não, são incluídas na iniciativa, a partir de critérios de avaliação preestabelecidos. Os benefícios concedidos pelo Plantão Social são normatizados e implementados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, como a concessão de cestas básicas, a liberação de guia para a emissão de segunda via de carteiras de identidade, certidões de nascimento, casamento e óbito. Outros documentos, como CPF, certificado de reservista e escritura pública para requerer pensão do INSS também podem ser obtidos pelo público, entre outros serviços.

“Aí eu fiquei nas ruas de Salvador um tempo, aí conheci um abrigo lá em Salvador. Aí cheguei lá encontrei uma assistente social, aí a assistente social falou assim: “Vamos dar passagem pra você pra São Paulo”. Aí chegando no dia, eu crente que ela me daria uma passagem para São Paulo. Aí ela falou assim: “Não vamos te mandar para São Paulo, mas dá pra conhecer Belo Horizonte, e eles dão passagem pra São Paulo”. E eu: “beleza, ta bom” (A. M. Teixeira, comunicação pessoal, 11 de fevereiro de 2010).

Villamarim (2009) produz em sua dissertação de conclusão do mestrado uma análise da composição de forças atuantes nos processos de subjetivação das pessoas que vivenciam ou vivenciaram a moradia nas ruas e das pessoas envolvidas no atendimento à população de rua na Política de Assistência Social, em Belo Horizonte. Nesse trabalho, em parte de sua metodologia, a pesquisadora realiza entrevistas com os técnicos da assistência social que relatam a sua percepção sobre a desenvoltura do Estado no atendimento deste público:

Ao mesmo tempo em que o estado diz: estamos acolhendo, protegendo e promovendo... Esse mesmo Estado, ao mesmo tempo, está tentando coibir essa existência, essa relação do sujeito com a rua. Primeiro que acho que o Estado é completamente omissivo em algumas esferas, ele joga a responsabilidade pro outro, e muitas vezes ele confronta consigo mesmo em algumas ações. O Estado tem que encontrar seu caminho (VILLAMARIM, 2009, p. 20).

Na percepção de Villamarim (2009), coexiste nas políticas públicas uma ambiguidade do Estado em promover intervenções técnicas empenhadas com os sujeitos e suas singularidades na busca de autonomia e ações higienistas, que vislumbram tratar a cidade não como espaço da “polis” ou da diferença, mas como local xenofóbico ou adverso as diferenças.

“A mesma prefeitura que dá pela noite é a que toma pela manhã; a mesma prefeitura que faz seus documentos durante o dia é a que arranca pela noite; a mesma prefeitura que te dá uma cobertura pela noite e a que tira pela manhã com os azulinhos” (F. F. Muniz, comunicação pessoal, 13 de janeiro de 2010).

Não se convida para ficar e sim, para partir. A circulação do indivíduo é reforçada pela não responsabilização do Estado com a População em Situação de Rua. Não acolher e encaminhar são as formas vigentes de atendimento relatadas pelas PSRs. Essa prática recorrente entre cidades é reproduzida no atendimento nos centros urbanos, pois a equipe técnica não capacitada para acolher a diferença precisa normatizar de alguma forma.

No poema de Drummond () acima referenciado, a tarde traz o convite para adentrar-se ao lar. Nas tardes da rua, o convite torna-se ambíguo. O convite das políticas públicas de atendimento é o de entrar para as atividades, convidar para a prosa, para o desenrolar dos conflitos e amenizar as amarras da vida em situação de rua nos espaços de acolhimento. Contudo, também tece o convite da circulação, pois de uma forma perversa as políticas preservam o direito de ir e vir, mas não o de ficar.

5.3 NOITE

ANOITECER

*É a hora em que o sino toca,
mas aqui não há sinos;
há somente buzinas,
sirenes roucas, apitos
aflitos, pungentes, trágicos,
uivando escuro segredo;
desta hora tenho medo.*

*É a hora em que o pássaro volta,
mas de há muito não há pássaros;
só multidões compactas escorrendo exaustas
como espesso óleo
que impregna o lajedo;
desta hora tenho medo.*

*É a hora do descanso,
mas o descanso vem tarde,
o corpo não pede sono,
depois de tanto rodar;
pede paz - morte – mergulho
no poço mais ermo e quedo;
desta hora tenho medo.*

*Hora de delicadeza;
gasalho, sombra, silêncio.
Haverá disso no mundo?
É antes a hora dos corvos,
bicando em mim, meu passado,
meu futuro, meu degredo;
desta hora, sim, tenho medo.*
(ANDRADE, 2002, pag.122)

Carlos Drummond de Andrade (2002), mais uma vez, nos presenteia com sua poesia, nos transportando ao anoitecer urbano, aos seus medos e dúvidas de quem vive a multidão e não se reconhece neste espaço. O anoitecer “*é a hora do descanso, mas o descanso vem tarde, o corpo não pede sono, depois de tanto rodar; pede paz – morte –*

mergulho” (Andrade 2002, pag. 122). Ao anoitecer, vários caminhos são traçados aos que estão em situação de rua, mas observamos dois com maior distinção: o primeiro e o de buscar abrigo institucional e o segundo caminho e o exercício de usufruir a noite para subsistência da forma que lhe for possível. Nesse momento descreveremos a noite para o primeiro grupo descrevendo a visão da população em situação de rua sobre os Albergues e as doações, em seguida delimitaremos a madrugada ao segundo grupo.

A tentativa de se abrigar e o momento em que a população de rua busca proteção e a hora de fazer uma última alimentação nas doações, ou a primeira do dia, e uma forma de se abrigar da noite urbana. Assim delimitaremos esse trecho para descrever sobre as possibilidades de abrigo para dormir na noite, como albergue e as doações, ação tão recorrente na rua.

As doações acontecem ao longo de todo o dia em ONGS e entidades religiosas, mas nas ruas concentram-se no princípio da noite e nos períodos do ano de maior frio. As doações nos espaços públicos são geralmente realizadas por grupos religiosos com o intuito de promover ações concretas vinculadas as suas doutrinas específicas, movidos pelos preceitos caritativos da benevolência e complacência. *Mas...Hoje é bom na rua porque passa uma sopa lá perto do parque Municipal e fica uma tomba de gente lá da igreja. Ai eles vai lá e faz uma oração e da sopa tudo para aquele pessoal que fica debaixo do viaduto. A sopa é boa!* (V. L. Godim, comunicação pessoal, 18 de outubro de 2009). Guimarães (2010) afirma que perspectiva da intervenção das entidades religiosas sobre os PSR esta postada sobre um conjunto de princípios crenças específicos de cada religião:

Cada uma dessas instituições traz em si uma contribuição religiosa e irá atuar de forma determinada com o morador de rua. Irá também encarar esse fenômeno com seus olhos religiosos. Se, para alguns, o morador de rua é fruto da exclusão e do capitalismo, para outros, é uma questão espiritual. Essa forma de atuação revela a forma como a instituição internaliza e se relaciona com a idéia de Deus (GUIMARÃES, 2010 pag. 84).

São distribuídos nesses atos gêneros alimentícios variados prontos ou para preparação *a posteriori*, roupas, sapatos, cobertas, materiais de higiene básicos e outros. Habitualmente, essas doações acontecem em locais cujo PSRs se encontram ou pontos já pré-determinados para tal. Escorel (1999) afirma que:

As entidades de ajuda aos moradores de rua não trabalham de maneira integrada e a articulação entre elas (a-rede) é realizada pela própria população de rua, cujo conhecimento das atividades oferecidas lhes permite construir um roteiro diário de demandas, que incide tanto em sua territorialização quanto na sua distribuição de tempo. As entidades podem funcionar como elementos catalisadores da formação de vínculos, solidariedade e agregação da população de rua, tanto com as entidades quanto entre os moradores. (ESCOREL, 1999, p. 153)

Estes grupos prestam, também, diferentes tipos de assistência, como entrega de sopas, atividades de higiene, como um banho, corte de cabelo ou barba e a feitura de curativos ou atendimentos realizados por médicos nas ruas e entrega de remédios.

“Essa semana ai, Nesses últimos quatro dias eu vi uns três lugares que cortou o cabelo fez a barba, que deu banho, que deu roupa e oferece para tomar banho por ai. Sábado tem dois lugares lá no Calafate, na segunda feira tem o japonês, tem um ali em cima, tem outro lá embaixo e sem falar que se o cara quiser tomar banho todo dia tem o CRPR. (Risos) Agora não fica essas coisas esquisitas pelas ruas, gente suja andando pela rua, gente que faz questão de andar sujo. Entretanto a cidade oferece oportunidade de andar limpos, barba feita e cabelo cortado. (Risos). Observação o entrevistado estava imundo” (F. F. Muniz, comunicação pessoal, 13 de jan. de 2010)

As doações são uma realidade na rotina da população em situação de rua e se instalam diante da ausência de políticas públicas no que se refere à presença na rua e a escuta subjetiva. Pois, os PSR são acolhidos nas doações indiferentemente de sua vocação religiosa e da demanda real de suprir a fome surge o espaço para escuta nestes grupos. A importância das doações condiz também diretamente com as pessoas em situação de rua mais idosas, os deficientes físicos e doentes que nem sempre conseguem suprir suas necessidades diárias com pequenos trabalhos informais. Contudo, as críticas são presentes no relato dos entrevistados sobre esse tema:

“Eu sou invocado sabe com o que na rua? Doação. Acho que doação não é saudável não. É uma coisa meio doentia. Faz com que a pessoa se acostume, faz com que a pessoa crie hábitos vinculados somente com aquilo. Esta em tal lugar há tal hora e tal dia. (O entrevistado pergunta a um terceiro morador de rua que se aproximou: Hoje em que hora e em que lugar? O outro morador não compreendeu. Hoje em que hora e em que lugar? O morador respondeu que estava falando com a pessoa certa e que entende tudo. Entrevistado: Um lugar um ponto da cidade que hoje vai ter? – fez o gesto de comida. O morador de rua respondeu que depende.). Entrevistado: Aposto que esta indo caminhar para um lugar que tenha alguma sopa que vai ter alguma coisa. Eu aposto! Todo dia vai ter um lugar um horário que vai ter uma doação uma sopa, o pessoal vai estar dando uma coisa. Todos os dias! De segunda a segunda. Você quer ver esse pessoal todo reunido no dia de domingo? Tem dois lugares que você vai encontrar em dois lugares: Na Itambé, e no barro preto. Barro preto entre tupis entre ouro preto e juiz de fora. Aquela mediação passa dois a três carros servindo comida e a tarde às

duas horas tem o culto do machado, só para maloqueiro.(...) Então é a questão da doação eu sou contra. Tem pessoas que acordam e se vem no direito de acordar o outro para oferecer um copo de chá é quatro biscoitinhos. Deus me perdoe se eu estiver errado, e desculpe a todos se eu estiver errado. Mas eu acho ridículo!Porque o sono é uma das coisas mais importantes e para certas pessoas é difícil para caramba. Ter um sono, ter um desprendimento total. Muitas vezes as pessoas conseguem pegar no sono e vem uma pessoa e diz: Irmão, irmão. Com o coração partindo de caridade, mas ta fazendo e o mal. Não ta fazendo o bem, ela acha que ta fazendo o bem, mas não ta. Chega a ser cruel. Aquele biscoito não vai significar nada no dia da outra e daqui a uma ou duas horas a pessoa vai conseguir dormir e esta na hora de levantar. Chega a ser cruel. Enquanto a pessoa que esta ali ta dando o chá é fazendo o sacrificio. Pois é um sacrificio imenso acordar 4 horas da manhã para ficar distribuindo alimento para as pessoas na rua. Deve ser um desprendimento total, porem desnecessário. Dorme sua noite de sono tranquilo e quando der sete horas da manhã vai lá e dá café aquela pessoa que esta acordando. Vai ser bom acordar com um café e um pãozinho, mas não precisa ser quatro horas. Parece que esta disputando com outras pessoas para ver quem da o café primeiro. Quando você recebe um café pela manhã parece que tem um anjo com uma aureola e tudo te dando um cafezinho, mas não precisa de ser quatro horas da manhã. Por mais que seja um banquete o sono é uma coisa necessária. Até porque também as pessoas estão dormindo e do lado dele tem um copo de leite e um pão que são deixados a noite pelas pessoas. Sempre tem na cabeceira das pessoas ai pelo centro a fora. E até um perigo, pois os ratos vêm e podem confundir um dedo do cara com comida e morder o cara. Eu já vi o cara dormindo com uma marmitta do lado dele, e o rato em cima da marmitta comendo a comida e o rabo em cima da cabeça do cara. O rabo do rato na cabeça do cara. Eu olhei aquilo é disse eu não to acreditando, eu to viajando. Eu olhei aquilo” (F. F. Muniz, comunicação pessoal, 13 de janeiro de 2010).

A ação caritativa torna-se uma ação de mão única pelo qual somente o doador recebe o beneficio da divindade pela ação religiosa e não mais aquele que obtém a beneficio. Pois este não é consultado sobre seus desejos e necessidades reais. Em determinada ocasião, ao abordarmos um grupo de jovens e adolescentes na região da Avenida dos Andradas, presenciamos uma guerra de comida. Esses, após jogarem arroz doce um nos outros e se divertirem compulsivamente relataram que não agüentavam mais, pois já tinham recebido naquela tarde três visitas seguidas para doar alimentos de uma festa junina na região. Em determinadas situações quem doa preocupa-se somente com o respaldo divino e transforma o individuo em mero instrumento para sua finalidade. Guimarães (2010) relata que “a possibilidade que se abre a partir da questão da doação é que pode, aquele que recebe, caminhar para a estagnação e se conformar com sua situação de pedinte, não buscando sair dessa posição. Ainda que haja sofrimento e questionamento interior pela ação de pedir (...)”. Outra questão apontada pelos entrevistados refere-se à função destas instituições como mediadores da sociedade e os PSR:

“Eles vão nas casas recolhem o material e fazem uma triagem. O carente vai lá e eles escolhem o que vai dar. Depois se o carente for bater na porta de uma casa para pedir ninguém dá. Sabe qual é a resposta do morador daquela casa? O que eu tinha que dar eu já doei para tal instituição e vai lá. As pessoas estão se colocando entre a sociedade e o maloqueiro, o mendigo, o morador de rua. Estão fazendo um bloqueio. Os mendigos já não podem mais ir na casa das pessoas, tem os lugares certo para ir agora, hoje; não é o mendigo que pede, não é o mendigo que fala. Tão fazendo isso por ele, e ele cada vez menos existe. Hoje se eu quiser um sapato eu não posso ir de porta em porta pedindo um sapato. Eu tenho que ir no Glauco fazer um cadastro dar meu nome, meu CPF e esperar o dia que eles quiserem me dar um sapato. Ou no Fundamigo, ou na Bernadete, ou no Japonês, ou no não sei aonde. Todo lugar tem uma casa deste tipo. Hoje em dia eu já não posso mais deitar numa calçada e dormir ali. A prefeitura vai lá e vai me recolher e me levar para um aparelho, para um abrigo, lá eles vão me dar um banho, eu vou ter uma sopa, vou dormir e tomar um café da manhã. Depois eu só quero dormir” (F. F. Muniz , comunicação pessoal, 13 de jan. de 2010).

As instituições de caridade têm cada vez menos consultado os PSRs e têm feito com que esses tornem-se clientes de uma relação caritativa. Ausentando a possibilidade de organização coletiva destes grupos ou inserção destes e suas opiniões nestas entidades. O PSR tem cada vez mais se ausentado ao contato com o entorno e as entidades que deveriam promover inclusão estão catalisando o distanciamento e a falta de vínculo. Observamos também a falta de integração entre as instituições de atendimento o que promove vários atendimentos fragmentados e ações pontuais.

Após uma ultima refeição, ou transitar pelas principais doações do Hipercentro, o caminho dos abrigos é a forma de acolhimento de um numero expressivo de moradores de rua, em média 300 por noite no Albergue Municipal de Belo Horizonte, como apresentado anteriormente em sua estrutura e metodologia de funcionamento, neste trabalho no item entrevistas institucionais. Entre os entrevistados todos possuem cadastro no Albergue Municipal e no período das entrevistas somente três não faziam do Albergue como local de resguardo noturno. Por isso optamos por apresentar a relação dos PSRs com este espaço na lógica da rotina do dia. Não podemos deixar de afirmar que a distância do Abrigo São Paulo, outro local de acolhimento aos PSRs, ao centro da cidade é de em media 9 km a pé. Esta distância influencia negativamente na escolha deste local, além de outros fatores que não nos cabe adentrar-nos, como abrigo noturno aos que estão na condição de rua.

As pesquisas realizadas sobre as estratégias de subsistência, utilizadas pelas pessoas em situação de rua, revelam que essas pessoas, nos grandes centros, procuram lugares para permanecer que favoreçam a sua subsistência. Exemplos desses lugares são os abrigos, albergues, repúblicas e outros tipos

de instituição de acolhida temporária oferecidos por organizações públicas ou privadas, sem fins lucrativos. (SILVA, 2006, p. 92)

A escolha deste espaço pode ser orientada, novamente, pela condição de uma escolha entre opções escassas. O dicionário de termos técnicos da Assistência Social descreve como Albergamento a modalidade de abrigo que, oferece atividades/benefícios como pernoite, refeição e higienização aos usuários. E define também, o abrigo como uma ação protetiva que tem por objetivo resguardar os usuários de situações de risco circunstancial, conjuntural, geológico e/ou geotécnico, oferecendo moradia temporária. Entretanto, ao buscarmos a conceituação de Albergue no Dicionário Houaiss este nos apresenta as seguintes definições: “*lugar de hospedagem; hospedaria; lugar onde são recolhidas pessoas que requerem cuidados ou em situação de carência; hospício, asilo, albergaria; local de refúgio; abrigo, resguardo, retiro.*” A predileção deste espaço acontece com uma proximidade maior ao segundo conceito que expõe um local onde as pessoas são recolhidas ou refugiadas.

“Você vem para o Albergue quando não dá mais. Vem para aqui e dorme! Dorme, mas tem que guardar as coisas bem guardadinhas. Chinelo você põe debaixo do colchão e tampo bem guardadinho aí eu quero ver quem vai roubar. Se deixar não sobra nem a meia, mas deixa quieto. Às vezes você está com cinco reais no bolso eles revistam a pessoa dormindo e leva embora. Na rua não é brincadeira não, tem muitos e se deixar eles roubam até sua alma. Tem que ficar esperto com eles e não pode dar moleza de jeito nenhum. Se me pede um cigarro eu dou para eles e peço um fumo eu dou. Mas quando eu deito lá na cama, depois da janta, eu ponho tudo debaixo do colchão. Coloco o chinelo e os documentos e deito por cima e cubro. Aí só no outro dia. Acordo e pego aquilo dali, tomo meu cafezinho e saio fora. Eu vou na fé em Deus e eles ficam tudo aí até um pouquinho mais tarde” (G. Rafael, comunicação pessoal, 03 de março de 2010)

O albergue toma a conotação da rua: “*Na rua não é brincadeira não*”. Espaço contido pela violência, falta de higiene, ausência de segurança e desumanização. Um depósito de seres desprovido de escolha e alijados as condições de cidadania.

“E eu estou aqui vivendo a minha vida, por um infortúnio aconteceu isso aqui comigo eu estava dentro da Santa Casa fazendo um tratamento de dermatologia, problema dessas coceiras minhas que eu acarretei aqui; pois aqui você dorme um dia com uma roupa e outro dia com outra e você não sabe quem dormiu com ela no dia anterior. Se a pessoa tem uma sarna você pega. Infelizmente é isso. Eu não estou metendo o pau aqui, mas infelizmente é a verdade” (G. Rafael, comunicação pessoal, 03 de março de 2010)

Em nosso trabalho de campo presenciamos uma estrutura precária em relação a condições habitacionais do prédio, a ausência de materiais de higiene, superlotação em algumas noites e falta de profissionais para atendimento.

“Nesta noite a chuva criou uma enxurrada que escorria as paredes do galpão e as camas eram removidas para locais secos os que dormiam no chão tinham que buscar espaços mínimos para tentar se recolher , a luz acabou e um barulho ensurdecedor de gritos e assobios roncou mais alto que a chuva forte no amianto” (Diário de campo 18 de dezembro 2009).

Roux (1998) relata a sua estadia nos Albergues franceses em dois trechos que se assemelham as nossas instalações:

Após dezoito horas, as portas são fechadas. Alonguei-me sobre um tapete, num dormitório sinistro e barulhento. Ébrios e agressivos, os meus vizinhos falavam toda a obra (...) Impossível dormir, aquilo fedia e o habitual “ambiente” de malandragem flutuava no ar. Em qualquer momento, esperava-me a ser cortado. (ROUX,1998, p. 90. Tradução Nossa⁵⁹)

Não é uma tosse, mas uma queixa, um cerco que rasga que proíbe o sono. E seguidamente, ele geme uma tensão permanente. No inverno sobretudo, não há suficientemente camas, os S.D.F o disputam-se violentamente. “É a minha cama.” “Não, é minha.” Os mais fracos reduzem-se ao chão , com ou sem coberturas. (ROUX, 1998, p. 173. Tradução Nossa⁶⁰)

Em determinadas situações a rua torna-se um espaço de maior intimidade e privacidade que o Albergue. A conceituação de Albergue como uma ação protetiva, descrita acima, contradiz com a realidade desse equipamento, local em que o respeito, a individualidade e a proteção psicossocial tornam-se uma falácia institucional.

De um lado, a convivência com a violência e o desamparo das ruas, de outro, as normas institucionais rigidamente impostas, em geral pouco discutidas, privilegiam na rotina institucional muito mais a ordem e a disciplina que o afeto e o respeito, o que reforça a internalização de uma baixa autoestima. (ROSA, 2005, p.133)

⁵⁹ Texto original: Apres dix-huit heures, portes closes. Je me suis allongé sur une paille, dans un dortoir sinistre et bruyant. Ivres et agressifs, mes voisins ont parlé toute la soirée de leur biture de la veille. Impossible de dormir, ça ronflait, ça puait et l'habituelle "ambiance de larcinage flottait dans l'air". A tout moment, je m'attendais à être dépouillé.

⁶⁰ Texto original :Ce n'est pas une toux, mais une plainte, un râle déchirant qui interdit le sommeil. Et puis, il règne une tension permanente. En hiver surtout, il n'y a pas suffisamment de lits, les zonards se les disputent violemment. « C'est mon lit.» « Non, il est à moi.» Les plus faibles s'affalent à terre, avec ou sans couvertures. Des clans, très violents, se sont réservés une partie d'un dortoir. Ils ont décidé que ces lits étaient les leurs et n'hésitent pas à tabasser quiconque aurait la mauvaise idée de s'y aventurer.

Terminar a noite no Albergue é muitas vezes ter medo como apresenta Drummond no poema que abre esse item: “*Hora de delicadeza; gasalho, sombra, silêncio. Haverá disso no mundo? É antes a hora dos corvos, bicando em mim, meu passado, meu futuro, meu degredo; desta hora, sim, tenho medo*”.

5.4 MADRUGADA

DISSOLUÇÃO

*Escurece, e não me seduz;
tatear sequer uma lâmpada.
Pois que aprouve ao dia findar
aceito a noite.*

*E com ela aceito que brote
uma ordem outra de seres
e coisas não figuradas.
Braços cruzados.*

*Vazio de quanto amávamos,
mais vasto é o céu. Povoações
surgem do vácuo.
Habitó alguma?*

*E nem destaco minha pele
da confluyente escuridão.
Um fim unânime concentrá-se
e pousa no ar. Hesitando.*

*E aquele agressivo espírito
que o dia carrega consigo,
já não oprime. Assim a paz,
destroçada.*

*Vai durar mil anos, ou
extinguir-se na cor do galo?
Esta rosa é definitiva,
ainda que pobre.*

*Imaginação, falsa demente,
já te desprezo. E tu, palavra.*

*No mundo, perene transito,
calamo-nos.
E sem alma, corpo, és suave.
(ANDRADE, 2002, p.247)*

A noite na rua pode “durar mil anos” e às vezes não “se extinguir com o canto do galo”. A noite na rua faz surgir “novos seres de braços” e punhos cerrados. Apresentaremos aqui o segundo caminho do anoitecer tecido pelos PSRs que fazem a opção de não seguir para os abrigos e buscam o exercício de usufruir da noite para subsistência da forma que lhe for possível. Essa forma diz de dormir na rua, nas quebradas, malocas, muquifos, cantos, nos baixios e viadutos, marquises, casas abandonadas, em quaisquer espaços mantidos pelas municipalidades para desfrute da população ou basicamente subsistir as noites sem dormir. A madrugada na rua apresenta três temas que nos evocam: violência, sobrevivência e marginalidade.

Após o horário de encerramento dos centros comerciais os PSRs tornam-se um pouco mais visíveis. Vários fazem a opção de não acessar os abrigos por escolha da solidão, ou por experiências negativas em espaços institucionais:

“De noite você come, aqui no Barro Preto aqui, sabe o Barro Preto aqui? Então, eu durmo só ali. Eu durmo mais ali, no Barro Preto. Num muquifo. Melhor coisa. Eu não to subindo lá pro Albergue por causa dessa perna minha. Porque a rua não é uma criança, a noite é uma criança, mas a rua não é. Na rua, você tem que procurar o que você quer, ou de bem ou de ruim, é somente o que eu falo pra você” (F. F. Muniz, comunicação pessoal, 15 de janeiro de 2010)

Para passar a noite na rua pode-se optar por permanecer em um grupo ou ficar sozinho. Optar por um grupo pode ter suas vantagens e desvantagens. Pode-se em um grupo dividir a bebida alcoólica, alimentos, e ter um pouco de proteção pelos demais, e pode-se também dividir as drogas e manter alguma relação afetiva com as poucas mulheres presentes na rua. Mas, em contra partida pode-se sofrer as conseqüências de roubos e rompantes de violências em vários casos por futilidades. Pode sofrer acusações de atos ilícitos por fazer parte de um grupo e sofrer a pressão da sociedade por estar ocupando o espaço público que lhes também é de direito. Atualmente, esses grupos da rua não apresentam a formação ocorrida no princípio dos anos 80 em que observamos uma vinculação entre estes que geravam ações mais organizadas. Nesse período era constante ouvir falar em bando e a presença de um integrante que exercia a função de pai ou mãe de rua. Atualmente, estes grupos são constituídos com vínculos extremamente fragilizados e se organizam em função de uma subsistência imediata, como por exemplo um ponto de drogas. Em alguns casos os mais jovens se agrupam e cometem alguma ação ilícita, ou uma vingança particular, mas não constituem um vínculo maduro

“Você só vê o cara machucado um dia depois de olho roxo, mas você não imagina o que acontece nas ruas à noite. Porque aconteceu aquilo? De que forma aconteceu aquilo? Muitas das vezes é uma guerrilha na rua, vem um de lá e um de cá e o pau quebra a na madrugada e ninguém ta vendo. Às vezes vocês passam ali e acham que não acontece nada naquele lugar. Dias depois aparece às pessoas aparecem costurados, remendada e machucadas, quando aparecem” (F. F. Muniz, comunicação pessoal, 13 de janeiro de 2010)

A violência torna-se consequência do álcool, das drogas e de um conjunto de dispositivos discriminatórios que se expressam da pior forma possível. O sujeito invisível e oprimido precisam expressar todo o seu sofrimento.

“Na rua tem hora que você dá bom dia pra pessoa a pessoa não dá bom dia pra você. Tem um pessoal rico... toda vez que eu vou lá pra cima... o pessoal é rico mesmo, ricão... Oh! É carro, é carro assim que você oh, você baba. Mas ai você dá bom dia! Quebrei a cara! (o povo vira a cara). Dá uma raiva, rapaz... “Boa tarde!” E ai, quando dá raiva em mim eu começo a “zuar” aqueles carros que estão em cima do passeio. Eles põe os carros no passeio, né? Ai eu falo: “Ou, tira o carro do passeio aqui é lugar para as pessoas passar. Não. No passeio é lugar pra pessoa passar. Não tem esse negócio da pessoa por o carro em cima não uai?”. Ai já pego minha raiva dos outros e já passo pro outro (risos). É claro... Se a gente não passar a raiva pro outro, como é que você vai fazer com a raiva sua? (risos)” (O. Moraes, comunicação pessoal, 26 de janeiro de 2010).

Na rua essa mediação da violência nem sempre acontece, e um esbarrão, uma fala mal compreendida, um pequeno roubo entre os iguais e tão diferentes da rua transforma a banalidade em motivo de agressão. Os pequenos furtos são recorrentes e acontecem ao longo de todo dia, mas a noite com o peso do sono e do álcool a frequência desses furtos se avolumam.

“Se eu caio e passo mal eles levam tudo. Teve uma noite que eu passei mal e fiquei desacordado dois dias quando acordei no hospital e pergunte sobre minhas coisas, meus documentos e minhas roupas, eles disseram que eu havia chegado sem nada. Nem documento, nem roupa, dinheiro se tivesse não ficava nada. “Você não chegou com nada”. Ate chinelo eles tiram. Foi uma bolsa com roupa, trinta reais, dois maços de cigarro. Eu desmaie e cai lá e eles me limpam todinho” (V. L. Godim, comunicação pessoal, 21 de outubro de 2009)

A criminalidade esta presente na rua com o avanço do crack e os PSRs participam como consumidores em sua grande maioria e em alguns casos como pequenos traficantes/consumidores. A rotina transforma-se com o uso de drogas, pois é preciso vender e usas, e a alimentação não trás marcos ao dia, como hora de jantar ou de almoçar. Tudo se transforma em hora de consumir e hora de conseguir dinheiro para novamente consumir; se transforma a noite em dia e o dia em noite:

“Conheci um colega meu aqui na rua, me levou pra Santos Dumont, Av. Santos Dumont ali. Comecei a traficar naquele bar Hollywood. Comecei a traficar. Depois, eu fiquei o que? Um ano e pouco traficando ali. Traficava de dia... Traficava de noite e fumava tudo de dia. Trocava as noites... quer dizer nem dormia. Dormia não. Eu fiquei o que? Uns três anos sem dormir nessa pista. Três anos não, uns três meses sem dormir nessa pista, direto. Só no “chchhc”, só no cachimbo” (L. S. Ferreira, comunicação pessoal, 12 de março de 2010)

A violência com os PSRs também é frequente nas noites da cidade. O entorno, por meio de alguns comerciantes e moradores incomodados com a presença dos PSRs, e policiais que abusam de sua autoridade com este público. Em várias capitais e recorrente notícias sobre atentados contra PSR. Em Belo Horizonte, ganhou repercussão os PSRs que foram envenenados no bairro Santa Amélia, região da Pampulha, no dia 16 de maio deste ano. Sete homens e uma mulher tomaram cachaça misturada com veneno para ratos uma “isca perfeita” em um espaço onde a maioria era alcoólatras. A garrafa com veneno misturado à cachaça foi deixada na madrugada de do dia anterior na praça e foi consumida pela manhã.

A noite se encerra e as perguntas de Drummond no poema “Acordar, viver” nos retomam: *Como acordar sem sofrimento? Recomeçar sem horror?* Andrade (2002, pag.1394)

CONCLUSÕES E DESCONCLUSÕES



Concluir ou “desconcluir”? Há sempre espaço para um pouco de neologismo quando precisamos falar de tantos encontros e desencontros. O prefixo ‘des’ exprime, sobretudo, oposição e negação. Uma ação ou efeito de não concluir, mas não no sentido de exercício não contemplado e sim, em um efeito espiral de concluir e estar pronto para começar novamente sem tantas certezas paralisantes; “desconcluir”. Nessa dissertação, não concretizamos desfechos, soluções ou resultados, mas encontros.

Iniciamos nosso primeiro encontro por intermédio do conto de Guimarães Rosa (1962) sobre a terceira margem e nossa inquietante dúvida sobre como viver no rio ou na rua. Mais uma vez, Guimarães Rosa em uma entrevista cedida no ano de 1965, nos orienta a desconcluir sobre os sentimentos de estar no rio:

(...) gostaria de ser um crocodilo vivendo no rio São Francisco. Gostaria de ser um crocodilo porque amo os grandes rios, pois são profundos como a

alma de um homem. Na superfície são muito vivazes e claros, mas nas profundezas são tranquilos e escuros como o sofrimento dos homens . (REINALDO, 2005, p.74).

As ruas são vivazes e tranquilas para os olhos de quem não percebe a profundidade do sofrimento dos homens que vivem em situação de rua. Nossa intenção era compreender o cotidiano da rua sem buscarmos motivos para a inserção na rua ou a sua saída. Contudo, nas histórias de quem sobrevive nas ruas, obtivemos indícios evidentes que nem todos fazem a escolha de viver no rio, mas muitos são empurrados para o rio e sem a canoa. E quando empurrados à rua, quanto mais tempo ficam, mais encharcados se tornam.

As políticas públicas, em contrapartida, cooperam na fragmentação e desvinculação do sujeito com a cidade e seus moradores. Fragmentam seu atendimento e fazem dele uma mera quantificação política. A cidade não acolhe a diferença e não compreende que, para atender esse público, deve-se, a princípio, deixar as normatizações para chegar à singularidade criativa. É preciso que, enquanto política pública, deixemos de atender a massa, a População em Situação de Rua, para atender o Santiago, o Ferreira, o Teixeira, o Moraes, o Muniz, o Godim, o Passos e o Sr. Rafael.

A somatória de anos de rua dos entrevistados superou os 64 anos de sobrevivência nas ruas e, destes anos, observamos em seus relatos que para viver como um sem domicílio fixo é preciso ser mais que um “desfiliado”, “desafortunado”, “despossuído”, “desumanizado”, “mendigo”, “maloqueiro”, “desintegrado”, “não integrado”, “desvinculado”, “morador de rua”, “louco”, ou “um doido de rua”. Para se viver no rio sem o barco é preciso aprender a ser peixe e não preocupar-se em ser pescado. As pessoas que vivem na rua demonstram, no seu cotidiano, que é preciso inovar, não para estar na rua, mas para viver em um sistema desumanizador. O cotidiano é transformador para aquele sujeito sobrevivente da condição da rua, as questões intrínsecas às atividades da rua, o espaço do fortuito e imprevisível que constituem a vida-trabalho da condição de ser morador de rua: podemos perceber que os processos de subjetivação do sujeito na rua se relacionam com o cotidiano criativo da rua.

Concluimos que as pessoas que moram nas ruas de nossa capital necessitam de inovações para compreender sua forma de vida e uma escuta apurada para compartilhar as agruras de um rio repleto de tormentas. “Desconcluimos” a possibilidade de abarcar o cotidiano da rua em poucas páginas sem molhar os pés no asfalto da rua.

“Desconcluimos” uma análise da rua pela ergologia, mas abrimos o campo para uma análise filosófica deste espaço com o conhecimento desta disciplina. Vislumbramos também, por meio da Ergologia, a possibilidade de encaminhar novas fronteiras com olhares diferenciados e quem sabe, apreender as mulheres de rua e seu cotidiano em outros motes de estudos. Encontramos, nessa pesquisa, a possibilidade de um conhecimento que não cessa, não se torna prescrito, mas sempre é real e inovador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERGUE NOTURNO TIA BRANCA, 2010. Disponível em: <http://ageoc.org.br/index.php?option=com_content&task=blog_category&id=14&Itemid=33>. Acesso em: 28 jun. 2011.

ALVARO, J. L., GARRIDO, A. *Psicologia Social: Perspectivas psicológicas e sociológicas*. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

ANDERSON, L. SNOW. D. *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

ANDRADE, D. *Poesia Completas - A vida passada a limpo*. Rio de Janeiro: Editora Aguilar, 1958. 517 p.

ANDRADE, H. S. de. *A rua em movimento - A rua é movimento - A rua é o movimento: a trajetória histórico-organizativa da população de rua de Belo Horizonte*. 2002. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

ARAÚJO, J. A. Implicações teórico-metodológicas na Geografia ao se adotar as noções de vida cotidiana e cotidiano. In: XII ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2009, Montevideo. *Anais do 12 Encontro de Geógrafos da América Latina*, Montevideo, 2009. v. 1.

ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____ *A condição Humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

BADER, S. (Org.). *As artimanhas da Exclusão*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1999.

BARROS, M. E. B.; TEIXEIRA, D. V.; ARAGÃO, E. M. A.. *Cartografando estratégias de resistência construídas por educadores*. São Paulo: Psicologia USP (Impresso), 2008. p. 23-40, v. 19

BARROS, V. A.; SILVA, R. L. A pesquisa em história de vida. In: GOULART, I.B. (Org.) *Psicologia Organizacional e do Trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p.123-132.

BARROS, V. A. *Historie de vie et choix theoriques*. In: *Lês cahiers Du laboratoire de changemant Social*; nº 1 – junho. 1996. Universite Paris 7.

BELO HORIZONTE, 2000. Lei nº 8029 de 6 de junho de 2000. Dispõe sobre a política publica para a população de rua no município.

BELO HORIZONTE, 2003. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Lei 8.566/2003, de 14 de maio de 2003. Altera a lei nº 7.597 /98. Dispõe sobre assentamento de famílias no município e cria a bolsa-moradia. *DOM*, Belo Horizonte, 14 jun. 2003.

BELO HORIZONTE, 2006. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Relatório do 2º Censo de População de Rua de Belo Horizonte.

BELO HORIZONTE, 2007. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Políticas Sociais. Metodologias de Trabalho Social com famílias na Assistência Social. Belo Horizonte, 2007.

BOSI, E. *Memória e sociedade - lembranças de velhos*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BOTTI, N. C. L. et al. *Padrão de uso de álcool entre homens adultos em situação de rua de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2010.

BRASIL, 2009. Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2º Censo da população de rua e análise qualitativa da situação dessa população em Belo Horizonte: meta 10 – realização de ações de atendimento sócio-assistencial, de inclusão produtiva e capacitação para população em situação de rua. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 2006.

BRASIL- Prevenção ao uso indevido de drogas: Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias. – 3. ed. – Brasília: Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD, 2010. 424 p.

BRITO, J. E.. Reflexões epistemológicas sobre a Ergologia. In: 29ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2006, Caxambu. *Anais 29ª Reunião Anual da ANPED*, 2006.

BRITO, M. M. M.. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Mestrado) *Loucos pela rua: Escolha ou contingencia*. Belo Horizonte 2003.

BURSZTYN, M. (Org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Brasília: Garamond, 2000. p. 139-171.

CARLOS, A. F. A.. *O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade*. São Paulo: Labur Edições, 2007, 123p.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: 1, artes de fazer*. Nova ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 351p.

CUNHA, D. M. Notas Conceituais sobre Atividade e Corpo-si na Abordagem Ergológica do Trabalho. In: 30ª Reunião Anual da ANPED, 2007, Caxambu. *ANPED: 30 anos de pesquisa e compromisso social*, 2007.

CUNHA, A. G.. *Dicionário etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira S/A. 1982.

DURRIVE, L.; SCHWARTZ, Y.. *Glossário da Ergologia*. *Laboreal*, 4, (1), 2008. 2 Disponível em <<http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56oTV6582234396587;63882>> Acesso em: 25 jun. 2010

_____ A formação humana entre o conceito e a experiência de trabalho: elementos para uma pedagogia da atividade (resumo), 2006. *Laboreal*, 2, (1), 42-44. Disponível em <<http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=37t45nSU547112265165517591>> Acesso em: 23 abr. 2010

DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 165p.

ESCOREL, S. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

FALEIROS, V. de P.. *A Política social do Estado Capitalista*. 8ª ed. Revista. São Paulo: Cortez, 2000.

FARIA, A. A. C.; BARROS, V. A.. *Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas*. 2009. 272 f., Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

FERRAROTTI, F. *Historie et Histories de vie, Méridiens Klincksiec*, Paris, 1990.

FERREIRA, T.. *Os meninos e a rua: uma interpelação à psicanálise*. Belo Horizonte: Autentica/Fumec, 2001.

FIGARO, R. *Relações de Comunicação no mundo do trabalho*. 1. ed. São Paulo: Anna Blume, 2008. v. I. 160 p.

FIORONI, R. N.; BRANCALEONI, A. P. L.; PINTO, J. M. R. A vida na rua sob o olhar de seus moradores. *Revista do Migrante*, São Paulo: Travessia. v.17, n.50, p.34-42, set.-dez., 2004.

FREITAS, M. V. O. *Entre ruas, lembranças e palavras: A trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2005. 288p..

FURTADO, J. L.. Nietzsche e a historia. Extensão: *Cadernos da Pró-reitoria de Extensão da PUC Minas*. Belo Horizonte, v.11, n.35/36, p.45-57, ago./dez. 2001.

GAULEJAC, V.. *As origens da vergonha*. São Paulo: Via Lettera, 2006. 240 p.

GAULEJAC, V.. *Sociologies Cliniques*, Desclée de Brouwer, Paris, 1993.

GAULEJAC, V. Psicossociologia e Sociologia Clínica. In Araujo. J. N.; Carreteiro T. C. (Orgs.) *Cenários Sociais e abordagens clínicas*. São Paulo: Escuta, Belo Horizonte, 2001.

GAULEJAC, V.; MÁRQUEZ S. Historia de Vida, Psicoanálisis y Sociología Clínica Universidad Autónoma de Querétaro Centro Universitario, Cerro de las Campanas s/n Código Postal 76010, Querétaro, Qro., México Primera edición digital en formato PDF, noviembre, 2006

GUIMARÃES, A. G. C.. *A religiosidade de moradores de rua da cidade de Belo Horizonte: uma via de subjetivação*. Belo Horizonte, 2010. 182f.

GREGORI, M. F.. *Viração: experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 262p..

HELLER, A.. *O cotidiano e a história*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 121p.

HOLANDA, C. B. *Chico Buarque*. Rio de Janeiro: Emi-Odeon, 1984, 1 CD. (40 min.). Faixa 4.

HOUAISS: Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa. Versão 1º ed. Rio de Janeiro: Objetiva Ltda, 2001.

LEFEBVRE, H.; MARTINS, S.. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 178 p.

LEVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976. 331p.

LHUILIER, D. *Cliniques Du travail*. Éres: Ramonville Sanit-Agne, 2006. 246p

MARCONDES, D. *Iniciação a História da Filosofia: dos pré-socráticos a Winttgenstein*. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

MARTINS, M. F. A. *A caminho da rua: o encontro com as redes de assistência e a formação de laços sociais entre os moradores de rua em Belo Horizonte*, Belo Horizonte, 2001

MARX, K. *A Origem do Capital: a acumulação primitiva*. 3ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia Alemã. In: *Coleção Marx&Engels*. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

MELLO; BELLOTO. *Como estão vocês?* Rio de Janeiro: BMG, 2003.

META Instituto de Pesquisa de Opinião. *Relatório Final do Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a População em Situação de Rua*. Porto Alegre, 2008.

MONTAGNER, M.. Trajetórias e biografias: notas para uma análise Bourdieusiana. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, nº 17, jan./jun. 2007, p. 240-264.

NOUROUDINE, A. *Norma Laboreal*, 2009. 125-126. Disponível em <<http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=37t45nSU5471123592233153481>> Acesso em: 26 mar. 2010.

OLIVEIRA, M. V. *Entre ruas, lembranças e palavras: a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte*. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

PASTORAL DE RUA, Arquidiocese de BH, 2010. BOVE, M. C.. Disponível em <<http://www.arquidiocesebh.org.br/site/atuacao.php?id=91>> Acesso em: 28 jun. 2011.

PAUGAM, S. *Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo. Ed.Cortez, 2003.

PENNA, V. V.. *Moradores de Rua e Políticas Públicas: uma reflexão a partir do programa da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte*. 2004. Monografia (Curso de Especialização em Gerência de Assistência Social) - Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2004.

- PICHÓN-RIVIÈRE, E. *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- REINALDO, Gabriela. *Mito e música em Guimarães Rosa*. São Paulo, Annablume/Faoeso, 2005
- ROSA, C. M. M.. *Vidas de rua*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- ROSA, J. G.. *Primeiras Estórias*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1962. 2v.
- ROUX, Y.; LEDERMAN, D. *Le cachalot: mémoires d'un SDF*. Paris: J'ai lu, 1998.
- SANTOS, B. de S. *A Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.
- SARAMAGO, J. *A caverna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 351 p.
- SCHMITT, J. C.. A História dos Marginais. In: LE GOFF, J. (Org). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- SCHWARTZ, Y.; DURRIVE L. *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Rio de Janeiro: Eduff, 2007. 300 p.
- SCHWARTZ, Y. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. Belo Horizonte: *Trabalho e Educação*. Revista do NETE/UFMG, nº. 07, jul-dez, 2000, p. 38-46.
- SCHWARTZ, Y. *Clínicas do Trabalho: Novas Perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes..* São Paulo: Editora Atlas, 2011. 288 p.
- SILVA, M. L. L.. *Trabalho e população em situação de rua no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.
- SILVA, M. L. L. da. *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno de população em situação de rua no Brasil 1995-2005*. Brasília 2006.
- SOUSA, M. O. *Programa de População de Rua de Belo Horizonte: A construção da cidadania frente à desqualificação social*. 2003. Monografia- Faculdade de Filosofia e

Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

SOUZA, L. M.. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira do século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

STRECK, D.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Org). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 445 p.

VIEIRA, M. A. C.; DIAS, C. J. M.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M.. *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994. 181p

VILLAMARIM, M. C. C. *Política de assistência social e população de rua: composição de processos de subjetivação na cidade de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 2009. 53f. 715 p.

WALTY, I. L.. *Corpus rasurado: exclusão e resistência na narrativa urbana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 127 p.